

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

Ana Paula Freitas dos Santos

Os contos de Conceição Evaristo e a representação da mulher negra: diáspora, gênero e descolonização

Porto Alegre
2021

Ana Paula Freitas dos Santos

**Os contos de Conceição Evaristo e a representação da mulher negra: diáspora, gênero e
descolonização**

Dissertação de Mestrado apresentada como
requisito parcial para obtenção de título de
Mestre em Literatura Brasileira pelo Programa
de Pós-Graduação em Letras da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul

Orientadora: Professora Dra. Ana Lúcia
Liberato Tettamanzy

Porto Alegre
2021

CIP - Catalogação na Publicação

Santos, Ana Paula Freitas dos

Os contos de Conceição Evaristo e a representação da mulher negra: diáspora, gênero e descolonização / Ana Paula Freitas dos Santos. -- 2021.

139 f.

Orientador: Ana Lúcia Liberato Tettamanzy.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, BR-RS, 2021.

1. Literatura Negra. 2. Conceição Evaristo. 3. Escrevivência. 4. Feminismo Descolonial. 5. Interseccionalidade. I. Tettamanzy, Ana Lúcia Liberato, orient. II. Título.

Ana Paula Freitas dos Santos

**Os contos de Conceição Evaristo e a representação da mulher negra: diáspora, gênero e
descolonização**

Esta Dissertação/Tese foi julgada adequada para obtenção do Título de “Mestre(a)/Doutor(a)” e aprovada em sua forma final/com alterações indicadas pela banca.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Lúcia Liberato Tettamanzy

Porto Alegre, _____ de _____ de _____.

Banca Examinadora:

Orientadora Profa. Dra. Ana Lúcia Liberato Tettamanzy
Orientadora
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Profa. Dra. Mauren Pavão Przybylski da Hora Vidal
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano)

Profa. Dra. Liliam Ramos da Silva
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Profa. Dra. Vera Lúcia Cardoso Medeiros
Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)

Resultado:

DEDICATÓRIA

Dedico essa dissertação ao meu pequeno Guilherme, que teve que lidar com a ausência de sua mamãe para compor esse texto, mas que também entende a importância dos estudos em nossa vida!

Dedico também à Marielle Franco, *in memoriam*.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora Ana Lúcia, por sempre acreditar no meu potencial, desde a graduação até a escolha da minha linha de pesquisa: a contação de histórias! Agradeço a abordagem descolonial que me foi apresentada e a tomada de consciência sobre a urgência da vida na preservação da história, da cultura e da literatura dos povos ameríndios e afrodiaspóricos. Gratidão aos encontros predestinados no tempo e no espaço.

“Nossa história não foi escrita para ninar os da Casa Grande e sim para acordá-los de seus sonos injustos”. (Conceição Evaristo)

RESUMO

O tema que norteia essa investigação diz respeito à consideração dos modos como se manifesta o lugar de fala em dois livros da escritora Conceição Evaristo. *Insubmissas Lágrimas de Mulheres* (2016) e *Olhos d'água* (2016). *Insubmissas lágrimas de mulheres* é um livro de contos onde diversas mulheres negras conduzem a vida por maternidade, casamento e família, mas também pela resistência em suas lutas particulares contra o machismo e o racismo. Já em *Olhos d'água*, a maternidade e o elemento água estão presentes em quase todas as narrativas, seja em lágrimas ou no sangue menstrual que une todas as mulheres como um fio da vida. A vida e a morte são alegorias constantes nas narrativas da periferia brasileira; nelas, a fome, a violência e o crime colocam os personagens na “corda bamba da vida”. Pretende-se com essa pesquisa avançar na discussão do que seja uma Literatura Afro-Brasileira, como consta no Parecer da lei 10.639/03 sobre a obrigatoriedade do ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira, e do que seja Literatura Negra, definida pelo grupo de escritores dos Cadernos Negros, do qual Evaristo faz parte junto com as escritoras Miriam Alves e Esmeralda Ribeiro. Essa investigação será conduzida através de leitura bibliográfica. Serão levantados e apontados conceitos provenientes da teoria literária, assim como de estudos de raça, gênero e pós-coloniais. A reeducação das relações étnico-raciais é positiva para todos. Num país multirracial como o Brasil, o combate ao racismo depende muito do engajamento dos negros e dos não negros nessa luta. Isso exige o conhecimento do que foi a construção do racismo como uma ideologia determinista que justificou a escravização, e, por oposição, o reconhecimento de que é preciso a desconstrução dessa perversidade de pensamento para alcançar uma nova sociedade, mais justa e igualitária. A obra de Evaristo é uma janela que vislumbra esse cenário.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura Negra. Conceição Evaristo. Escrivência. Feminismo Descolonial. Interseccionalidade.

ABSTRACT

The theme that guides this investigation concerns the consideration of the ways in which the place of speech is manifested in two books by the writer Conceição Evaristo. *Insubmissas Lágrimas de Mulheres* (2016) and *Olhos d'água* (2016). *Insubmissas lágrimas de mulheres* is a storybook where several black women lead their lives through motherhood, marriage and family, but also through resistance in their particular struggles against chauvinism and racism. *Olhos d'água* has the motherhood and the water element present in almost all narratives, whether in tears or in menstrual blood that unites all women like a thread of life. Life and death are constant allegories in the narratives of the Brazilian periphery; in them, hunger, violence and crime put the characters on the “tightrope of life”. This research intends to advance the discussion of what is an Afro-Brazilian Literature, as stated in the Opinion of Law 10.639 / 03 on the mandatory teaching of Afro-Brazilian History and Culture, and of what is Black Literature, defined by group of writers from *Cadernos Negros*, of which Evaristo is part along with writers Miriam Alves and Esmeralda Ribeiro. This investigation will be conducted through bibliographic reading. Concepts from literary theory, as well as from race, gender and post-colonial studies will be raised and pointed out. The re-education of ethnic-racial relations is positive for all. In a multiracial country like Brazil, the fight against racism depends a lot on the engagement of blacks and non-blacks in this fight. This requires knowledge of what was the construction of racism as a deterministic ideology that justified enslavement, and, on the contrary, the recognition that it is necessary to deconstruct this perversity of thought in order to reach a new, more just and egalitarian society. Evaristo's work is a window that glimpses this scenario.

KEY-WORDS: Black Literature. Conceição Evaristo. Escrivência. Decolonial Feminism. Interseccionalidade.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 PERCURSOS DO COLONIALISMO	14
1.1 PERCURSO DA LETRA E DA VOZ: DAS PRÁTICAS ORAIS E POPULARES ÀS COMPLEXIDADES DAS CRIAÇÕES CONTEMPORÂNEAS	14
1.2 COLONIALISMO, MEMÓRIA, TRAUMA E DESCOLONIZAÇÃO: GRADA KILOMBA E AS NARRATIVAS QUE DESCOLONIZAM O CONHECIMENTO	17
1.3 OS PRECURSORES ANTICOLONIAIS: AIMÉ CÉSAIRE, O POETA DA NEGRITUDE.....	22
1.4 IDEIAS DE UM REVOLUCIONÁRIO PARTICULARMENTE NEGRO, FRANTZ FANON.....	27
1.5 A ESCRITORA CHIMAMANDA ADICHIE E O PERIGO DE UMA HISTÓRIA ÚNICA.....	31
2 LITERATURA NEGRO-BRASILEIRA	36
2.1 BRASILAFRO AUTORREVELADO: LITERATURA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA.....	48
2.2 ESCRITA FEMININA NEGRA.....	52
3 A OBRA DE CONCEIÇÃO EVARISTO: O FEMINISMO E A DECOLONIALIDADE	57
4 O PROCESSO DE ESCRITA DE CONCEIÇÃO EVARISTO: ESCRIVIVÊNCIA .	69
4.1 CONCEIÇÃO EVARISTO POR ELA MESMA	74
4.2 A ORALIDADE PRESENTE NA ESCRIVIVÊNCIA	81
4.3 A IMPORTÂNCIA DA MEMÓRIA NA ESCRIVIVÊNCIA	84
5 INSUBMISSAS LÁGRIMAS DE MULHERES	90
5.1 A NARRADORA	105
6 OLHOS D'ÁGUA	109
6.1 ÁGUAS DOCES, ÁGUAS SALGADAS.....	114
6.2 SANTOS E ORIXÁS.....	115
6.3 AS INSUBMISSAS LÁGRIMAS QUE ESCORREM DOS OLHOS CHEIOS D'ÁGUA: PONTOS DE CONTATO ENTRE AS DUAS OBRAS.	118
6.4 “A CRÍTICA DA RAZÃO NEGRA” DE ACHILLE MBEMBE E O PÓS- COLONIALISMO	121
6.5 A NECROPOLÍTICA E A NECESSIDADE DO DESCOLONIAL.....	123
6.6 CRÍTICAS CONSTRUTIVAS	124
6.7 LITERATURA PERIFÉRICA.....	126
CONCLUSÃO	128
REFERÊNCIAS	131

INTRODUÇÃO

Eu venho conversando com meus alunos, desde sempre, sobre a responsabilidade deles em construir um mundo melhor, onde eles sejam a esperança que depositamos nesse projeto que é a Educação. Minha didática como educadora é fundamentada na filosofia de um revolucionário particularmente amoroso, Paulo Freire.

Conjugo o verbo “esperançar” no sentido de ter fé, mas também de começar a agir, plantando uma sementinha aqui, outra acolá. Procuo ter um discurso que dialoga com a realidade dos alunos, na sua maioria trabalhadores oprimidos pela máquina que tentam aprender mesmo com fome e com seus corpos sonolentos e cansados.

O incentivo à autonomia e ao pensamento crítico sempre estiveram presentes no meu currículo. Eu me vejo engajada no projeto de descolonização do ensino. As aulas de contexto sócio histórico da Literatura Brasileira vêm se tornando práticas contra coloniais, onde demonstro que raça e gênero são categorias que excluem e incluem escritores no cânone literário.

Eu entrei num movimento de questionar o sistema colonial que nós reproduzimos há 500 anos no Brasil: a ideologia da escola, ainda baseada em ordem e disciplina, o tempo que perdemos com burocracias, enquanto podíamos estar ensinando e aprendendo com os alunos. A disposição das salas de aula, a hierarquia do conhecimento, o abuso de poder e autoridade, os livros didáticos e seu eurocentrismo, as mentiras históricas, o epistemicídio, a imposição da história única e o projeto colonial de silenciamento, apagamento e esquecimento de escritores não brancos.

Eu, como uma mulher negra, nunca esqueci o que fizeram com meu povo. Eu, desde sempre, trabalho com a história e a cultura afro-brasileira, tentando seguir os parâmetros da lei 10.639/03 que trata da obrigatoriedade do Ensino da Cultura e da História Afro-brasileira e da lei 11.645/08, que trata também da Cultura e História Indígena. O que eu não sabia era que o buraco estava mais embaixo: os povos originários. Uso a palavra “buraco” porque é lá onde enterraram milhares de corpos indígenas das terras de Pindorama. Uso a palavra “buraco”, porque é num buraco que enterraram toda sua história e cultura, que afinal de contas é a base/raiz de nossa cultura, a do povo brasileiro.

Estamos lutando desde o resultado das últimas eleições contra um governo que quer a liberação das armas, um governo que instaurou a necropolítica dos corpos negros nas periferias e dos corpos indígenas nas florestas. Eu me lembro do feminicídio que triplicou de ocorrência

nos últimos dois anos, não por acaso num governo que odeia mulheres, quilombolas, indígenas, a população lgbttqia+, os pobres, as minorias políticas.

Como educadora, defendo a urgência em trabalhar a cultura e a história afro-brasileira e indígena, temas que ainda recebem muita resistência em ser contemplados pela comunidade escolar, mas que se fazem cada vez mais necessários para o entendimento das relações étnico-raciais e para a inclusão desses grupos na sociedade brasileira, que foi construída sobre a égide do trabalho escravo do negro e do extermínio indígena.

Em janeiro deste ano, a lei completou 18 anos sem efetivar plenamente o seu propósito. A iniciativa de trabalhar com os conteúdos da cultura afro-brasileira continua sendo individual, conforme constatamos na entrevista da professora Petronilha Gonçalves e Silva (2017) uma das relatoras da lei.

Eu também tenho consciência que eu enquanto sujeito sou uma referência de identidade para os alunos negros. Muitos se veem representados em minha pessoa. Em 2016, quando introduzi no currículo da escola a obra da escritora negra Carolina de Jesus, sentiram-se encantados com a história da vida dela: uma mulher negra que venceu barreiras e se tornou uma escritora. Logo, constataram que existe uma História e uma Cultura Afro-Brasileira, que são formadoras do nosso país. O pertencimento racial foi contemplado.

Nesses últimos anos, as alunas têm me questionado sobre a pequena presença de escritoras no currículo tradicional. Carolina de Jesus veio para preencher essa lacuna de representação feminina, junto com Clarice Lispector, Rachel de Queiroz e Cecília Meireles, estas, escritoras brancas. Contudo, a biografia de uma mulher negra que cria três filhos sozinha e passa necessidades cotidianas na luta pela sobrevivência trouxe uma identificação maior para a maioria dos alunos que são criados em famílias chefiadas pelas mães. Com base nessa experiência, constatei que apenas Carolina de Jesus não seria suficiente para “descolonizar” o currículo. Precisava de mais uma escritora negra e contemporânea para que o estudo da Literatura Afro-Brasileira fosse contemplado, por isso, minha escolha foi Conceição Evaristo.

O que aproxima essas duas escritoras? A própria Conceição diz que Carolina de Jesus muito influenciou na sua escrita. Ambas cresceram na periferia, conheceram de perto a sobrevivência das mulheres negras, a pobreza, a fome. Evaristo cresceu em uma família de mulheres cozinheiras, faxineiras e babás. Carolina e Conceição foram empregadas domésticas. Conceição tomou gosto pela leitura dentro da família, que se reunia para ouvirem histórias que posteriormente ela começou a contar. A obra de Evaristo também é uma porta de acesso ao conhecimento da oralidade, um dos valores civilizatórios das sociedades africanas.

Evaristo dá seguimento na Literatura Brasileira à tradição de Carolina de Jesus: vozes divergentes e dissonantes da história única que vêm sendo contadas sempre da perspectiva do colonizador, do dominador europeu. Essas vozes são o contraponto da escravidão africana, ou seja, a resistência a esse sistema. Essas vozes contam a história do Brasil pelo ponto de vista do dominado, do colonizado, do africano, do Outro. São as vozes da diáspora africana. Início a dissertação falando do percurso da letra e da voz das práticas orais e populares até à complexidade das criações contemporâneas no contexto brasileiro, conforme Frederico Fernandes. Depois traço um breve quadro, sobre colonialismo, memória, trauma e descolonização através das narrativas descoloniais da pensadora afro-portuguesa Grada Kilomba.

O colonialismo foi o sistema de opressão, base do enriquecimento da Europa, que transformou o continente europeu e suas metrópoles em “1º mundo” e os países colonizados em um “3º mundo”, subdesenvolvido e atrasado. A base da economia mercantil foi o trabalho escravo racializado que envolvia o sequestro e tráfico humano dos africanos junto com o genocídio dos povos originários locais.

Trago ainda como referenciais teóricos os autores contra coloniais e martinicanos Aimé Césaire, o poeta da Negritude, e Frantz Fanon, revolucionário e intelectual orgânico; e a escritora nigeriana Chimamanda Adichie com o alerta sobre o perigo de uma história única.

Na terceira parte inicio a discussão sobre o conceito de Literatura Negro-brasileira do intelectual e escritor Cuti Silva, que apresenta a vertente de tradição diaspórica dentro da Literatura Brasileira com a presença de escritores negros gaúchos e de outras regiões do Brasil, alguns já consagrados e outros contemporâneos. Trago a escritora Miriam Alves e sua proposta de uma Literatura Afrofeminina, que, junto com Cuti e Conceição Evaristo participou dos Cadernos Negros, iniciativa de um coletivo negro para divulgar a literatura de autoria negra.

Nesse mesmo capítulo, abordo a escrita feminina negra forjada a partir do pensamento da intelectual feminista e professora de Literatura Comparada, Maria Lugones e a decolonialidade de gênero, que a meu ver, se expressa na “Escrivência” de Conceição Evaristo através de suas protagonistas. O processo de descolonização também é tematizado pelas contribuições de Aníbal Quijano e a colonialidade de poder, Walter Dignolo e o decolonial e Patrícia Hill Collins, essa última, pensadora da Interseccionalidade, ferramenta que diagnostica o cruzamento de opressões de raça, gênero e classe sobre a mulher negra. Também convoco a brasileira Djamilia Ribeiro para legitimar o “lugar de fala” da escritora Conceição Evaristo na Literatura.

Na quarta parte disserto sobre o Feminismo e a decolonialidade, apresentando os artigos de Conceição Evaristo onde ela expõe seu projeto estético e ideológico, a partir de uma escrevivência de matriz negra e feminina, nascida na falta, na ausência e no apagamento do projeto maior que é o cânone literário brasileiro. A obra de Conceição Evaristo dialoga com a da escritora Carolina de Jesus, ambas mulheres de escrevivências, compondo assim uma tradição diaspórica na América Latina, que dialoga também com a presença negra na literatura afrolatinoamericana.

No capítulo cinco, apresento o processo de escrita criativa de Conceição Evaristo, que ela conceitua como a “Escrevivência”, com artigos, depoimentos e entrevistas da própria escritora sobre os primeiros contatos com as histórias que foram transmitidas oralmente pela sua família até as primeiras leituras que a motivaram ao tornar-se escritora. Evaristo verifica a influência africana no Brasil através da cultura e da formação da identidade negra e a resistência, luta e sabedoria do povo negro. Oralidade e memória são ressaltadas nas escrevivências.

Na sexta e sétima parte começo a análise do corpus literário, os dois livros de contos de Conceição Evaristo: *Insubmissas lágrimas de mulheres* (2016) e *Olhos d'água* (2016). Tenho como ferramenta crítico-teórica e política os aportes da filósofa e militante brasileira da amefricanidade Lélia Gonzalez, da psicóloga e artista visual afroportuguesa Grada Kilomba e da assistente social brasileira e intelectual da interseccionalidade Carla Akotirene.

1 PERCURSOS DO COLONIALISMO

1.1 PERCURSO DA LETRA E DA VOZ: DAS PRÁTICAS ORAIS E POPULARES ÀS COMPLEXIDADES DAS CRIAÇÕES CONTEMPORÂNEAS

No Ensino Fundamental, nas aulas de História do Brasil, lembro-me de estudarmos o Brasil Colônia. O período do tempo em que nosso país era uma colônia da metrópole, Portugal. Tudo isso era transmitido pela professora sem nenhum questionamento. Muito pelo contrário, deveríamos nos orgulhar de termos sido colonizados por europeus e adotarmos a língua portuguesa como oficial.

Mais adiante surge a narrativa da Independência, porém mantendo os portugueses no domínio e comando da nação. A partir daqui não se fala mais em índios, presentes apenas no primeiro capítulo dessa história, que oculta tanto as guerras como as resistências, o mesmo ocorrendo com as narrativas sobre a escravidão, que silenciam tanto as violências quanto as lutas dos quilombos perante a vergonha de ser um país escravocrata até o último navio negreiro traficar humanos sobre a face da terra.

No estudo da Literatura Brasileira, somos obrigados a ler escritores portugueses ou brasileiros que foram estudar na Europa. Nas escolas literárias temos a consciência de que os escritores brasileiros seguem sempre os moldes europeus de poética, retórica, filosofia e narrativa. Mas não questionamos a imposição do norte global sobre o sul.

A imposição colonial continua metamorfoseada em outras nações, os Estados Unidos da América do Norte são um exemplo, considerando as atuais configurações da geopolítica global. A subjugação do homem branco heterossexual e cristão é o parâmetro dos cargos de poder e lideranças globais.

A Literatura reflete o colonialismo na formação de um cânone que reproduz essas opressões. As narrativas não são imunes à contaminação da normatividade imposta pelo que seria o “homem universal”, o cidadão de bem legitimado pelas instituições, numa estrutura que esmaga os corpos que não se encaixam nesse sistema.

E se o subalterno pudesse falar¹? Ele seria escutado? E se o subalterno pudesse escrever, ele seria lido? Pois então, muitos fizeram suas contranarrativas, mas demoraram anos, décadas, para chegarem até os bancos escolares e até os circuitos editoriais, críticos e acadêmicos.

¹ Parafrazeando o título da obra "Pode o subalterno falar?" (2010) da feminista decolonial Gayatri Spivak que será referenciada na dissertação e perpassará toda a pesquisa

Nas línguas dos colonizadores, alguns tentaram falar e escrever. O que foi escrito é difícil de permanecer, por isso a oralidade sempre foi uma corrente que atravessou a história da humanidade como testemunha dos fatos. Quem tem ouvidos, ouça, porque as vozes não vão mais calar.

Sendo a escrita também uma imposição de um modelo cultural e instrumento de uso do poder pelo menos, desde o “século das luzes” e das “belas letras”, a oralidade e suas expressões, que tiveram espaços em séculos anteriores, foram desvalorizadas e não mantiveram o mesmo status. No entanto, as manifestações da cultura oral são encontradas, entre os séculos XIX, XX e XXI, em formas de sátiras, libelos e panfletos, representando a importância da literatura oral no tocante à memória e à transmissão de saberes manuscritos na clandestinidade.

Em contextos tradicionais e populares variadas formas seguem presentes na vida social. Inclusive há cruzamentos entre as culturas da letra e da voz que convivem, conflitam e se afetam reciprocamente, como as práticas do repente e do improvisado em contextos tanto rurais como urbanos. Os movimentos recentes de produção cultural nas periferias e nos espaços públicos, com a proliferação de saraus, slams, batalhas de rap, constituem uma marca potente das zonas de contato em processo nas cenas literárias e culturais.

O percurso do oral para o escrito é a base de recriação para Conceição Evaristo escrever *Insubmissas Lágrimas* (2016), livro de contos que foram recolhidos pela escritora no ato da escuta e no registro literário da transfiguração dessas histórias. O teórico Frederico Fernandes em seu livro *A voz e o sentido: poesia oral em sincronia* (2007) demonstra esse caminho da oralidade na literatura. Segundo Fernandes (2007, p.24) a poesia expressa-se pela “voz ruído” e constitui a “voz discurso”, marca de uma identidade. No caso de Evaristo, as “vozes mulheres” são repetidas de geração para geração marcando a identidade da mulher negra e o nomadismo do mito:

(...) O ser nômade configura-se pela “voz” que faz circular a poesia por uma linguagem hipercodificada (voz, gestos, entonação, expressões faciais, silêncios e outros ruídos...) e por pessoas: (...) de *griôs* aos muitos poetas e escritores africanos ou entre os próprios *griôs* e inúmeros ouvintes. Nômade é o mito que circula entre narrativas e canções, apreendido no espaço transitório entre o ouvir e escrever. Assim a análise da voz poética precede uma “reconstituição” da performance, algo impossível em sua íntegra, mas viável pela junção de rastros e de pistas encontrados no espaço transitório entre o ouvir e o escrever. (...) A mobilidade que confere à poesia o aspecto nômade é uma característica própria da cultura oral. A voz nômade é, essencialmente, uma poesia oral. (FERNANDES, 2007, p. 24).

No capítulo a “Poesia oral e estudos literários”, Fernandes resgata a história da cultura oral e traça o percurso dos diversos momentos de aproximação, distanciamento e entrelaçamento com a cultura letrada:

A poesia oral, a partir do século XVIII, acabou desempenhando um papel secundário na crítica literária por vários motivos. Primeiro porque se desvinculava da escrita e, por conseguinte, foi tratada como uma *literatura* de pessoas que não sabiam ler nem escrever, conforme a definiu Paul Sébillot em 1881 (Cascardo, 1984, p. 23). Segundo, porque assumiu a definição de popular ou de primitiva em contraposição à de erudita. Terceiro, porque se tornou objeto de uma investigação folclórica, no qual eram observados costumes, sincretismo religioso, origem étnica, ao passo que o valor poético descaracterizava-se em meio ao caldo heterogêneo da cultura popular (Zumthor, 1997, p.22). Quarto, porque se tornou exótica. E quinto, porque a teoria literária começa a se desvincular de um modelo analítico regido pela batuta da letra tardiamente, isto é, a partir da década de 1930, quando Milman Parry constituiu um modelo de análise de *Iliada e Odisséia* com base na chamada “fórmula oral” (Lord, 1960, p. 3). (FERNANDES, 2007, p. 24-25).

Como numa espiral, esse percurso retorna ao começo. O que vemos hoje na poesia oral manifestada nos saraus periféricos, slams e batalhas de rap, assim como, na “Escrevivência” de Conceição Evaristo, é a retomada da oralidade como literatura também, como uma presença que não pode ser ignorada ou excluída por conter em si a semente da literatura que é a contação de histórias, a narrativa, a poética;

(...) torna-se necessário observar como a poesia, à medida que vai perdendo os matizes orais, transforma-se em objeto livro de uma sociedade letrada. Por outro prisma, o próprio adjetivo “oral” aplicado à poesia é resultado do modo como se concebe e se produz literatura na atualidade e, por isso, ele visa diferenciar uma manifestação poética da literatura, ou melhor, de uma poesia pensada e manifestada numa cultura escrita. Esta diferença encontra suas bases no modo de produção, de veiculação e de comercialização, mas a poesia oral e a escrita encontram-se num eixo comum que é o próprio significado de poesia. (...) Ao caracterizar a voz nômade como poesia, busco pôr em evidência uma manifestação estética constituída oralmente através do verbo, que antecede a “instituição literatura” e foi por ela marginalizada.

(...) O “resto” marginalizado, caía em descrédito: carimbado “popular” em oposição a “erudito”, “letrado”, tirado (fazem-no ainda hoje em dia) de um desses termos composto que mal dissimulam um julgamento de valor, “infra”, “paraliteratura” ou seus equivalentes em outras línguas”. (FERNANDES, 2007, p. 25-26-27).

A literatura oral ainda sofre esse descrédito nos Estudos Literários e no entanto, ela não precisa estar separada da escrita. A voz, por muitos períodos conviveu com a letra, inclusive ela foi mimeticamente registrada na escrita por vários criadores. Evaristo não produz literatura oral, mas traz marcas da oralidade. Assim, pretendo mostrar nessa dissertação, a presença da oralidade no nascedouro da escrita evaristiana e como os conhecimentos de outras ciências como história, filosofia, sociologia e psicologia ajudam a traçar essa cartografia na gênese dos contos de Evaristo:

A crítica à ideologia da indissociabilidade literatura/escrita e a todas derivações que dela decorreram (“literatura erudita”, “obra-prima”, “alta literatura”) marcam um momento nos estudos literários em que se dá a dilatação e em alguns pontos a dilaceração das fronteiras do que é literário. Este é um fenômeno não observável apenas nas questões que dizem respeito à poesia oral, mas em reflexões teóricas que redimensionaram a crítica literária para os chamados “estudos culturais”. Os estudos

culturais não tratam apenas da cultura oral, mas a poesia oral passa a ser privilegiada nessa abordagem, em razão do questionamento do cânone, da ênfase a textos da cultura popular que incorporam outras linguagens além da verbal, como a música e a dança. (...). O feminismo, o pós-colonialismo, a *queer theory* (baseada no homoerotismo), a literatura das minorias, o desconstrucionismo, o descentramento, entre outras perspectivas advindas da pós-modernidade, são algumas possibilidades de abordagem dos cânones como *Hamlet*, *Dom Casmurro* ou *Grande Sertão: veredas*, por exemplo. (FERNANDES, 2007, p. 27-28).

1.2 COLONIALISMO, MEMÓRIA, TRAUMA E DESCOLONIZAÇÃO: GRADA KILOMBA E AS NARRATIVAS QUE DESCOLONIZAM O CONHECIMENTO

Inicialmente, farei algumas considerações sobre os conceitos de colonialismo e descolonização², já que trago a obra de Conceição Evaristo como uma possibilidade dessa mudança de perspectiva na educação, e como uma inversão do pensamento educacional que é eurocentrado para o pensamento descolonial, segundo a teórica, escritora e artista interdisciplinar, Grada Kilomba, mulher negra portuguesa com raízes em Angola e São Tomé e Príncipe, nascida em Lisboa onde estudou psicologia e psicanálise e publicou a obra *Memórias da plantação - episódios de racismo cotidiano* (2019).

A escolha por uma descolonização do currículo implica o conhecimento da visão do colonizado e de seus processos de resistência, assim como a desconstrução de imaginários perpetuados pela literatura nacional e pelas narrativas da história oficial. A literatura é a linguagem artística que cria outros imaginários possíveis, e destaco aqui as narrativas não hegemônicas, que destoam e divergem do que já está canonizado como a superioridade

² Como se diferencia "descolonial" e "decolonial"? Primeiramente, é relevante pontuar que as diferenciações postas por estes termos articulam-se como teóricas e políticas. O decolonial encontra substância no compromisso de adensar a compreensão de que o processo de colonização ultrapassa os âmbitos econômicos e político, penetrando profundamente a existência dos povos colonizados mesmo após "o colonialismo" propriamente dito ter se esgotado em seus territórios.

O decolonial seria a contraposição à "colonialidade", enquanto o descolonial seria uma contraposição ao "colonialismo", já que o termo *descolonización* é utilizado para se referir ao processo histórico de ascensão dos Estados-nação após terem fim as administrações coloniais, como o fazem Castro Gómez e Grosfoguel (2007) e Walsh (2009). O que estes autores afirmam é que mesmo com a descolonização, permanece a colonialidade. E isso passa pela diferença entre colonialidade e colonialismo.

Para Aníbal Quijano (1992), colonialismo diz respeito a uma "relação de dominação direta, política, social e cultural dos europeus sobre os conquistados de todos os continentes." Ainda afirma que o "colonialismo, no sentido de uma dominação política formal de algumas sociedades sobre outras, parece assunto do passado" (p. 437)

A colonialidade é referente ao entendimento de que o término das administrações coloniais e a emergência dos Estados-nação não significam o fim da dominação colonial. Há, como afirma o autor, a continuidade da estrutura de poder colonial e, portanto, da dominação colonial, por meio do que denomina colonialidade sendo, então, posta a necessidade de um movimento teórico-político de contraposição: o decolonial.

intelectual e econômica da Europa e a manutenção desse poderio através de referenciais estéticos europeus.

É preciso discutir também território e suas fronteiras imaginadas para a disposição dos mapas políticos e das identidades nacionais postas oficialmente pela imposição do hemisfério norte sobre o hemisfério sul. O Ocidente, assim como sua contrapartida oriental, é uma construção fictícia baseada em mitos e fantasias. De uma perspectiva geográfica, o conceito é relativo e político. De uma perspectiva histórica, Portugal colonizou o Brasil e suas colônias africanas porque era necessário civilizar esses povos “selvagens e atrasados”, uma perspectiva colonial tida como a história oficial.

Fomos colonizados por Portugal e hoje falamos a língua do colonizador. Com ela escrevemos a história do Brasil e a literatura que inevitavelmente seguiu os moldes literários europeus. A tinta sempre foi privilégio do escritor branco e da elite cultural. Com essa escrita eurocentrada, os povos indígenas e africanos sempre foram retratados como paisagem e objeto. Grada Kilomba (2019) desmonta, de modo incisivo, a normalidade do racismo, expondo a violência e o trauma de ser colocado como Outra/o.

Uma história de vozes torturadas, línguas rompidas, idiomas impostos, discursos impedidos e dos muito lugares que não podíamos entrar, tampouco permanecer para falar com nossas vozes. (...) A ideia de que se *tem* de escrever, quase como uma obrigação moral, incorpora a crença de que a história pode “ser interrompida, apropriada e transformada através da prática artística e literária” (hooks, 1990, p.152) (...) Escrever, portanto, emerge como um ato político. (...) Essa passagem de objeto a sujeito é o que marca a escrita como um ato político. Além disso, escrever é um ato de descolonização no qual quem escreve se opõe a posições coloniais tornando-se a/o escritora/escritor “validada/o” e “legitimada/o” e, ao reinventar a si mesma/o, nomeia uma realidade que fora nomeada erroneamente ou sequer fora nomeada. (KILOMBA, 2019, p. 27/28).

Na passagem de objeto para sujeito, a mulher negra vai narrar a memória que ficou gravada no corpo, que carrega os traumas da escravidão que circunstancialmente se abrem como feridas cada vez que atos racistas atingem esse sujeito. Kilomba fala em um trauma coletivo, o trauma do sequestro de África, o trauma dos navios negreiros, os traumas físicos e psicológicos advindos das torturas e humilhações constantes da escravidão.

O simbolismo da máscara de flandres usada para impedir os escravizados de comerem os frutos das plantações é mais que uma metáfora. O quanto se calou de voz com essa máscara? O quanto se desejou falar e não pode ser dito? O silêncio ensurdecido dos escravizados é preenchido através de narrativas descoloniais que atualizam o cenário das plantações porque há necessidade de um eterno retorno ao que foi traumatizado e recalçado.

Falando do Silêncio

A máscara, portanto, levanta muitas questões: por que deve a boca do sujeito negro ser amarrada? Por que ela ou ele tem de ficar calada/o? O que poderia o sujeito negro dizer se ela ou ele não tivesse sua boca tapada? E o que o sujeito branco teria de ouvir? Existe um medo apreensivo de que, se o sujeito colonial falar, a/o colonizadora/o terá de ouvir. Seria forçada/o a entrar em uma confrontação desconfortável com as verdades da/o “Outra/o”. Verdades que têm sido negadas, reprimidas, mantidas e guardadas como segredos. Eu gosto muito deste dito “mantido em silêncio como segredo”. Essa é uma expressão oriunda da diáspora africana e anuncia o momento em que alguém está prestes a revelar o que se presume ser um segredo. Segredos como a escravização. Segredos como o colonialismo. Segredos como o racismo. (KILOMBA, 2019, p. 41).

Grada Kilomba através de perguntas retóricas vai escrevendo e refletindo sobre a escrita descolonial, narrativas que a escritora Conceição Evaristo domina com maestria em seus livros de contos *Insubmissas lágrimas de mulheres* (2016) e *Olhos d'água* (2016). Uma das perguntas-chave do livro de Grada, *Memórias da plantação* (2019) é: Quem pode falar? E no capítulo com esse título, ela discorre sobre o que acontece quando a mulher negra fala do centro da narrativa, um deslocamento de pontos de vista que vai questionar o *status quo* da academia e que nos levará ao exercício de descolonizar o conhecimento.

Qual conhecimento está sendo reconhecido como tal? E qual conhecimento não o é? Qual conhecimento tem feito parte das agendas acadêmicas? E qual conhecimento não? De quem é esse conhecimento? Quem é reconhecida/o como alguém que possui conhecimento? E quem não o é? Quem pode ensinar conhecimento? E quem não pode? Quem está no centro? E quem permanece fora, nas margens? (KILOMBA, 2019, p. 50).

Kilomba conclui que o centro acadêmico não é um lugar neutro. O negro é visto como objeto de estudos e não como sujeito, é visto como o Outro. Logo, existe uma falta de acesso à representação sofrida pela comunidade negra. Segundo a autora, e eu concordo com ela por experiência própria, a academia é um espaço de violência epistemológica. Por isso, trago nessa dissertação o aporte teórico composto de intelectuais negras e negros.

...o trabalho de escritoras/es e intelectuais negras/os permanece, em geral, fora do corpo acadêmico e de suas agendas, (...) Eles e elas não estão acidentalmente naquele lugar; foram colocadas/os na margem por regimes dominantes que regulam o que é a “verdadeira” erudição. Considerando que o conhecimento é colonizado, argumenta Irmgard Staeuble (2007, p. 90), que o colonialismo “não apenas significou a imposição da autoridade ocidental sobre terras indígenas, modos indígenas de produção, leis e governos indígenas, mas também a imposição da autoridade ocidental sobre todos os aspectos dos saberes, línguas, e culturas indígenas”, não é somente uma imensa, mas também urgente tarefa descolonizar a ordem eurocêntrica do conhecimento. (KILOMBA, 2019, p. 52-53).

Minha pesquisa sobre a oralidade presente nas narrativas de Evaristo já foi adjetivada como “inexistente” no campo de conhecimento e o argumento era que “a literatura oral não existia”! Assim como, eu também estaria sendo “ousada” em trazer novos conhecimentos para

a academia e que seria muito difícil meu trabalho ser aceito. Acusações sobre os textos produzidos por pesquisadores negros de serem textos “militantes” ou “ativistas” são mais recorrentes do que gostaríamos, principalmente quando o que está em pauta são questões raciais.

O discurso da/os intelectuais negras/os surge, então, frequentemente como um discurso lírico e teórico que transgride a linguagem do academicismo clássico. Um discurso que é tão político quanto pessoal e poético, como os escritos de Frantz Fanon ou os de bell hooks. Essa deveria ser a preocupação primordial da descolonização do conhecimento acadêmico, isto é, “lançar uma chance de produção de conhecimento emancipatório alternativo”, como Irmingard Ataeuble (2007, p.90) argumenta, a fim de transformar “as configurações do conhecimento e poder em prol da abertura de novos espaços para a teorização e para a prática”. (..) Quando produzimos conhecimento, argumenta bell hooks, nossos discursos incorporam não apenas palavras de luta, mas também de dor – a dor da opressão. (KILOMBA, 2019, p. 59).

A colonização de Portugal sobre o Brasil também é reproduzida dentro de Portugal com os “corpos que não pertencem” ao estado nação português, como diz Grada Kilomba. Nas escolas, a aula de história é a “lavagem cerebral” que é feita para ocultar o crime do colonialismo e relativizar suas vítimas que passam a ser réus do racismo. como já sentenciou o antropólogo brasileiro-congolês Kabengele Munanga (2009), o “racismo é um crime perfeito.”

Nos pediam para ler sobre a época dos “descobrimientos portugueses”, embora não nos lembrássemos de termos sido descobertas/os. Pediam que escrevêssemos sobre o legado da colonização, embora só pudéssemos lembrar do roubo e da humilhação. E nos pediam que não perguntássemos sobre nossos heróis e heroínas de África, porque elas/eles eram terroristas e rebeldes. (KILOMBA, 2019, p. 65).

O colonialismo foi um projeto de espoliação e genocídio que aculturou os povos originários do Brasil e escravizou os povos africanos com a premissa cristã de que os negros não tinham alma e de que os indígenas precisavam ser convertidos. Na destituição desses sujeitos, suas humanidades e culturas foram aniquilados, porém, a memória, a oralidade e suas crenças mantiveram o elo com África e com a América, possibilitando na diáspora a reconstrução de seus imaginários, para enfrentar o legado do colonialismo até os dias de hoje.

O Brasil fez a Independência de Portugal, da qual os negros foram excluídos porque continuaram escravizados. Depois, o Império se tornou uma República com uma falsa Abolição da Escravatura, porque no dia seguinte os negros foram largados à própria sorte, ou azar. Quando o Brasil se torna uma República democrática de direito, aos poucos se instaura uma Ditadura militar com o apoio dos Estados Unidos e com o genocídio contínuo dos povos indígenas. São as metamorfoses do Colonialismo na contemporaneidade.

Os alunos aprendem na escola que seus ancestrais indígenas e africanos foram assassinados sem tentativa de defesa, escravizados sem tentativas de fugas, subalternizados sem

insubmissão. As revoltas populares foram desmerecidas pelas batalhas perdidas dessa grande luta anticolonial que precisa ser assumida através da literatura e da história comprometidas com a maioria da população brasileira.

Os contos de Conceição Evaristo compreendem desde o momento histórico do pós-abolição da escravatura (*Insubmissas lágrimas de mulheres*) até o cenário contemporâneo das favelas brasileiras (*Olhos d'água*). Ou seja, os resquícios do colonialismo estão presentes nesse cenário patriarcal e racista que perpassa as relações étnico-raciais e de gênero. Em *Olhos d'água*, a favela é o território da escassez, o território da falta: falta água, luz, saneamento, asfalto, educação, segurança, emprego. A favela é o território da ausência: o estado é ausente, os pais são ausentes, as crianças estão ausentes na escola, os cidadãos estão ausentes da vida pública. A presença da fome é constante e a alternativa do crime é sedutora. Vida e morte são negociadas o tempo todo. Vidas negras em sua maioria.

Acredita-se que o Brasil é uma nação independente e democrática, uma república de direitos sem conflitos e com democracia racial. Realmente muitos creem que o período do Brasil Colônia foi superado e que as populações negras e indígenas possuem cidadania plena.

O termo “neocolonialismo” seria mais apropriado para a história contemporânea brasileira, pois compreende movimentos de opressão e resistência, assim como países de Primeiro Mundo com a presença diaspórica de imigrantes. As lutas e discursos anticoloniais ou antineocoloniais estão presentes nas cantigas diaspóricas da escrivência de Evaristo, que quer “causar pesadelos na casa grande” através da denúncia do racismo estrutural que desumaniza as mulheres e homens negros.

A escravidão africana acabou no Brasil, mas o racismo mata diariamente corpos negros numa lógica necropolítica que define quem merece viver e quem pode morrer, assim como o genocídio indígena segue perpetuado pela apropriação indevida de seus territórios e de seus apagamentos que vão desde os idiomas até os assassinatos de seus líderes. O racismo “interno” no Brasil é estruturante e a própria negação de sua existência e reconhecimento de suas práticas está sempre “escamoteado” pelo discurso da “democracia racial”³ Outro atravessamento do

³ As ideias eugenistas europeias de fins do século XIX construíram arcabouço filosófico e científico para justificar o imperialismo europeu imputando aos não brancos critérios que os desumanizaram e inferiorizaram. Tais teorias serviram no Brasil para impedir o acesso das pessoas escravizadas a direitos como acesso a terra e educação. Em Portugal, a cultura fronteiriça que funda o reino português (com contribuições árabes desde a Idade Média e com o norte da África ao longo da história), explicaria a recorrente mestiçagem do homem português com as mulheres indígenas e negras. Contudo, como alerta Boaventura de Sousa Santos (2003, p.27), “A miscigenação não é a consequência da ausência de racismo, como pretende a razão lusocolonialista ou lusotropicalista, mas certamente é a causa de um racismo de tipo diferente”. Como decorrência dessa “aptidão” à mistura, as teses lusotropicalistas do sociólogo Gilberto Freyre consolidam no Brasil a ideia de que a mestiçagem (resultante do intercuro sexual do homem branco com as mulheres indígenas e negras), além de viabilizar a conquista e colonização dos trópicos, deu origem a uma sociedade em que predomina a harmonia entre as três raças. Contudo, assim como Boaventura

debate pós-colonial sobre a miscigenação atinge o campo da cultura e das artes, posto que foram sobretudo os intelectuais da diáspora que elaboraram esquemas identitários híbridos

Nos contos de Conceição Evaristo há a representação do sincretismo religioso no culto dos santos negros católicos; no hibridismo genético das relações inter-raciais, que hoje busca através da palavra “negro” e “indígena” uma identidade que abarque as heterogeneidades da mestiçagem sem esquecer da violência dos estupros de mulheres negras e indígenas e por fim a creolização da linguagem com a presença de palavras originadas da cultura africana dos povos Bantu e das mais de 300 nações indígenas brasileiras.

Essas práticas de resistência compreendem atos da descolonização, ações contínuas de estratégias bem pensadas e articuladas que demonstram as inteligências e saberes desses povos que mantiveram vivas tradições de África e América e que atravessaram séculos para chegarem aos seus descendentes até os dias de hoje.

1.3 OS PRECURSORES ANTICOLONIAIS: AIMÉ CÉSAIRE, O POETA DA NEGRITUDE

Para entender os processos de afirmação e reparação atuais há que considerar as vozes que iniciaram de forma contundente o questionamento do racismo junto ao enfrentamento dos

explicita que para os portugueses a mistura não significou a inexistência de racismo, mas o surgimento de um tipo diferente de racismo, no Brasil ainda hoje são necessários muitos esforços intelectuais e insistentes reivindicações de movimentos sociais para desfazer o mito, quer dizer, a ilusão da democracia racial da sociedade brasileira. Dados recentes atestam os efeitos do racismo na segregação e na manutenção das desigualdades no país:

Não obstante as melhorias verificadas para todos os grupos raciais, persiste intensa desigualdade quanto se comparam indicadores sociais de negros e brancos em diversas áreas. Tomando-se, por exemplo, a escolaridade, embora sejam evidentes os avanços conquistados nos últimos anos, a desigualdade racial permanece, ainda que tenha-se reduzido ao longo deste período. Para ilustrar, a média de anos de estudos da população negra passa de 65%, em 1992, para 81% da taxa da população branca em 2012. A escolaridade média conquistada pelos negros em 2012 (7,1 anos), contudo, corresponde ao patamar que a população branca já experimentava há mais de dez anos. Com efeito, estas desigualdades no campo educacional acabam por ter reflexos em outras esferas da vida social, como é o caso do mundo do trabalho. Os negros permanecem, nesta área, sobrerrepresentados entre os desempregados e, entre as posições mais desprotegidas e mais precárias. No entanto, cabe ressaltar que, mesmo equalizando a questão da escolaridade, via de regra, a população negra segue em desvantagem. Ainda que comparem trabalhadores com mais de 12 anos de estudo, o rendimento médio dos homens negros equivale a 66% daquele auferido por homens brancos com a mesma escolaridade. No caso das mulheres negras, com este mesmo nível educacional, percebem rendimentos equivalentes a apenas 40% do rendimento dos homens brancos (PNAD, 2012). Esta diferença explica-se pelo fato de que a segregação racial nos papéis relativos às carreiras, posição na ocupação, setor de atividade e nível hierárquico reflete-se na desigualdade salarial entre negros e brancos, mesmo entre aqueles com igual nível de escolaridade. Ademais, o racismo produz e reproduz estas diferenças e atua de forma direta neste quadro. (SILVA, Tatiana Dias da, SILVA, Josenilton Marques da. Nota Técnica 17. Brasília, IPEA, 2014. p. 4-5).

aparatos coloniais. Começo por um poeta que expandiu o termo “Negritude” e legitimou a existência para o negro em sua diáspora na América: Aimé Fernand Césaire (26/06/1913 – 17/04/2008)

O impacto que veio da Literatura Afro-latino-americana, mais precisamente das Antilhas, “das ilhas negras que se repetem”, foi um assombro em meu desconhecimento sobre esse poeta. Apenas tardiamente, sua obra foi traduzida para o português. Césaire deixou um legado intelectual que é único e que transita em produção acadêmica e projetos que envolvem História, Cultura, Humanidade, Arte, Poesia, Literatura, Negritude e Colonialismo.

O impacto da sua obra também forjou a escrita de Conceição Evaristo. Com toda certeza, ela foi leitora de Césaire nos anos 80, década de fundação do Movimento Negro Unificado e do surgimento dos Cadernos Negros, publicação que reúne os principais escritores negros de todo o Brasil em torno de uma ideia de afirmação positiva da Negritude em oposição a todos os estereótipos que a palavra “negro” carregava desde o início da colonização.

O pensamento sobre a Negritude inicia na década de 1930 no “Harlem Renaissance” nos Estados Unidos da América e ganha força nos anos 1960 com os Movimentos Cívicos das Minorias, desde grupos Negros e de Mulheres até a Contracultura dos Hippies, que traziam o pacifismo como protesto à Guerra do Vietnã.

Nasceu, nesse contexto, o movimento *Black Power*, expressão que seria generalizada para toda reação político-social daquele momento. Os integrantes do movimento passaram a mostrar seu orgulho de pertencer à raça negra, ganhando maior identidade cultural, exteriorizando seus sentimentos, usando indumentárias coloridas e cabelos, no que chamavam o estilo afro, inspirado nos penteados africanos tradicionais e uso o punho levantado como saudação.

O sucesso dos protestos e manifestações públicas do movimento “Black Power” inspirou intelectuais negros, artistas e ativistas políticos a formarem grupos culturais politizados, proporcionando o surgimento da “Black Arts Movement ou BAM”. Apesar da existência de iniciativas por parte de escritores e artistas negros, com propósitos semelhantes antes do ano de 1965, o mês de março daquele ano, após o assassinato de Malcolm X, é considerado a data simbólica do nascimento do “Black Arts Movement”. Este ramo artístico do ativismo começou no Harlem e dava ênfase à autodeterminação através da autossuficiência negra, desencadeando a criação de editoras, a publicação de livros, revistas, jornais e a criação de instituições de arte negras, além de favorecer a instauração de departamentos de African American Studies nas universidades americanas.

O BAM envolveu um grande número de escritores (destaco Langston Hughes), inspirou os negros a escrever a partir de suas experiências enquanto negros, enriquecendo com essas obras, a literatura afro-americana, o que gerou uma estética a partir da forma distinta de olhar o mundo e criar a partir da vida e culturas negras. Contestando, recusavam-se a aceitar o cânone literário americano que não valorizava a diversidade de ideias das minorias raciais, considerando que, antes do aparecimento do BAM, a literatura de língua inglesa era dominada por autores brancos.

Os Estados Unidos nunca tinham presenciado, antes, um movimento militante artístico de tal ordem que começou com iniciativas localizadas e acabou aglutinando tendências variadas e transformando-se em amplo movimento nacional, tendo durado cerca de uma década (1960 a 1970). Tais articulações causaram, nesse período, mudanças no mundo da literatura, não só inspirando gerações futuras de artistas e

escritores afro-americanos, como também vindo a influenciar países onde o contingente da diáspora negra se fazia presente, vivenciando situações semelhantes de discriminações raciais, entre eles o Brasil. (ALVES, 2010, p. 16-17).

Cesáire se “tornou negro” na França da pior forma que a colonização pode exercer: na ilusão de que os colonizados fossem franceses, ou aceitos como europeus caso dominassem língua e códigos da metrópole. Ele ganhou uma bolsa de estudos secundários em Paris, onde conheceu Léopold Sédar Senghor e juntos com Léon Gontran Damas fundam o jornal “L’Étudiant noir” (O Estudante negro). Foi nas páginas dessa revista que apareceu pela primeira vez a palavra “Negritude”. Uma verdade que o fez retornar ao seu país natal e rever seus passos em direção ao autoconhecimento e ao reconhecimento dos seus iguais.

A construção da negritude se configura para o antilhano como aprendizado da raiz coletiva, como amadurecimento de uma linhagem de pensamento. É aprofundada com a constatação de um Pan-Africanismo⁴ cultural que reúne Américas e África, desejoso de ser o curativo da ferida colonial e a construção e reconstrução de uma nação negra.

O *Diário de um retorno ao país natal* (2012) é um turbilhão de sentimentos e emoções: revolta, ódio, medo, orgulho, esperança. Pode ser lido como um diário, ou como um longo poema, ou até mesmo como um discurso. Pode ser lido em partes como ilhas, ou inteiro como arquipélago.

O primeiro movimento é uma visão geral das Antilhas, marcadas pela tristeza e desalento. A pátria do poeta é um lugar de destruição e menosprezo. Os habitantes da ilha vivem na miséria, na fome. São “vagabundos”, sem ofício. A vizinhança de Césaire era assim, até que ele venceu através dos estudos.

⁴ Nos termos do etnólogo e cientista político cubano Carlos Moore,

“O **Pan-africanismo** – ideologia política criada fora da África pelos grandes pensadores da diáspora – predicava que a diáspora e a África tinham um destino comum; que a emancipação dos afro-americanos não poderia ser desvinculada da emancipação dos povos do continente ancestral, e vice-versa”. (2010, p.69-70, grifo do autor).

Entre os nomes mais proeminentes, cita George Padmore (Trinidad e Tobago), Leon Gontran Damas (Guiana), W.E.B. Du Bois (EUA), William Ferguson (Dominica), Marcus Garvey (Jamaica), Aimé Césaire e Frantz Fanon (Martinica).

Diz ainda:

“A ideologia pan-africanista se converteu rapidamente no elo que congregou as aspirações políticas da diáspora e dos povos do continente africano; foi adotada pelas elites progressistas que surgiram, na própria África, no calor do combate contra a colonização e ocupação europeia”. (MOORE, 2010, p.70)

Como observa ainda Moore (2010), a ideologia nacionalista pan-africanista foi adotada pelas elites progressistas que surgiram no continente africano desde a segunda metade do século XIX e a primeira do XX; contudo, a maioria desses líderes foram assassinados ou derrubados por golpes, muitos deles sob influência das metrópoles, transformando as relações coloniais em neocoloniais. Os antiimperialistas que defendiam a proposta pan-africanista de um Estado Federal de todo o continente africano ficaram conhecidos como Grupo de Casablanca, e os que advogavam a manutenção do pacto colonial se organizaram no chamado Grupo de Monróvia.

MOORE, CARLOS. *A África que incomoda: sobre a problematização do legado africano no cotidiano brasileiro*. 2.ed. ampl. Belo Horizonte: Nandyala, 2010. (Coleção Repensando África, v.3)

O poeta tem medo desse retorno ao país natal, pois é o regresso de uma consciência trágica e revolucionária. Mas ele tem uma missão, humana e cósmica. Ele quer ver a apoteose do homem negro no mundo. É um idealista, sonhador e utópico.

Na segunda parte, há essa tomada de consciência: se ele domina a língua do colonizador, ele tem de escrever com essa mesma língua a sua indignação, a sua revolta, o seu tormento. Mesmo não sendo reconhecido como um francês, mesmo sendo “lido” como um “surrealista” e tendo como “padrinho literário” um francês existencialista: Jean Paul Sartre.

Primeiramente, o que une e reúne os negros na diáspora é o passado da escravização, da tortura, do estupro e do genocídio. O passado doloroso da raça negra precisa ser reaberto, como uma ferida infeccionada que precisa respirar, pois esse pus, volta e meia, retorna no cenário pós-colonial.

O tráfico negreiro tem de ser denunciado. É preciso dar nome aos traficantes, negociadores e escravagistas de vidas humanas. A violência tem que aparecer nua e crua. Os criminosos têm de ser punidos. É um itinerário épico-lírico pessoal e coletivo.

Na terceira parte, vamos ouvir a voz do negro, a voz dos “condenados da terra”. Aqui há uma exaltação da beleza da Martinica, da sua terra natal. E como elemento adaptado e inserido aparece o corpo negro, “a cor local”. Há uma invocação das forças elementares e maravilhosas da terra. Aqui há o desejo da afirmação da “Negritude”, da beleza do ser negro.

Encerrando o percurso, aparecem a esperança, a força da luta, o lugar do homem negro no mundo. É através da militância que vai ser construído o pensamento negro de Césaire. É o homem negro que deve decidir o seu destino. É o homem negro que deve conhecer a sua história antes da escravidão. Conhecer a sua cultura para poder ter seu lugar no mundo “humanista” e poder exercer a “fraternidade” universal.

Sem dúvida, existe uma solidariedade maior entre os grupos da raça negra, não somente em função da cor da sua pele, mas de uma comunidade de cultura, de história, de temperamento. A negritude é para o negro uma condição *sine qua non* de autenticidade da criação em qualquer lugar do mundo.

Em sua outra obra *Discurso contra o colonialismo* (1978), o poeta faz a denúncia do projeto colonialista, que segundo o prefácio de Mário de Andrade, “trata-se do processo dos valores da Europa capitalista responsável por um odioso empreendimento etnocidário – a colonização;” (1978, p.5).

Césaire também alerta para o que a colonização não tem boas intenções: “... o gesto decisivo, aqui, é o do aventureiro e do pirata, do comerciante e do amador, do pesquisador de

ouro e do mercado do apetite e da força...” (1978, p.14-15). O discurso desvenda o que há por trás dos atos dos grandes “descobridores” e suas violências atrozes:

...neste domínio, o grande responsável é o pedantismo cristão, por ter enunciado equações desonestas: cristianismo = civilização; paganismo = selvajaria, de que só se podiam deduzir abomináveis consequências colonialistas e racistas, cujas vítimas haviam de ser os Índios, os Amarelos, os Negros. (CÉSAIRE, 1978, p. 15).

É triste constatar que a violência do colonialismo não acabou, que essa empresa capitalista vai se metamorfoseando em suas formas e disfarces, mas que no conteúdo o espírito assassínio e destruidor ainda é o mesmo de 500 anos atrás... O poeta Aimé Césaire, em sua denúncia sobre a violência da colonização, volta no tempo antes da chegada dos europeus para mostrar que a dita “civilização” não era necessária, e sim, antes de tudo, foi destruidora de culturas, riquezas e seres humanos:

Bem vejo o que a colonização destruiu: as admiráveis civilizações índias e que nem Deterding, nem a Royal Dutch, nem a Standard Oil jamais me consolarão dos Aztecas e dos Incas.

Bem vejo – condenadas a prazo – as civilizações em que a colonização introduziu um princípio de ruína: Oceania, Nigéria, Niassalândia. Vejo menos bem o que lhe trouxe. (...)

Nenhum contacto humano, mas relações de dominação e de submissão que transformam o homem colonizador em criado, ajudante, comitê, chicote e o homem indígena em instrumento de produção. (...)

Eu, eu falo de sociedades esvaziadas de si próprias, de culturas espezinhadas, de instituições minadas, de terras confiscadas, de religiões assassinadas, de magnificências artísticas aniquiladas, de extraordinárias possibilidades suprimidas. (...) Falo de milhões de homens arrancados aos seus deuses, à sua terra, aos seus hábitos, à sua vida, à vida, à dança, à sabedoria. (...)

Mas eu falo de economias naturais, de economias harmoniosas e viáveis, de economias adaptadas ao homem indígena desorganizadas, de culturas de subsistência destruídas, de subalimentação instalada, de desenvolvimento agrícola orientado unicamente para benefício das metrópoles, de rapinas de produtos, de rapinas de matérias-primas. (...)

Eram sociedades comunitárias, nunca de todos para alguns.

Eram sociedades não só pré-capitalistas, como se disse, mas também anti-capitalistas. Eram sociedades democráticas, sempre.

Eram sociedades cooperativas, sociedades fraternais.

Faço a apologia sistemática das sociedades destruídas pelo Imperialismo.

Elas eram um facto, não tinham a menor pretensão de ser uma idéia, não eram, apesar de seus defeitos, odiosas ou condenáveis. Contentavam-se em ser. Perante elas, nem a palavra derrota nem a palavra calamidade tinham sentido. Elas reservavam, intacta, a esperança. (CÉSAIRE, 1978, págs. 24-25-26-27).

Césaire atesta: “...não é pela cabeça que as civilizações apodrecem. É primeiro pelo coração” (1978, p. 32). Contrastando com o povo Banto, que foi um dos povos africanos que construíram o Brasil, ele destaca:

...Estes Bantos são puros espíritos, digo-vos eu: “O que eles desejam, antes e acima de tudo, não é a melhoria de sua situação económica ou material, mas sim, o reconhecimento do branco e o seu respeito pela sua dignidade de homem, pelo seu pleno valor humano”. (CÉSAIRE, 1978, p. 45).

O colonialismo é um sistema, uma estrutura, um discurso acompanhado de práticas que justificam as maldades cometidas por séculos contra os colonizados. Como as antigas colônias tornaram-se independentes em América e África, é preciso reinventar a estrutura e manter a submissão através das roupagens do neocolonialismo. Por isso o discurso de Cesáire e as narrativas de Conceição Evaristo dialogam entre si na simultaneidade de um tempo e espaço que se configuram como o inferno na terra.

1.4 IDEIAS DE UM REVOLUCIONÁRIO PARTICULARMENTE NEGRO, FRANTZ FANON

Nascido também na ilha de Martinica, outro intelectual negro que trago para essa pesquisa é Frantz Fanon, que não por acaso foi aluno de Aimé Césaire. Ele escreveu diversas obras: *Os condenados da terra* (2005), *Em defesa da revolução africana* (1980) e *Peles negras, máscaras brancas* (2008), trabalho de conclusão do curso de Psiquiatria que não chegou a ver publicado, pois morreu precocemente.

Fanon despertou sua consciência racial primeiro combatendo na Segunda Guerra junto aos aliados (França), depois, na Guerra da Argélia combatendo outros negros que, esses sim, lutavam contra o colonialismo, os negros africanos, os argelinos.

Fanon era psiquiatra e estudava os efeitos do racismo na psique do sujeito negro e as consequências psicológicas das práticas racistas na vida das pessoas brancas. Em *Peles negras, máscaras brancas* (2008) ele viu de perto a maneira como os médicos brancos tratavam os pacientes negros, e observou que muitos desses pacientes chegavam ao consultório com sintomas desconhecidos que não indicavam doenças do corpo, mas sim, da alma, o que Fanon constatou como sendo o racismo o agente do mal estar dos sujeitos negros.

As máscaras brancas de que fala Fanon são as falsas personalidades que os sujeitos negros constroem para serem aceitos numa sociedade racista, acabando assim por perderem suas próprias personalidades e aniquilando o que há de mais humano em cada ser: a autenticidade e a simplicidade de existir.

Fanon também desvenda os comportamentos inconscientes que os sujeitos negros e brancos performam quando se relacionam afetivamente. Ele fala do “desejo de brancura” do sujeito negro ao se relacionar com pessoas brancas e dos desejos estereotipados dos sujeitos brancos ao buscarem nos sujeitos negros seus objetos sexuais.

Racismo não é apenas um preconceito mental, é uma prática de exclusão que estrutura a sociedade e escolhe quem pode e quem não pode ter direito à cidadania. Hoje, a luta é contra

o neocolonialismo, que vai se metamorfoseando, mas no fundo é o velho capitalismo e “a força da grana que ergue e destrói coisas belas” (1978) como canta Caetano Veloso, e extermina os corpos negros numa “necropolítica” que é a única que o Estado pratica.

Há uma exclusão da mulher negra na Literatura Brasileira, tanto na autoria, quanto na representação de personagens. O sujeito feminino negro é apresentado de forma inferior. Por isso mesmo, devemos procurar representações positivas desse sujeito.

Quando afirmamos que raça vem antes de gênero, é porque não é somente a vida da mulher negra que deve ser respeitada, mas sim, as vidas das pessoas que compõem a família dela: o pai, a mãe, os irmãos, as irmãs, os sobrinhos, as sobrinhas, os tios, as tias, os avôs, as avós. Ora, se estamos lendo uma narrativa onde o sujeito negro feminino está representado, sua gênese pode aparecer ou não, assim como seus pares, amigos, colegas, todos negros ou não, representados em suas devidas humanidades.

Se o leitor negro se vê representado de forma inferior na literatura, no cinema, nas artes em geral, sua autoestima enquanto cidadão brasileiro também vai sendo diminuída, assim como seu sentimento de pertença ou de exclusão.

Se o escritor negro seguir uma tradição literária eurocêntrica que o Brasil sempre reproduziu em seu cânone literário, ele terá que reproduzir os personagens negros brutalizados como “Bertoleza” e “Rita Baiana” de “*O cortiço*” de Aluísio de Azevedo, ou “tia Anastácia” e “tio Barnabé” do “*Sítio do Pica Pau Amarelo*” de Monteiro Lobato, onde as mulheres negras são comparadas, entre tantas outras coisas, aos animais!

O desejo de uma literatura embranquecida só reforça o racismo estrutural dentro da Literatura Brasileira. É preciso escrever e descrever o sujeito negro de forma que o aproxime mais da sua humanidade e da sua identificação com o que se lê nas linhas.

Se do continente africano os negros foram sequestrados, violentados, assassinados, aqui no Brasil pós-abolição a violência contra a população negra não cessa. Há de se perguntar quem é o primitivo, o atrasado, o ignorante? O negro ou o branco?

E por falar em território, “se a terra não é de ninguém, então ela é de todos”, como diz Ganga Zumba em *Quilombo* (1984). Se eu, africano desterritorializado, vivo, sobrevivo e resisto nas terras *brasilis*, eu sou um brasileiro também. Logo, criei tecnologias e culturas afro-brasileiras, escrevo uma literatura afro-brasileira, uma literatura negra com todo o orgulho.

A partir da conscientização política em relação aos insultos, o homem negro começa a buscar o reconhecimento no mundo branco, reivindicando seus direitos, sua identidade, e conquistando os espaços sociais que lhe foram negados: segundo Frantz Fanon (1983) o homem negro “não deseja de modo algum dominar o mundo, ele quer

a abolição de privilégios étnicos sejam eles quais forem, confirma sua solidariedade com os oprimidos de qualquer cor.” (p. 109)

Trata-se da luta pela transformação social na busca de espaço e reconhecimento das diferenças de forma que todos possam se aceitar e conviver em harmonia. (GOMES, 2017, p. 23).

Sendo uma escritora negra, terei que lutar contra duas opressões nas palavras: racismo e machismo. Conceição Evaristo, uma escritora diaspórica, vai equalizar seu discurso a partir da mulher negra no cenário pós-colonial. É nesse lugar de fala que ela vai buscar uma escuta.

Evaristo, em sua obra, vem provando ser essa mulher intelectual proposta por Spivak ao nos apresentar uma literatura comprometida com o resgate da história dos afrodescendentes e com a denúncia da exclusão social desse grupo, tendo como foco a questão a mulher negra e pobre, e a violência de que é vítima por parte da sociedade como um todo e, em especial, por parte dos homens. Evaristo, ao contrário da constatação de Spivak, mostra que o subalterno pode falar, ao dar voz a esse grupo, uma voz ficcionalizada que reinventa através de seus personagens, a realidade cotidiana de mulheres, crianças, jovens, idosos e idosas negros. Sendo ela parte desse grupo, ela não fala por eles: ela é um deles. (GOMES, 2017, p. 32).

Frantz Fanon, em seu artigo “Racismo e Cultura” (1980), aponta outro aspecto da estrutura colonialista, a que cria as culturas superiores em face da subalternização das culturas que classifica de inferiores.

Podemos dizer que existem certas constelações de instituições, vividas por homens determinados, no quadro de áreas geográficas precisas que num dado momento sofreram o assalto direto e brutal de esquemas culturais diferentes. O desenvolvimento técnico, geralmente elevado, do grupo social assim aparecido autoriza-o a instalar uma dominação organizada. O empreendimento da desculturação apresenta-se como o negativo de um trabalho mais gigantesco de escravização econômica e mesmo biológica.

A doutrina da hierarquia cultural não é, pois, mais do que uma modalidade da hierarquização sistematizada, prosseguida de maneira implacável. (...)

Estudar as relações entre racismo e a cultura é levantar a questão da sua ação recíproca. Se a cultura é o conjunto dos comportamentos motores e mentais nascidos do encontro do homem com a natureza e com seu semelhante, devemos dizer que o racismo é sem sombra de dúvida um elemento cultural. (FANON, 1980, p. 35-36).

O conceito de literatura universal é definido por clássicos da literatura que representam os países europeus, representantes da cultura ocidental. Por exclusão, o “resto” do mundo e os países orientais não produzem literatura universal. As sociedades ágrafas são consideradas primitivas por não usarem os códigos da escrita para se comunicarem. Logo, não possuem “cultura” no sentido de evolução do pensamento. Numa lógica “descartiana”, se não pensam, não existem.

O que os colonizadores escreviam em seus relatos para as metrópoles, é que os povos encontrados não tinham cultura, no caso, a cultura do homem europeu. Também afirmavam que não tinham tecnologia, invalidando toda a e qualquer tecnologia encontrada em Ásia, África e

Américas. O que não se fala é que essas culturas foram “assaltadas” como diz Fanon, e apropriadas para a espoliação das riquezas e saberes tecnológicos que os auxiliaram na rapinagem das matérias primas.

Os autóctones têm uma relação com a natureza de retirar dela apenas o necessário para a sobrevivência, sempre repondo, replantando, reflorestando. A natureza, para os povos originários, faz parte da vida, é a extensão da vida, e é reverenciada em todas as suas manifestações. Já, para o homem branco, ela está apartada, separada, pode ser explorada e só tem importância comercial. Fanon também trata da oposição natureza-cultura:

Tendo o autóctone assistido à liquidação dos seus sistemas de referência, ao desabar dos seus esquemas culturais, já não lhe resta senão reconhecer o ocupante que “Deus não está ao seu lado”. O opressor, pelo caráter global e terrível da sua autoridade, chega a impor ao autóctone novas maneiras de ver e, de uma forma singular, um juízo pejorativo acerca das suas formas originais de existir.

Este acontecimento, comumente designado por alienação, é naturalmente muito importante. Encontramo-lo nos textos oficiais sob o nome de assimilação.

Ora esta alienação nunca é totalmente conseguida talvez porque o opressor limite quantitativa e qualitativamente a evolução, surgem fenómenos imprevistos, heteróclitos. (FANON, 1980, p. 42-43).

Assimilação é uma das mentiras do colonizador. Através da violência nada é assimilado, e sim, imposto. Alienação, segundo o *Dicionário da Língua Portuguesa Houaiss* (2001), significa afastamento, alheamento, transferência de um bem para outra pessoa. O que o colonizador não espera é que na busca pela sobrevivência o colonizado pensa estratégias que não o levem à total aculturação do seu povo

O fim lógico desta vontade de luta é a libertação total do território nacional. Para realizar esta libertação, o inferiorizado põe em jogo todos os seus recursos, todas as suas aquisições, as antigas e as novas, as suas e as do ocupante. (FANON, 1980, p. 47).

É preciso que hoje nos voltemos como o símbolo adrinka do pássaro africano “Sankofa”, que significa olhar para trás para saber aonde vai. É preciso que nos debrucemos na história pré-colonial para saber como as sociedades indígenas e africanas viviam em liberdade, autonomia, independência, alegria, comunhão. Concluo com as sábias e utópicas palavras de Frantz Fanon:

A cultura espasmada e rígida do ocupante, liberta, oferece-se finalmente à cultura do povo tornado realmente irmão. As duas culturas podem enfrentar-se, enriquecer-se. Em conclusão, a universalidade reside nesta decisão de assumir o relativismo recíproco de culturas diferentes, uma vez excluído irreversivelmente o estatuto colonial. (FANON, 1980, p. 48).

1.5 A ESCRITORA CHIMAMANDA ADICHIE E O PERIGO DE UMA HISTÓRIA ÚNICA

A História é uma das disciplinas que norteia a aplicação das leis 10.639/03, que trata da obrigatoriedade do Ensino da História e da Cultura Africana e Afro-brasileira, e 11.645/01, que trata da também da História e Cultura Indígena. Nesses últimos 18 anos, os currículos de História vêm mudando de foco no estudo da cultura negra.

No Brasil, a história do povo negro se fixava somente na escravidão e na abolição. Nenhum capítulo era destinado a estudar o continente africano e a história do berço das civilizações. Muito menos havia um capítulo sobre as Américas e seus povos originários antes da invasão colonial.

Assim, fomos ensinados por várias gerações que nosso país foi descoberto pelos navegantes portugueses que tiveram a generosidade de trazer a ordem e o progresso para essas terras tropicais onde não havia vida inteligente. Os indígenas que aqui estavam cederam sem resistência a trocar tudo o que tinham pela cultura cristã europeia. Esse é *O perigo da história única* (2019) sobre o qual alerta a escritora nigeriana Chimamanda Adichie em palestra que foi publicada em livro com o mesmo nome.

A História é uma ciência que sofre do mesmo recorte patriarcal que a Literatura representa. A História sempre foi contada por homens, brancos, pertencentes a uma elite intelectual. A narrativa dos períodos históricos privilegiou a história dos vencedores e a exaltação das guerras que louvaram o progresso, apesar de seus extermínios.

A História é escrita com um viés eurocentrista, pois só a Europa podia contar a história da humanidade, afinal de contas, o velho mundo é a Europa. O resto foi classificado como Novo mundo e os países divididos em desenvolvidos e subdesenvolvidos. O norte da América se desenvolveu com armamentos bélicos e a língua inglesa superou a francesa, mas a concentração das riquezas mundiais ainda está no norte global.

As noções de humanidade substituíram Deus pelo capital, logo os povos bárbaros e primitivos, que não tem nem alma, nem capital, não são humanos, logo, não existem. As noções de tecnologia envolvem máquinas e ciência, e se os povos atrasados não dominam esses saberes, eles estão atrasando o progresso.

Essa História “única” é a história do Ocidente, que se solidificou através do Colonialismo e que continua causando o genocídio das populações negra e indígena. Por isso tudo, é uma história perigosa, pois escolhe quem merece viver e quem merece morrer.

Para encerrar o capítulo do Colonialismo eu trago aqui a voz de uma mulher negra. Uma escritora nigeriana que cansou de ler “histórias únicas” sobre a África e sobre o seu país,

a Nigéria, retratados como lugares selvagens com animais bárbaros e pessoas famintas que guerreiam entre si por motivos torpes.

Chimamanda Adichie nasceu na Nigéria, mas mudou-se para os Estados Unidos e formou-se em Comunicação e Ciências Políticas. É mestra em Escrita Criativa e em Estudos Africanos com a dissertação intitulada “Delineando a história das mulheres igbo na Nigéria colonial e pré-colonial”. Escreveu romances premiados e traduzidos para mais de 30 línguas.

Adichie inicia seu discurso apresentando-se com uma contadora de histórias, por isso também a escolhi para compor essa dissertação que entre seus objetivos pretende legitimar a oralidade na literatura através das vozes das mulheres negras na escrita ficcional:

(...) Eu me tornei leitora cedo, e o que lia eram livros infantis britânicos e americanos. Também me tornei escritora cedo. Quando comecei a escrever, lá pelos sete anos de idade (...)-, escrevi exatamente o tipo de história que lia: todos os meus personagens eram brancos de olhos azuis, brincavam na neve, comiam maçãs e falavam muito sobre o tempo e sobre como era bom o sol ter saído. Escrevia sobre isso apesar de eu morar na Nigéria. Eu nunca tinha saído do meu país. (...)
O que isso demonstra, acho, é quão impressionáveis e vulneráveis somos diante de uma história, particularmente durante a infância. (ADICHIE, 2019, p. 11-13).

O perigo da história única na vida dos pequenos leitores é ainda maior. Essa discussão começa na literatura infanto-juvenil apresentada na infância às crianças negras. Em qualquer parte do mundo contemporâneo, meninos e meninas entram em contato primeiramente com os contos de fada e as princesas da Disney. Os protagonistas dessas histórias são mocinhos e mocinhas, em sua maioria, loiros de olhos azuis em cenários do hemisfério norte com neve e sua fauna e flora característicos.

(...)Mas tudo mudou quando descobri os livros africanos. Não havia muitos disponíveis e eles não eram tão fáceis de ser encontrados quanto os estrangeiros, mas por causa de escritores como Chinua Achebe e Camara Laye, minha percepção da literatura passou por uma mudança. Percebi que pessoas como eu, meninas com pele de cor de chocolate, cujo cabelo crespo não formava um rabo de cavalo, também podiam existir na literatura. Comecei, então, a escrever sobre coisas que eu reconhecia.
Eu amava aqueles livros americanos e britânicos que lia. Eles despertaram minha imaginação. Abriam mundos novos para mim, mas a consequência não prevista foi que eu não sabia que pessoas iguais a mim podiam existir na literatura. O que a descoberta de escritores africanos fez por mim foi isto: salvou-me de ter uma história única sobre o que são os livros. (ADICHIE, 2019, p. 13/14).

A importância das histórias diversas e da diversidade de narrativas é abranger todos os leitores para que eles possam se reconhecer e reconhecerem as suas próprias narrativas. Se eu não me vejo representada em uma história, talvez eu ache que a literatura não é um lugar onde eu possa estar. Se eu não conheço escritores negros, vou pensar que pessoas negras não escrevem literatura. Mas eles existem, são difíceis de localizar, mas existem. Foi assim,

pensando sobre a representatividade do negro na literatura que Chimamanda resolveu ser escritora das coisas que ela conhecia e reconhecia.

Anos depois, pensei nisso quando saí da Nigéria para fazer faculdade nos Estados Unidos. Eu tinha dezenove anos. Minha colega de quarto americana ficou chocada comigo. Ela perguntou onde eu tinha aprendido a falar inglês tão bem e ficou confusa quando respondi que a língua oficial da Nigéria era o inglês. Também perguntou se podia ouvir o que chamou de minha “música tribal”, e ficou muito decepcionada quando mostrei minha fita da Mariah Carey. Ela também presumiu que eu não sabia como usar um fogão.

O que me impressionou foi: ela já sentia pena de mim antes de me conhecer. Sua postura preestabelecida em relação a mim, como africana, era uma espécie de pena condescendente e bem intencionada. Minha colega de quarto tinha uma história única da África: uma história única de catástrofe. Naquela história única não havia possibilidade de africanos serem parecidos com ela de nenhuma maneira: não havia possibilidade de qualquer sentimento mais complexo que pena; não havia possibilidade de uma conexão entre dois seres humanos iguais. (ADICHIE, 2019, p. 16/17).

Uma história única sobre a África. Essa é uma das narrativas mais perigosas sobre o povo negro. As pessoas acreditam que África é um país único, com tribos primitivas, línguas desconhecidas, largado na miséria, na fome e na ignorância. Uma das importâncias do papel da literatura está em destruir esses estereótipos negativos sobre a África e trazer ao conhecimento dos leitores os países africanos com suas peculiaridades e especificidades, com suas diversas culturas e idiomas, com suas ciências e tecnologias, enfim, com suas humanidades retratadas com dignidade.

Acho que essa história única da África veio, no final das contas, da literatura ocidental. Aqui está uma citação de um mercador de Londres chamado John Lok, que velejou para a África ocidental em 1561 e fez um relato fascinante de sua viagem. Após se referir aos africanos negros como “animais que não têm casa”, ele escreveu: “Também é um povo sem cabeça, com a boca e os olhos no peito”.

Rio toda vez que leio isso. É preciso admirar a imaginação de John Lok. Mas o importante sobre o que ele escreveu é que representa o início de uma tradição de contar histórias sobre a África no Ocidente: uma tradição da África subsaariana como um lugar negativo, de diferenças, de escuridão, de pessoas que, nas palavras do maravilhoso poeta Rudyard Kipling, são “metade demônio, metade criança”. (ADICHIE, 2019, p. 19/20).

A escritora nigeriana também faz a sua *mea culpa* quanto ao desconhecimento de outras histórias devida à forma como algumas “histórias únicas” lhe foram contadas. Trago aqui o conceito de “lugar de fala” que tratarei posteriormente nos próximos capítulos. Chimamanda pertencia a uma classe média que desconhecia que pessoas mais pobres pudessem produzir arte. A ela foi ensinado que pobres só pedem e não sabem fazer nada. Mais adiante na palestra ela fala do poder da mídia em reproduzir “histórias únicas”, como a do mexicano como imigrante abjeto:

Mas preciso acrescentar depressa que sou tão culpada quanto essas pessoas na questão da história única. Alguns anos atrás, fui visitar o México. Na época, o clima político nos Estados Unidos, de onde eu vinha, estava tenso, e debatia-se muito a imigração. Como costuma acontecer nos Estados Unidos, imigração tinha se tornado sinônimo de mexicanos. Havia histórias infundáveis sobre pessoas que fraudavam o sistema de saúde, passavam clandestinamente pela fronteira ou eram presas ali, esse tipo de coisa. Eu me lembro de sair para passear no meu primeiro dia em Guadalajara e ver as pessoas indo para o trabalho, fazendo tortilhas no mercado, fumando, rindo. Primeiro senti uma leve surpresa, e então fui tomada pela vergonha. Percebi que tinha estado tão mergulhada na cobertura da mídia sobre os mexicanos que eles haviam se tornado uma coisa só na minha mente: o imigrante abjeto. Eu tinha acreditado na história única dos mexicanos e fiquei morrendo de vergonha daquilo. É assim que se cria uma história única: mostre um povo como uma coisa, uma coisa só, sem parar, e é isso que esse povo se torna. (ADICHIE, 2019, p. 21/22).

Não por acaso, o México foi invadido pelos espanhóis, saqueado e espoliado, tendo a sua população indígena dizimada e escravizada, para hoje se tornar um território de extrema violência e pobreza, onde só restam para algumas pessoas atravessar a fronteira americana. Mas quem ousa contar a tragédia do colonialismo espanhol?

É impossível falar sobre a história única sem falar sobre poder. Existe uma palavra em igbo na qual sempre penso quando considero as estruturas de poder no mundo nkali. É um substantivo que, em tradução livre, quer dizer “ser maior do que outro”. Assim como o mundo econômico e político, as histórias também são definidas pelo princípio de nkali: como elas são contadas, quem as conta, quando são contadas depende muito de poder. O poder é a habilidade não apenas de contar a história de outra pessoa, mas de fazer que ela seja sua história definitiva. O poeta palestino Mourid Barghouti escreveu que, se você quiser espoliar um povo, a maneira mais simples é contar a história dele e começar com “em segundo lugar”. Comece a história com as flechas dos indígenas americanos, e não com a chegada dos britânicos, e a história será completamente diferente. Comece a história com o fracasso do Estado africano, e não com a criação colonial do Estado africano, e a história será completamente diferente. (ADICHIE, 2019, p. 23/24).

Como as histórias são contadas, quem as conta e quando são contadas. Isso explica a didática do ensino da História eurocentrada. Isso explica porque só os homens brancos vêm sempre produzindo Ciência e Literatura. Isso é a chave do meu problema científico: disputa de narrativas e uma das soluções se encontra nesse tempo, agora, chegou a hora de outras histórias serem contadas.

A história única cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos. Eles fazem com que uma história se torne a única história. É claro que a África é um continente repleto de catástrofes. Existem algumas enormes, como os estupros aterradores no Congo, e outras deprimentes, como o fato de que 5 mil pessoas se candidatam a uma vaga de emprego na Nigéria. Mas existem outras histórias que não são sobre catástrofes, e é muito importante, igualmente importante, falar sobre elas. (ADICHIE, 2019, p. 26/27).

Nós, mulheres negras, estamos cansadas de histórias catastróficas sobre a diáspora no Brasil. Também cansamos de estereótipos de “mãe negra” e “mulata assanhada” na literatura

brasileira. Queremos ler histórias da resistência, da superação. Queremos ler sobre nossos afetos, conquistas, vitórias. Queremos nos ver reconhecidas nas narrativas.

A consequência da história única é esta: ela rouba a dignidade das pessoas. Torna difícil o reconhecimento da nossa humanidade em comum. Enfatiza como somos diferentes, e não como somos parecidos. (...)

As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada.

A escritora americana Alice Walker escreveu sobre seus parentes do sul que haviam se mudado para o norte quando apresentou a eles um livro sobre a vida que haviam deixado para trás: “ficaram sentado, lendo eles próprios o livro, me ouvindo ler o livro, e uma espécie de paraíso foi reavido”. Eu gostaria de terminar com esta ideia: quando rejeitamos a história única, quando percebemos que nunca existe uma história única sobre lugar nenhum, reavemos uma espécie de paraíso. (ADICHIE, 2019, p. 27, 32-33).

2 LITERATURA NEGRO-BRASILEIRA

Um conceito que está em debate atualmente, mas que vem sendo discutido há alguns anos nos meios escolares, é a definição do que seria e como se denominaria a literatura feita por escritores negros e/ou com temática referente à cultura negra, logo, é um conceito que ainda está em construção.

A denominação “Literatura negra” ou “Literatura afrodescendente” também depende das definições do que venha a ser um sujeito negro ou afrodescendente. Não podemos esquecer que a Literatura é a escrita criativa, ficcional, portanto, possível de ser escrita e criada por quaisquer pessoas, independente da cor da pele, e é também um direito humano. Porém, numa sociedade racista como é o Brasil, constatamos que os escritores negros/as estão ausentes nos currículos escolares da educação básica até o nível superior.

A lei 10.639/03, que trata da obrigatoriedade do ensino da História e da Cultura Afro-brasileira, ainda não está implantada no que toca ao seu projeto de nação. Ainda depende das iniciativas individuais de professores isolados, pois a maioria do corpo docente alega não ter conhecimento deste tema ou não ter formação específica ou acesso a material especializado. Quando aborda o tema, em geral trabalha com a estereotipização, já que, na maioria das vezes, as culturas e imaginários africanos são confundidos com as religiões de matriz africana.

O Dia da Consciência Negra, 20 de novembro, morte do herói negro Zumbi dos Palmares, é uma data oficial no calendário escolar e feriado em algumas capitais e municípios brasileiros. A conquista dessa data foi resultado de uma luta encabeçada pelo poeta gaúcho Oliveira Silveira junto com o grupo Palmares, nos anos 70/80 em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. O grupo reivindicava a representatividade do herói negro Zumbi dos Palmares, líder da resistência do maior quilombo da América Latina, que durou quase cem anos e só foi destruído por uma emboscada resultante de uma traição que culminou na morte de Zumbi. A antiga data, 13 de maio, dia da assinatura da lei Áurea pela Princesa Isabel, não representava a liberdade tão sonhada, pois atirou ao descaso os negros, sem casa, trabalho e comida, continuando assim escravizados pela condição social.

Depois de 133 anos da Abolição da Escravatura, essa data perdeu seu significado dado o protagonismo de uma mulher branca do reinado português. Zumbi, sim, representa a luta constante de quem resistiu desde o sequestro de África, passando pelos navios tumbeiros, até a fuga para os milhares de quilombos Brasil afora. Muitos caíram no banzo, na tristeza, na loucura e/ou no suicídio. Outros se entorpeceram, alguns endureceram, poucos se rebelaram com medo dos castigos e torturas, mas muitos fugiram, lutaram e também através do trabalho compraram

suas alforrias. Portanto, na luta pela liberdade, os negros sempre foram protagonistas de sua história.

No âmbito escolar, o que deveria ser a culminância de um trabalho feito ao longo do ano torna-se uma festival de caricaturas que envolvem desde o uso de “black face”, perucas crespas e malhas pretas, até a pequena amostra da “contribuição” do negro para a cultura brasileira, a qual se resume na tríade: samba, futebol e carnaval, expressões populares, mas que confinam as realizações do povo negro apenas às habilidades corporais, como afirmou a escritora Conceição Evaristo em uma de suas falas: “nós, negros, nunca somos vistos como possíveis intelectuais” (2018).

O livro *Negritude e literatura na América Latina* (1987) de Zilá Bernd foi uma das primeiras referências que encontrei em minhas pesquisas para trabalhar com este tema em sala de aula. Contudo, o foco do livro ainda não é o Brasil, não é a Literatura Brasileira, sistema esse que deveria contemplar a escrita negra. Bernd levou em conta, em sua classificação, o desejo de negritude: “Eu quero ser negro/a”, uma identidade que se refletiria na escrita feita por sujeitos que reivindicariam essa negritude. Porém, existem “negritudes”, conceitos plurais que variam em suas definições nas diferentes regiões negras da América Latina e até mesmo dentro dos Brasis plurais. Também atentemos para o fato de que nem todo escritor negro escreve sobre negritude.

Já o professor e pesquisador Eduardo Assis Duarte (2007) propõe uma análise dos textos literários afro-brasileiros em cinco vetores: temática, autoria, ponto-de-vista, linguagem e público. O livro contempla uma centena de escritores afro-brasileiros, muitos ainda desconhecidos do grande público e um negro embranquecido por anos e anos em sua representação na Literatura brasileira: Machado de Assis! Sim, apresenta um Machado afrodescendente⁵!

A questão que ainda é desconfortável nessa análise é o termo “afrodescendente”. Quem é afrodescendente? A princípio, toda a humanidade, pois o berço da civilização é o continente África, observação contundente feita pela escritora Teresa Cárdenas em sua fala em 2008 no Instituto de Letras. Contudo, quem é afrodescendente no Brasil? Também, a princípio, a maior

⁵ Título da obra "Machado de Assis afrodescendente, antologia e crítica - Seleções, nota se ensaios" (2020) de Eduardo de Assis Duarte, onde o autor se debruça nos textos e posicionamento de Machado, confirmando um ponto de vista abolicionista e de autoria negra, o que prova sua afrodescendência que durante anos foi invisibilizada e questionada por sua escrita irônica não abordar de forma direta o posicionamento antirracista. "A obra machadiana reconstitui criticamente a memória de seu tempo, aponta para o penoso day after e, ao lado de questões afeitas ao ser humano de todos os tempos, não deixa de expressar "de baixo para cima" a crueza de uma época e de um sistema produtivo que as elites brasileiras tanto fizeram por amenizar. E nesse corte cirúrgico, universaliza a questão sem deixar de narrá-la como de "seu tempo" e de "seu país". (DUARTE, 2020, s/p.)

parte dos brasileiros. Mas, quem se identifica como afrodescendente e/ou negro? Quem se identifica como negro no Brasil? O que significa ser negro? Ou preto?

Para o Movimento Negro Unificado, os resultados das pesquisas do IBGE, que classificam os brasileiros em cor/etnia como brancos, amarelos, indígenas, pardos e pretos, “escamoteiam” ou diluem o segmento “pretos e pardos”, o qual representaria a população negra do país. Pardo, que de fato é a cor de um papel, seria aquele grupo de afrodescendentes, miscigenados, que não assumem sua descendência negra e que dependendo das situações às quais experienciam, “passam” por brancos, ou morenos (moreninhos), o que se trata de uma “afroconveniência”, aquela linha invisível que se mostra nas abordagens policiais, mas que se esconde nas seleções de emprego como “má aparência”. Como citado no subcapítulo 2.4, são as “máscaras brancas em peles negras”, analisadas por Fanon.

Ser negro no Brasil, hoje, é uma questão política. Assumir-se um sujeito negro é assumir uma autodeclaração que carrega consigo uma afirmação de negritude e uma ressignificação da palavra “negro”⁶, que, desde o Brasil colônia, era uma palavra usada para escravizar, vender, torturar, matar, segregare, separar, discriminar e humilhar quem tivesse essa cor de pele. Por trás desse “xingamento” havia uma gama de ofensas pessoais que poderiam vir juntas como outros adjetivos pejorativos, exemplo: “negro sujo”, aludindo à cor preta, como sujeira, ausência de luz e pessoa sem alma, sem religião, nem razão.

Nos anos 80, surge o Movimento Negro Unificado com uma postura de resgate do orgulho negro e da autoestima. Orgulho da cor da pele e da descendência negra de África, da ancestralidade que foi destruída, apagada, silenciada com o processo de escravidão dos africanos que, quando não dizimou, alijou a alma de milhares de homens e mulheres transformados em objetos de compra e venda na colonização da América. Ao mesmo tempo, homens e mulheres que construíram, através do trabalho forçado, os alicerces materiais e econômicos da nação brasileira.

⁶ As interações entre grupos indígenas e os africanos da diáspora é aspecto pouco investigado na história das Américas, dado que fontes são esparsas e controladas pela vigilância colonial. Para Stuart Schwartz (2003, p.14-15), “Os dois grupos foram escravizados, sofreram com a criação da colônia portuguesa, ocupação das terras e regime de exportação agrícola. Mas esse paralelo de sofrimentos e tribulações dos afro-brasileiros e nativos americanos constituía apenas uma parte da história de suas interações resultantes das iniciativas da Coroa portuguesa e dos colonizadores que, por sua vez, alimentavam as hostilidades entre os dois grupos, provocando rivalidades entre eles freqüentemente em favor do regime colonial e dos colonos europeus e seus descendentes” Entre as situações enfrentadas em comum, estava a escravidão e disso deriva a designação do indígena como negro da terra: “Em si mesmo, o termo negro implicava a condição servil. Era comum – embora isso não se observasse sempre – usá-lo como sinônimo de escravo. Já no século XVI, classificavam-se como “negros da terra” os indígenas, o que revela uma percepção do seu status servil, mais ou menos equivalente ao dos “negros da Guiné.” (SCHWARTZ, 2003, p.15-16)

O sujeito negro, que produz a Literatura Negra, tem um ponto-de-vista que denuncia o racismo introjetado nas relações étnicorraciais brasileiras, um ponto-de-vista crítico sobre a “falsa abolição da escravatura” que jogou a população negra na miséria, na pobreza, na violência e no genocídio da sua juventude. Um ponto-de-vista comprometido com a exaltação da beleza negra natural, livre do embranquecimento e das máscaras brancas que são impostas desde sempre aos sujeitos que se querem aceitos pelos padrões eurocêntricos de beleza.

É neste ponto que me sinto contemplada com o livro do escritor, pesquisador e Doutor em Literatura Brasileira, Cuti (Luiz Silva) e com o conceito que dá nome ao mesmo: *Literatura Negro-brasileira* (2010). O autor começa questionando o conceito de Literatura Afro-Brasileira, que remeteria ao continente, que é múltiplo na constituição de seus países e das suas culturas, portanto compreende em seu sistema escritores africanos brancos que não contemplam em suas escritas um ponto-de-vista comprometido com a luta antirracista que se travou no apartheid da África do Sul e nas lutas anticoloniais de países africanos no século XX.

Já no Brasil, a Literatura Afro-Brasileira abarca escritores brancos do século XIX, comprometidos com a causa abolicionista, assim como escritores do século XX, como os Modernistas que trazem em sua escrita a temática da luta antirracista, às vezes, também, adotando uma linguagem com léxico de palavras africanas e afro-brasileiras. O que faltaria então, para que esses autores figurassem na Literatura Negra? Segundo os vetores de Duarte, faltaria a autoria negra e o alcance do leitor negro, que, com certeza, não é o público alvo desses escritores brancos.

Esse é o outro ponto que me contempla no conceito cunhado por Cuti, Literatura Negro-Brasileira: a circulação dessa literatura visa alcançar os leitores negros para que, assim, aconteça a identificação e a representação que o leitor negro encontraria e fecharia então o triângulo que começa no escritor e termina no leitor:

No tocante à literatura, é com o surgimento de leitores negros no horizonte de expectativa do escritor, bem como de uma crítica com tal característica, que haverá um entusiasmo para que a vertente negra da literatura brasileira se descongele da omissão ou do receio de dizer a sua subjetividade. (...) nos primeiros anos do século XX, associações negras de várias partes do Brasil começavam a oferecer uma recepção mais solidária para os escritores, entusiasmando-os a escrever, tendo como endereço direto o leitor negro. Com isso, os autores passam a incluir na sua temática o protesto, desenvolvendo no texto uma consciência crítica. (CUTI, 2010, p. 28-29).

Em Porto Alegre, conheci tardiamente Oliveira Silveira, poeta gaúcho de Rosário do Sul, que em seu poema “Sou” reúne à identidade cultural a identidade histórica e política (AUGUSTO, 2012, p.196)

Sou a palavra cacimba
 pra sede de todo mundo
 e tenho assim minha alma:
 água limpa e céu no fundo.

Já fui remo, fui enxada
 e pedra de construção:
 trilho de estrada de ferro,
 lavoura, semente, grão

Já fui a palavra canga,
 sou hoje a palavra basta.
 E vou refugando a manga
 num atropelo de aspa.

Meu canto é faca de charque
 voltada contra o feitor,
 dizendo que a minha carne
 não é de nenhum senhor.

Sou o samba das escolas
 em todos os carnavais,
 Sou o samba da cidade
 e lá dos confins rurais.

Sou quicumbi e maçambique
 no compasso do tambor.
 Sou um toque de batuque
 em casa jeje-nagô.

Sou a bombacha de santo,
 sou o churrasco de Ogum.
 Entre os filhos desta terra
 naturalmente sou um.

Sou o trabalho e a luta,
 suor e sangue de quem
 nas entranhas desta terra
 nutre raízes também.

(SILVEIRA, 2009, p.65)

O poeta, segundo Cuti (2010, p. 107), termina seu poema atualizando a participação negra na vida nacional, pois se trata de participação que “nutre raízes também”. O tempo verbal afirma o presente sem negar o passado, e o “eu” poético demonstra o amplo espectro da identidade negro-brasileira que não é momentânea, circunstancial, mas existencial (CUTI, 2010, p. 107).

Oliveira Silveira é considerado um elo de gerações, pois deixou um legado cultural sobre o negro gaúcho e um desejo de estudar mais a fundo a cultura negra brasileira. O grupo Palmares já encerrou suas atividades, porém outros grupos negros se associaram a fim de transmitir esses legados às futuras gerações. A Associação Negra de Cultura de Porto Alegre é um desses grupos que mantém, ao lado da memória de Oliveira Silveira, a memória de outro negro gaúcho de

suma importância para a cultura: Giba Giba, o mestre *griot* do tambor sopapo, que também dá nome ao grupo de poesia negra *Sopapo Poético*, que acontece na última terça-feira do mês na Associação Negra de Cultura Nilo Feijó, em Porto Alegre.

O sarau de poesias negras tem como característica principal a regra que determina ler na roda de apresentação somente escritores negros e negras, pois o objetivo do grupo é o protagonismo negro na literatura. A identidade negra é reivindicada o tempo todo, como forma de afirmação de uma construção que está sempre a se dissolver no estado do país com apenas 10% de população negra e com a valorização constante das culturas brancas europeias. A denúncia do racismo à brasileira é outra voz que ecoa nas noites de leitura que acontecem mensalmente.

A presença dos poemas de Oliveira Silveira está confirmada, pois o mesmo é a representação da consciência negra e referência para o fazer poético dos novos escritores:

O racismo que existe,
o racismo que não existe.
O sim que é não,
o não que é o sim.
É assim o Brasil
Ou não?
(SILVEIRA, 2009, p. 117)

A cultura do tambor foi trazida pelos escravizados africanos e se espalhou pelo Brasil. Podemos encontrar esse instrumento em diversos gêneros musicais e é figura central nos rituais das religiões de matriz africana. No ano de 2016, uma antologia poética do Rio Grande do Sul nasceu envolta ao som do tambor e trouxe as vozes de poetas negros e negras para a Literatura Negro-brasileira: o livro *Pretessência – Sopapo Poético*.

O eu lírico das poetas negras encontra na poesia uma liberdade de expressão, um grito preso na garganta, uma canção de louvor à ancestralidade.

Obstáculos

Sou negra...
Sou mulher...
Pele suada...Surrada
Que não desiste...
Insiste em assumir sua negritude
Que ama, mas não é só prazer
É muito mais...É determinação!
Esta alma guerreira
De Dandaras, Anastácias, N'zingas
Que habitam em mim
Inquieta-me
Explora meu corpo...Aflora...
E a cada curva bem ou mal delineada
Vou superando obstáculos...

Nessa guerra
 Contra todas as formas de violência.
 Sou negra...Guerreira!
 Sou mulher...
 Sou ancestralidade!
 Tenho uma história de sacrifícios, vitórias e
 superação
 Exijo respeito!

(ALMEIDA, 2016, p. 73)

A poeta Isabete afirma sua negritude apesar dos obstáculos que aparecem no caminho. Evoca sua ancestralidade referindo-se às mulheres guerreiras quilombolas e mártires negras. Essa mulher também sabe amar além do prazer e honra sua trajetória de vida exigindo respeito.

Na apresentação do livro “*Preteência*”, Naiara Rodrigues Silveira Lacerda (2016, p.7), filha de Oliveira Silveira, nos conta que “o nome “Sopapo” é uma homenagem ao grande tambor-símbolo da identidade afro-gaúcha, pois quando ele é tocado e cantamos as canções de Giba Giba, de Bedeu ou do Maçambique, estamos afirmando: “Sim, têm negras e negros por aqui”! Aqui, no caso, é o Rio Grande do Sul. Tal pertencimento é afirmado no poema de autoria da poeta e compositora Fátima Regina Farias:

Sou papo, sou poeta
 Sou papo, sou poeta
 Sou mulher e poesia
 Às vezes, estou repleta
 De letras e melodias
 Sou negra, não descartável
 Sou mãe, sou louça na pia
 Sou papo, sou poeta
 Antes de raiar o dia
 Sou sonho de liberdade
 Grito de periferia
 Sou papo e sou poeta
 Sou batuque e magia
 Sou retumbar de tambores
 Na mata dos orixás
 Sou resposta em trovoadas
 O canto que não quer calar
 Sou um tudo
 Ou quase nada
 Resposta da escravidão
 Semente que germinou
 Na luta e na união
 SOPAPO POÉTICO somos nós
 Ganhando espaço
 Nesse mundo cão!
 (FARIAS, 2016, p.59)

O título faz um trocadilho com a palavra “sopapo” e a afirmação “sou papo”, aludindo ao sarau que ocorre sempre em círculo em torno do tambor, onde os poetas recitam seus poemas.

O tambor é reverenciado por unir a voz do eu lírico com outras vozes do passado, o retumbar dos tambores evoca a magia e os Orixás.

A luta de classes também é um tema presente, justamente porque as mulheres negras são a base da pirâmide social. Superando obstáculos, violências, sacrifícios e superando a si mesmas, as vivências femininas acabam ensinando como escalar essa pirâmide na luta pela sobrevivência. Mulheres únicas, autônomas, mães, todas sabem qual espaço ocupam e qual querem ocupar:

Cartas
 Cartas
 Viradas
 De um jogo
 Morno
 Onde o rei
 Esnobe
 Humilha
 O valete
 Subordinado
 Do dia a dia
 Mercado
 Pela injustiça
 Hipócrita
 Da pirâmide
 Socialmente aceita
 Desde o princípio
 Dos tempos...
 Acorda, homem!
 Todo o jogo
 Pode ser ganho
 A tática
 É a vida.

(ROCHA, 2016, p. 121)

A metáfora do jogo de cartas é a imagem que evoca o poema de Lílian Rocha. O “jogo de cartas marcadas” tem sempre a posição de superioridade de um rei e a posição de subalternidade do valete. Devido a essa conjuntura social que pouco se altera, o eu lírico denuncia a injustiça e a hipocrisia dessa pirâmide e convida o valete a virar o jogo.

Em 2016 a escritora negra Carolina Maria de Jesus entrou na lista das leituras obrigatórias da UFRGS com o seu livro *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (2014). Eu, que vinha pesquisando desde 2015 com os alunos a sua biografia e escrevendo um artigo sobre a sua recepção em sala de aula, vejo o meu desejo e o de milhares de pessoas ser concretizado na presença de um corpo negro no âmbito do ensino superior. Uma presença negra que causou divergências em sua escolha e que levantou debates sobre o que é Literatura.

Retomando Cuti, a ausência de Carolina no cânone literário brasileiro confirma a exclusão do escritor negro na Literatura Brasileira. Por que ela ficou tanto tempo (mais de 50 anos) esquecida, deixada de lado, apagada depois do sucesso estrondoso de seu diário? Por que temos mulheres brancas no cânone e até então não havia nenhuma mulher negra? Mais um motivo para reivindicarmos o termo Literatura Negro-Brasileira:

Não se diz que um escritor branco-brasileiro produz literatura euro-brasileira, nem tampouco branco-brasileira. Por que então o destaque negro-brasileiro? (...) o que é básico para o desenvolvimento de uma literatura, o idioma, o escritor negro-brasileiro tem no português a sua língua materna, ainda que madastra. Não há outro idioma materno que pudesse confrontar a sua visão de mundo com a língua falada e escrita em todo o Brasil, com seus mais de 191 milhões de habitantes, em uma área de 8.500.000 km² de área. A identidade brasileira para os descendentes de africanos é mais antiga do que, por exemplo, para os imigrantes e seus descendentes. (CUTI, 2010, p. 41).

Mesmo depois da sua inclusão na lista, a crítica se ateve à sua linguagem e os argumentos foram os seguintes: a obrigatoriedade do ensino da Norma Culta da Língua Portuguesa e o pouco domínio de Carolina de Jesus desse português padrão em seu texto não eram condizentes para o estudo de um vestibulando. Contudo, os alunos compreenderam que para uma mulher negra, empregada doméstica que estudou até a segunda série do Ensino Fundamental, nada mais plausível do que escrever com erros ortográficos e sintáticos. Temos aqui a confirmação da existência do preconceito linguístico vigente na academia.

Carolina possui em seu texto um estilo literário que foi adquirido através da enorme quantidade de leituras que fez durante a sua vida. Também encontramos em *Quarto de despejo* um testemunho impactante sobre a fome, a miséria, o sonho e o amor à escrita e à leitura. Que empecilho é esse que não considera o livro um romance em si? Porque essa é outra crítica que se faz sobre essa obra: é um romance ou é um diário? E eu respondo com outras perguntas: e o *Diário de Anne Frank*? E o *Diário da queda* de Michel Laub, que também está na lista? Também não são romances?

A simples escolha do “diário de uma favelada” desvendou o racismo nas Letras brasileiras. A palavra “favelada” remete à população que é a maioria nesse “não lugar”: a população negra. Carolina de Jesus é Literatura Brasileira ou Negro-Brasileira? Cuti nos esclarece (ou “escurece”):

A literatura negro-brasileira nasce na e da população negra que se formou fora da África, e de sua experiência no Brasil. A singularidade é negra e, ao mesmo tempo, brasileira, pois a palavra “negro” aponta para um processo de luta participativa nos destinos da nação (...). Por se tratar de participação na vida nacional, o realce a essa vertente literária deve estar referenciado à sua gênese social ativa. O que há de manifestação reivindicatória apoia-se na palavra “negro”. (CUTI, 2010, p. 44-45).

No artigo de minha autoria, “Carolina Maria de Jesus e a “refavela”: a literatura periférica no currículo e a cultura afro-brasileira na sala de aula. Identidade e pertencimento” (2017), me aproximo do conceito de Literatura Periférica para colocar a autora como a protagonista dessa vertente no Brasil, que traz a voz do periférico no sentido “daquele que está à margem dos grandes centros”:

Favela, periferia, margem, comunidade. (...) ela traz a voz da favela, do favelado. Ela é o sujeito na sua narrativa: traz consigo a condição do negro excluído da sociedade. Tem a consciência de que a cor de sua pele é a mesma da maioria dos moradores da favela. Ela é a consciência negra. Ela se move na condição de mulher, na condição de mãe sozinha, com três filhos para alimentar. Traz a solidariedade para com seus iguais, apesar de não aceitarem o seu sucesso. Traz a autoestima para a comunidade do Canindé. (SANTOS, 2017, p. 55).

A maioria dos meus alunos são moradores de comunidades periféricas. Sempre que trabalhamos com esse texto a recepção positiva é imediata, pois acontecem a identificação e o pertencimento. Muitos já vivenciaram a falta de alimento e fazem parte de famílias onde o chefe é a mãe sozinha. *Quarto de despejo* é um livro que cumpre o papel social da literatura. Aborda a consciência de classe, a denúncia do racismo e do machismo, a injustiça social, o sonho, o desejo, a realização. Muitos leitores o consideram uma obra-prima.

Uma obra que pode ser Literatura Negro-brasileira e/ou Literatura Periférica, pois apresenta vários pontos de contato e distanciamento entre esses dois conceitos, como mostra o pesquisador Mário Augusto Medeiros da Silva (2011):

As ideias de Literatura Negra e Marginal/Periférica aparecem no Brasil ao longo do século XX. Estão intimamente ligadas às formas de associativismo político-cultural dos grupos sociais de origem. Geraram um número significativo de autores, temas, proposições estéticas e políticas. Existem escritores que se atrelam àquelas ideias imediatamente e as defendem; outros, apesar de negros e/ou periféricos, as repelem. Todavia, quase todo escritor negro e periférico teve, de alguma maneira, de se referir a elas ou foi discutido nesse diapasão, quando surgiu na cena pública como autor. Isso provoca discussões interessantes: o escritor negro/periférico é necessariamente autor de uma Literatura Negra/Periférica? Na passagem de personagem a autor, o que é tematizado literária e socialmente por esses escritores? Por que as ideias de Literatura Negra/Periférica não surgem e se desenvolvem como proposições estéticas “puras”, tendo que lidar geralmente com as questões sociais nas quais seus grupos de origem estão envolvidos? (SILVA, 2011, Universidade das Quebradas).

As proposições estéticas puras às quais Silva refere-se são modelos de arte eurocêntricos, onde a literatura deveria se preocupar somente com as formas, com a perfeição, “a arte pela arte”. As proposições estéticas da Literatura Negra também são proposições ideológicas, onde o coletivo se sobrepõe ao individual porque não há como separar esse sujeito do coletivo. O racismo é praticado coletivamente pelos brancos, a resistência ao racismo pelos negros também é coletiva:

Os escritores negros-brasileiros fazem literatura escrita. A sua tradição, desde Luiz Gama, é escrita. Sua produção é inerente, um aspecto, uma vertente da literatura brasileira e não africana. (...) No âmbito da literatura da qual ela faz parte, destacá-la transcende o fato de chamar a atenção de pessoas de pele escura. Destacá-la é revelar o que o Brasil esconde de si mesmo pela ação do racismo do qual a cultura nacional está impregnada, como também alertar para o como a reação escrita de uma subjetividade subjugada redundou e redundará na prática de formas que atendam não ao chamado de uma herança africana, mas à necessidade de uma ruptura com o processo de alienação que o racismo provoca. (...) Por detrás, portanto, da questão da escolha da palavra (Negro-Brasileira) para denominar a literatura produzida majoritariamente pela descendência africana no Brasil há um arcabouço de preocupações relativas à identidade nacional. (CUTI, 2010, p. 45-46).

Como professora pesquisadora, em busca de escritoras negras para acrescentar ao currículo da escola, também encontrei outra escritora ausente no cânone literário: Maria Firmina dos Reis.

Carolina de Jesus não é a primeira escritora negra do Brasil. Na pesquisa realizada verifiquei que Maria Firmina dos Reis, mulher e negra é considerada a primeira escritora brasileira a introduzir o Romantismo no Brasil. Obviamente seu nome não consta nos livros didáticos, nem nos manuais de Literatura. Assim como muitas outras, foi apagada da história. (SANTOS, 2017, p. 55).

No ano seguinte da publicação do artigo, 2018, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul também incluiu a obra *Úrsula* (2018) de Maria Firmina em sua lista de leituras obrigatórias para o vestibular. Essa inclusão foi uma prova de que essas escritoras sempre existiram na linha cronológica da Literatura Brasileira. Mulheres negras há muito tempo produzem literatura no Brasil, mas foram esquecidas, apagadas, silenciadas. O mérito desses resgates é de todos educadores e pesquisadores, assim como do Movimento Negro do país que têm como objetivo um projeto de nação que contemple as culturas negras e indígenas na História do Brasil.

A entrada de Maria Firmina no cânone alterou o estudo do período romântico na Literatura Brasileira. *Úrsula* agora, é “o primeiro romance abolicionista do Brasil escrito por uma brasileira”, conforme a professora e mestre Roberta Flores Pedrosa (2018, p. 7).

Cuti (2010, p. 78), vê em Maria Firmina dos Reis uma autora que assume o “eu” negro brasileiro na narrativa, uma precursora que, junto com Luiz Gama, Cruz e Souza e Lima Barreto, “constituíram um conjunto de textos primordiais para a assunção de uma perspectiva histórico-literária que evoluirá seus passos para a ideia de um coletivo de autores que, (...), firmará a (...) literatura negro-brasileira.”

...a inauguradora feminina do romance brasileiro não deixou de transferir para suas personagens escravizadas a perspectiva de um “eu” narrador negro-brasileiro que ela não pode trazer para o primeiro plano. *Úrsula* não tem como personagens centrais os escravizados. Estes, bem como sua saga, restam como pano de fundo para um romance

entre brancos. Coadjuvante, a personagem Túlio surge para salvar da morte o protagonista branco. A sua descrição humaniza-o. (...) Em um trecho comparativo, entre a personagem branca e a negra, Eduardo de Assis Duarte observa que “o negro é parâmetro de elevação moral. Tal fato constitui em verdadeira inversão de valores numa sociedade escravocrata”. (CUTI, 2010, p. 78-79).

Questiono-me se esse romance, na época em que foi escrito, foi considerado ousado ou atrevido por humanizar escravos e ceder a esses mesmos personagens, falas, ações e protagonismo. Ou se, mais uma vez, o fato de a escritora ser uma mulher, mesmo que anonimamente (ela assina “uma maranhense”), foi mais um motivo para sua exclusão? E a cor de sua pele? Durante muito tempo se usou a imagem de uma mulher branca para representá-la, provando assim que a sociedade brasileira sequer cogitou a possibilidade de uma mulher negra ler, escrever e produzir ficção. E Maria Firmina foi mais além. Autodidata, se tornou professora e abriu uma escola para crianças pobres. Enfim, uma mulher negra que queria mudar o “status quo”. Mais uma escritora negra que não podia separar quem era do que escrevia, uma escritora negro-brasileira.

Acredito que temos dois objetivos para cumprir enquanto pesquisadores e professores da Literatura Brasileira: reconhecer a existência dessa vertente, a Literatura Negro-Brasileira, e inserir nos currículos de todos os níveis da Educação Básica e Superior esses escritores e escritoras e suas obras.

A Literatura Negro-Brasileira vem sendo representada por escritores precursores que não tiveram o reconhecimento devido em vida e que precisam de uma pesquisa séria que se debruce sobre suas produções, que desde sempre afirmaram a existência de uma consciência negra e de um compromisso social com a luta antirracista.

Na contemporaneidade, temos a figura de Conceição Evaristo como alguém que tardiamente foi reconhecida, mas a tempo de ser homenageada em Feiras Literárias e ter sua vida contada em uma exposição. A sua candidatura à Academia Brasileira de Letras também impulsionou a procura por sua obra, que já era de conhecimento do Movimento Negro e das Universidades do país.

Conceição Evaristo surgiu junto com Cuti nos Cadernos Negros, uma antologia anual de contos e poemas negros que já tem 40 anos de publicações. Conceição também é Doutora em Literatura e cunhou outro conceito importante que é a “Escrevivência”! Cuti já aborda tangencialmente esse conceito no capítulo “Identidade por dentro”:

...Será esse o caso da identidade de textos negro-brasileiros? O que anima os que os combatem é, antes de qualquer conceituação literária, o receio de vingança da descendência dos escravizados. (...) Quando o texto não é vazado em primeira pessoa, como se pode detectar o sujeito étnico negro-brasileiro? Ele será uma prerrogativa tão somente dos escritores negros? Evidentemente, o narrador na perspectiva da terceira

peessoa não conta com a mesma ilusão de testemunho a que o texto pode levar o leitor quando o narrador é personagem contando sua própria história. E quando se fala em ilusão de testemunho estamos falando de algo importante para a literatura: a verossimilhança. Se lemos um texto de ficção ou mesmo um poema e sentimos que aquilo parece verdade, fomos pegos pela verossimilhança. Esta, entretanto, carece do referendo de nossa história pessoal. Algo parece verdade para alguém. A verossimilhança, portanto, precisa de que alguém a referende. E este alguém só pode fazê-lo com base em seus referenciais, sua experiência de vida. Os sentimentos mais profundos vividos pelos indivíduos negros são o aporte para a verossimilhança da literatura negro-brasileira. (...) A subjetividade negra é intransferível, mas ela é comunicante pela semelhança de seu conteúdo humano. Por essa via da semelhança e por um movimento empático e cognitivo do outro, podemos arremedá-lo de forma convincente, parecendo verdade nossa interpretação. (...) A solidariedade está na base da identidade negro-brasileira, juntamente com o desejo de pertencimento. (CUTI, 2010, p. 86-87-88 e 90).

O receio da vingança da descendência dos escravizados foi expresso de forma metafórica por Conceição Evaristo (2010) numa entrevista: “nossa história não foi escrita para ninar os da Casa Grande e sim para acordá-los de seus sonhos injustos.”. Acordar os brancos, descendentes de escravizadores, que não podem dormir tranquilamente enquanto não fizerem a justa reparação histórica com a população negra brasileira. Esta é uma simples afirmação, mas palavra tem poder.

Já a verossimilhança entre a vida e a obra de Conceição Evaristo transparece em sua escrevivência, pois realmente nasceu num estrato popular, com todas as dificuldades sociais. No entanto, a escritora pede que não leiam somente sua biografia, mas, sim, seus textos: “Eu tive a felicidade desse texto convocar brancos, negros, homens, mulheres, brasileiros, estrangeiros” (EVARISTO, 2018, Brasil de Fato).

A verossimilhança de que fala Cuti é essa verdade que transparece no texto de Evaristo que vai tocar o sentimento do leitor, independentemente de ser uma leitora negra ou não. O texto comunica o que é humano, universal. A solidariedade com a vivência do outro cria o pertencimento que a população negra tanto quer encontrar, a humanidade perdida.

Junto com Conceição Evaristo, temos outros escritores e escritoras negras: Miriam Alves, Cristiane Sobral, Elisa Lucinda, Ana Maria Gonçalves, Ronald Augusto, Edmilson de Almeida Pereira, Nei Lopes, Jeferson Tenório, entre tantos outros, ou seja, um corpus representativo de uma Literatura Negro-Brasileira.

2.1 BRASILAFRO AUTORREVELADO: LITERATURA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

Quem melhor que os brasileiros para poder contar sua própria história? Com certeza, ainda temos muito por revelar sobre a história do Brasil e a história dos opressores e dos oprimidos. No caso da escravidão, que sempre foi contada pelo escravizador, quem melhor que

os próprios negros escravizados para contar, dizer e revelar as desumanidades? Esses que estavam de “mãos amarradas”, literalmente, contaram suas histórias de forma oral e de ouvido em ouvido, e assim elas chegaram até a contemporaneidade. No pós-abolição, as mãos se soltaram e seguraram as canetas, e hoje persistem escrevendo para a tinta não coagular na caneta, como diz a pensadora Glória Anzaldúa (2000).

Conceição Evaristo fez parte do coletivo de literatura negra Quilombhoje, que produz a série Cadernos Negros com coletâneas anuais de prosa e poesia partir dos anos 80. Fez parte dessa experiência a companheira de escrita e pensamento, a escritora Miriam Alves. Ambas as escritoras à medida que publicam seus escritos vão elaborando uma reflexão sobre literatura negra e os escritores da diáspora negra. Miriam ministrou cursos de Literatura e Cultura Afro-brasileira em universidades dos Estados Unidos em 2007. Seu interesse entre outros temas é a Afroliteratura feminina.

Em seu livro *BrasilAfro Autorrevelado – Literatura Brasileira contemporânea* (2010), a intelectual traça um panorama crítico-histórico da Literatura Negra e/ou Afrodescendente a partir da década de 70. Ela traz o Contexto externo mundial de 1964 a 1978 e os fatos que influenciaram a Literatura Afrodescendente no Brasil como: as ideias de liberdades civis democráticas dos direitos das minorias e da igualdade entre homens e mulheres, brancos e negros e heterossexuais e homossexuais, principais pautas de manifestações na Europa; a luta pelos Direitos Civis nos Estados Unidos da América e as colônias europeias em África que vão se libertando do jugo colonialista, algumas de maneira pacífica e outras a partir de guerras sangrentas, principalmente nos países de dominação portuguesa e da África do Sul.

No Brasil, os “anos de chumbo” da Ditadura Militar restringiram o exercício da cidadania e reprimiram com violência os movimentos de oposição. Na economia, a classe trabalhadora foi a mais prejudicada. Na educação, a diferença de classes oferecia escolaridade formal mínima e subsequente trabalho infantil para os pobres, enquanto que para as classes mais altas a proteção das famílias e o mundo do conhecimento era oferecido no acesso à escolaridade mais avançada. Surge então o Movimento Negro Unificado em 1978, fruto das lutas da Frente Negra Brasileira de 1930 que previa, entre tantos objetivos, a educação formal dos negros, cursos profissionalizantes, alfabetização de adultos e cursos de idiomas. Com a entrada dos negros, principalmente em faculdades particulares, ocorre a ascensão educacional e a criação de uma intelectualidade afrodescendente embrionária.

Nesse contexto surge o coletivo de escritores dos Cadernos Negros, título inspirado nos cadernos/diários de Carolina de Jesus, que procurava divulgar a autoria afrodescendente através

da materialização em livro dos textos literários que se colocavam em contraposição ao apagamento deliberado dessa literatura:

A Literatura Afrobrasileira, no âmbito acadêmico brasileiro, ainda é território de polêmicas conceituais. Para Duarte, trata-se de “um conceito em construção, processo e devir. Além de segmento ou linguagem, é componente de amplo encadeamento discursivo. (...) Constitui-se a partir de textos que apresentam temas, autores, linguagem, mas, sobretudo, um ponto de vista culturalmente identificado com a afrodescendência.” Pode ser um conceito em construção academicista, mas consiste numa prática existencial para os seus produtores, que ressignifica a palavra **negro**, retirando-a da sua conotação negativa, construída desde os tempos coloniais, e que permanece até hoje, para fazê-la significar autorreconhecimento da própria identidade e pertencimento etnicorracial. Coloca em discussão a formação da identidade brasileira e desnuda o mito da democracia racial. Esta literatura “tem como característica principal a “escrevivência”. E o ponto comum de expressão baseia-se em soltar a voz encarcerada, tocar em assuntos polêmicos e tabus: falar do não dito, pela perspectiva de quem nunca pode dizer (Figueiredo, 2009, p. 43). São grandes temas e sete subtemas relacionados por Figueiredo ao estudar a escrita feminina publicada em Cadernos Negros ao longo de trinta anos de existência, a saber: “Violência”, que abrange preconceito/exclusão, aborto e prostituição; “Relações Afetivas” que engloba relacionamento amoroso (hetero e homossexual), mãe e filhos (maternidade) e família; “História e Memória Ancestral”, que abarca a história do negro e sua religiosidade”. (2009, p.42) (ALVES, 2010, p. 42-43).

O termo Escrevivência já era conhecido e reconhecido entre as pessoas do Movimento Negro, pois foi nesse coletivo que Conceição Evaristo publicou os seus primeiros escritos. Esse duplo movimento de escrita e reflexão também está presente em Miriam Alves, que vai se focar nos temas recorrentes da escrita feminina negra localizados nos contos de Evaristo: a violência do preconceito, a violência da exclusão, o aborto, a prostituição, os relacionamentos amorosos, gênero e sexualidade, maternidade, família, história e memória ancestral e religiosidade

As mulheres negras tiveram que lutar muito para encontrarem sua voz dentro do Movimento Negro. À medida que avançavam intelectualmente buscavam impor suas vozes, diferenciadas em relação às do homem negro. Nos Cadernos Negros, elas começaram a publicar, porém em número inferior aos homens. Mesmo assim, a pauta da literatura feminina era uma das principais preocupações, como a maneira pela qual a mulher negra era representada tanto nos trabalhos de autores brancos como nos de autores negros.

Escrever para estas mulheres, é ‘ultrapassar’ uma percepção única da vida; é construir mundos e neles, apreender, discutir, apontar, enfim, serem agentes imprescindíveis à vida. As vozes-mulheres negras são, portanto, as vozes, agora audíveis, não somente a própria voz, mas as vozes ancestrais silenciadas por séculos de exclusão. As mulheres negras se posicionam e constituem uma resistência contra os preconceitos. Suas tessituras literárias vão rompendo com as barreiras, qual agulhas nas mãos tecelãs, ora com pontos apertados da crítica, ora com pontos finos, mas firmes da poesia. Elas soltam as mãos e os olhares em seus teares, formando aos poucos, nova roupagem para a literatura brasileira: a literatura afro-brasileira de autoria feminina. O papel das escritoras é escrever e inscrever a memória do povo negro pelo olhar de dentro: um olhar que recusa as omissões que a sociedade brasileira, sob a égide do

mito da democracia racial, impôs e ainda impõe à população afro-brasileira. (Figueiredo, 2009, p. 105).

A produção textual das mulheres negras é relevante pois põe a descoberto muitos aspectos de nossa vivência e condição que não estão presentes nas definições dominantes de realidade e das pesquisas históricas. Partindo de outro olhar, debatendo-se contra as amarras da linguagem, as mordidas ideológicas e as imposições históricas, propicia uma reflexão a face de um **Brasilafro** feminino, diferente do que se padronizou, humanizando esta mulher negra, imprimindo um rosto, um corpo e um sentir mulher com características próprias. (...)

É importante salientar que o trabalho intelectual deve ser reconhecido, também, como uma forma de ativismo e que a intelectualidade negra “tem o papel de marcar um posicionamento político frente à exclusão dos afrodescendentes das instituições de ensino superior e dos centros de pesquisa em particular no Brasil” (Barreto, 2005, p.14). (...) Em se tratando das escritoras, os textos ficcionais e poéticos vêm somar-se às reflexões das pesquisadoras e pensadoras negras, embora em campos de atuação específicos, mas as ponderações e criações partem de uma mesma realidade: a de ser mulher negra e brasileira num contexto desfavorável de existência a ser superado. É como mergulhar numa quádrupla jornada para poder imprimir um pensamento coerente à realidade nacional brasileira e passar a existir visivelmente em todos os aspectos de cidadania. (ALVES, 2010, p. 66-68).

Miriam Alves organiza dois livros bilíngues, inglês/português: um de poemas, *Enfim, nós: Escritoras negras brasileiras contemporâneas*, editado nos Estados Unidos em 1995; o outro de contos, *Women righting: Afro-Brazilian women's Short Fiction*, editado na Inglaterra em 2005. (2010, p. 70) como forma de dar visibilidade às escritoras negras:

Mulheres de diversas regiões do país, das mais diferentes origens e formação com seus poemas e contos que falam de amor e da vida, do ser e do não ser, de sexismo, de erotismo, da autoprocua e da própria identidade, da miséria, do racismo e da discriminação, das relações e afirmações de um corpo-mulher-negro segregado, abusado, desapropriado e a conseqüente retomada autoidentitária, tendo em vista padrões autorreferentes. Enfim, nesses livros estão presentes os sentimentos, o sentir e o sentido da existência – que acabam questionando a estética da literatura canônica, colocando em xeque os conceitos do belo e ampliando a visão para o espaço ocupado pela mulher negra na sociedade brasileira -, e as próprias considerações do feminismo. O que fica patente nessa produção é tratar-se de “contra-discursos que procuram por em evidência a coexistência de tradições/experiências suprimidas, colocando em circulação formas alternativas de perceber e significar o passado” (Bezerra, 2007, p.39), textualizando experiências normalmente ausentes da memória coletiva oficial, mas existentes nas experiências dos indivíduos, dos familiares, dos amigos e das comunidades de onde são oriundas, e mesmo da sociedade de um modo geral. (ALVES, 2010, p. 70).

Miriam Alves afirma que para que o Brasilafro feminino possa existir essa literatura precisa circular para acabar com a exclusão das mulheres negras da estética branca da literatura. Precisamos nos desvencilhar da sexualização, racialização e punição dos corpos-mulheres-negras para visibilizarmos uma identidade autoafirmada. A literatura Afrofeminina é um “contra-discurso” da hegemonia feminina branca e nos Cadernos Negros evidencia a escrevivência da memória coletiva de autoras como Celinha, Esmeralda Ribeiro, Geni Guimarães, Ruth Souza Saleme, a própria Miriam Alves e Conceição Evaristo:

Conceição Evaristo, participante ativa dos movimentos de valorização da cultura negra no Brasil, estreou na literatura em 1990, quando passou a publicar contos e poemas nos Cadernos Negros, e ensaios em revistas de circulação nacional. Escritora múltipla, seus textos vêm ganhando cada vez mais leitores (Figueiredo, 2005, p. 26). Ressalta o universo feminino negro; seus versos, de uma suavidade maternal, são doces, duros e ternos, destacando a mulher como a continuidade para além de um universo desfavorável. (ALVES, 2010, p. 73).

É importante destacar esse verbete sobre Evaristo, porque em 2010 ainda não haviam sido publicados os livros de contos onde vamos constatar que a autora transcenderá o universo maternal trazendo as contradições e oposições dessa experiência. Miriam Alves conclui esse importante trabalho trazendo poemas de autores e autoras que fizeram parte dos Cadernos Negros. Finalizo então com o poema de Conceição Evaristo que em 2020 foi gravado pela cantora baiana Luedji Luna:

A noite não adormece
 (Em memória de Beatriz Nascimento)
 A noite não adormece
 nos olhos das mulheres
 a lua fêmea, semelhante nossa,
 e vigila atenta vigia
 a nossa memória.
 A noite não adormece
 nos olhos das mulheres
 há mais olhos que sono
 onde lágrimas suspensas
 virgulam o lapso
 de nossas molhadas lembranças
 A noite não adormece
 nos olhos das mulheres
 vaginas abertas
 retêm e expulsam a vida
 donde Ainás, Nizingas Ngambeles
 e outras meninas lua
 afastam delas e de nós
 os nossos cálices de lágrimas.
 A noite não adormecerá
 nos olhos das fêmeas
 pois no nosso sangue-mulher
 do nosso líquido lembradiço
 em cada gota jorra
 um fio invisível e tônico
 pacientemente cose a rede
 de nossa milenar resistência.

(ALVES, 2010, p. 95-96)

2.2 ESCRITA FEMININA NEGRA

Eu, mulher negra, tenho encontrado na escrita feminina negra minhas iguais. Por irmanarmo-nos através de um corpo sujeito negro, um corpo do gênero feminino que se

expressa em várias sexualidades, um corpo que escreve, pensa e produz conhecimento, encontrei na escritora Conceição Evaristo uma literatura que proporciona a busca do meu ser e estar neste mundo e que também protagoniza mulheres negras não somente como objetos da escrita, mas, sim, como sujeitas que contam sua própria história através das personagens e narradoras criadas.

“Corpo”, “sujeito”, “gênero”, “feminino”, todas palavras masculinas, não comportam a experiência das palavras “mulher”, “sujeita”, “feminina”, “negra”. Enquanto ainda estamos presas pelo léxico da linguagem que generaliza no masculino, a palavra “negra” é onde me sinto em casa. Ainda bem que “escrita” é uma palavra do gênero gramatical feminino. Por isso, a importância do conceito “autoria feminina”.

Muitos questionarão onde fica a divisão entre a vida da mulher Conceição e a literatura da autora Conceição Evaristo. Ela mesma responde: “Peço muito para as pessoas que não leiam apenas minha biografia, porque ela é importante sim, porque ela contamina meu texto...”, mas, ela ressalva: “Não leiam somente a minha biografia. Leiam meus textos!” (2018).

A escritora e Doutora em Literatura criou o conceito “Escrivência” para se referir à produção escrita de mulheres negras que têm em comum o estigma do racismo e do machismo que as colocam em situações de subalternidade. Evaristo compreende que, por ser uma escritora negra, entende e se identifica com muitas das personagens que cria, assim como se coloca como narradora, contadora ou talvez a própria personagem dos contos.

Conceição Evaristo pode ser vinculada à corrente literária dentro da Literatura Brasileira chamada “Literatura Negro-Brasileira”, conforme apresenta Cuti Silva (2010). Como já dissertei no capítulo 2, esta corrente abrange escritores e escritoras negros brasileiros que reivindicam a autoria negra, a ancestralidade, o posicionamento antirracista e a voz coletiva da diáspora negra; além disso, projetam como público leitor a população negra. Dentro dessa corrente, encontramos as predecessoras da escrita feminina negra brasileira: Maria Firmina dos Reis e Carolina Maria de Jesus.

Evaristo revela que Carolina de Jesus foi uma das escritoras que marcou sua escrita. Ambas cresceram na periferia, conheceram de perto a luta pela sobrevivência das mulheres negras, a pobreza, a fome. Evaristo cresceu em uma família de mulheres cozinheiras, faxineiras e babás. Carolina e Conceição foram empregadas domésticas. Conceição tomou gosto pela leitura dentro da família, que se reunia para ouvirem histórias que posteriormente ela aprendeu a contar. A obra de Evaristo é uma porta de acesso ao conhecimento da oralidade, um dos valores civilizatórios da sociedade africana.

Essas vozes são divergentes e dissonantes da história única que tem sido contada a partir da perspectiva do colonizador, do dominador europeu. Essa produção intelectual de mulheres negras propõe a descolonização do pensamento ocidental, que refuta o perigo da história única, como alerta a escritora Chimamanda Adichie (2018) no subcapítulo 2.5. Essas vozes são o contraponto da escravidão africana, ou seja, a resistência. Essas vozes contam a história do Brasil pelo ponto de vista do dominado, do colonizado, do africano, do “Outro”. São as vozes da diáspora africana.

Segundo Simone Pereira Schmidt no artigo “Os desafios da representação: poéticas e políticas da leitura descolonial”, a autoria negra feminina na literatura articula aspectos de gênero e raça na representação de mulheres em obras da diáspora. A autora assinala sua opção por uma crítica descolonial, no âmbito dos sistemas culturais atravessados pela herança do colonialismo português.

(...) Dentre as questões mais frequentemente evocadas nos textos literários encontram-se a memória da segregação racial, a assimilação, a mestiçagem, (...) Questões como essas, que se mostram ainda tão vívidas na esteira de uma história colonial que se deseja superar, podem ser compreendidas através da concepção formulada por Aníbal Quijano, de “colonialidade de poder”. Tomando esse conceito como referência, Maria Lugones afirma que a colonialidade, cujo nascimento se acha estreitamente ligado ao colonialismo, estende e prolonga seus efeitos. Tais efeitos não se restringem às questões raciais, mas permeiam, segundo a autora, “todo controle do sexo, da subjetividade, a autoridade e o trabalho”.

Walter Mignolo, dialogando com a reflexão de Lugones, assinala que o processo colonial esteve ancorado sobre dois vetores fundamentais que foram o patriarcado e o racismo (Mignolo, 2008, p.9). Se pensarmos em termos das permanências da matriz colonial, encontramos no pensamento feminista pós-colonial a ideia da interseccionalidade (Crenshaw, 2002) que compreende que as categorias de gênero e raça se entrelaçam inextricavelmente na constituição do que Maria Lugones chama o “sistema moderno colonial de gênero”. (SCHMIDT, 2013, p. 231).

A “colonialidade de poder” foi a experiência de Portugal sobre o Brasil. Segundo as formulações de um dos precursores do pensamento decolonial latino americano, Aníbal Quijano, a dominação e a exploração são encontradas até hoje nas práticas dos modelos mundiais capitalistas, onde a “colonialidade” refere-se à classificação das populações do mundo em termos de raças, ou seja, a racialização entre colonizadores/colonizados/as, no caso do Brasil, a subjugação dos povos originários pela diferença e discriminação dos indígenas aqui presentes na “descoberta”. (QUIJANO, 1991, 1995) María Lugones amplia essa compreensão além de gênero e também vê a redução ativa das pessoas, sua desumanização e sujeitificação e assim, menos que seres humanos, estariam dispostas a ser convertidas e cristianizadas. (LUGONES, 2014, p. 939)

Lugones afirma que, diferentemente da colonização, a colonialidade do gênero ainda está conosco. Os seres que resistem à colonialidade do gênero a partir da “diferença colonial”

são complexos. Ela mesma se coloca como “resistente”, onde ser resistência é uma possibilidade, adjetivo que encontramos nas personagens de Evaristo, que, assim como a intelectual, são livres dentro dos limites relacionais, se adaptando ao ambiente e às situações de miséria ou se opondo a essas conjunturas de opressão construindo suas subjetividades (LUGONES, 2014, p. 940)

Legitimidade, autoridade, voz, sentido e visibilidade são negados a subjetividade opositora. A infrapolítica marca a volta para o dentro, em uma política de resistência rumo à libertação. Ela mostra o potencial que as comunidades de oprimidos/as, têm entre si, de constituir significados que recusam os significados e a organização social, estruturados pelo poder. (...) Conforme me deslocou metodologicamente dos feminismos de mulheres de cor para um feminismo descolonial, penso sobre feminismo desde as bases e nelas, e desde a diferença colonial e nela, com uma forte ênfase no terreno, em uma intersubjetividade historicizada, encarnada. (...) Descolonizar o gênero é necessariamente uma prática. (...) Chamo a possibilidade de superar a colonialidade do gênero de “feminismo descolonial”. (LUGONES, 2014, p. 940/941);

Esse devir feminista não é consciente nas personagens de Evaristo. É uma prática, em todos os aspectos dos modos de viver e ser de uma mulher negra, num país da América Latina que foi construído sobre a égide do trabalho escravo. Existir é resistir. A luta diária pela vida é uma oposição ao sistema. “Contrariando estatísticas”, como canta o rapper Mano Brown, é romper com o colonial, é descolonizar o que é esperado de um sujeito negro. Sorrir, cantar, dançar, amar, são atos de subversão para a população negra. Conceição Evaristo narra essa resistência através das “escrevivências” que mostram os afetos dos pares, dos filhos, da família e dos amigos da mulher negra.

A descolonização propiciada pela Literatura Negro-Brasileira dá-se através dessas representações de mulheres e homens negros que narram de diferentes formas suas maneiras de resistir e suas superações diárias dentro de um sistema que oprime suas identidades há 521 anos. Na obra de Evaristo, encontramos a periferia como um território de resistência e de luta, palco de suas personagens.

O conceito de “Lugar de fala” (RIBEIRO, 2017), ou “lugar de representação” (MIGNOLO, 2003) indica como as personagens de Evaristo enunciam em seus discursos o ponto de vista do “outro”, no caso, da mulher negra, que fala o que pensa, o que sente e que se configura como um sujeito pertencente a um segmento da sociedade que ao mesmo tempo a exclui e a inclui nos lugares de subordinação ou nos lugares de revolução, pois é uma revolução na Literatura Brasileira reconhecer a voz desses sujeitos. As leitoras negras se veem representadas e é construída coletivamente uma consciência de gênero e raça que sustenta uma necessidade de descolonização do viver.

3 A OBRA DE CONCEIÇÃO EVARISTO: O FEMINISMO E A DECOLONIALIDADE

Encontrei no debate pós-colonial os feminismos que dão conta da diáspora das mulheres africanas, da opressão de gênero racializada e da luta dessas mulheres para mostrarem sua voz, contarem suas narrativas e serem representadas em sua história anticolonial, rejeitando séculos de silenciamento, apagamento, objetificação e estereotipação na Literatura Brasileira.

O ensino da cultura e da história afro-brasileira e indígena se faz cada vez mais necessário para o entendimento das relações étnicorraciais e para a efetiva inclusão desses povos na sociedade brasileira.

O artigo “Rumo a um feminismo descolonial” (2014) de Maria Lugones é um desses possíveis mapas de rastreamento que ajudam a localizar os diversos feminismos de mulheres latino-americanas. São suas vivências e escrevivências que Conceição Evaristo narra nos livros de contos: *Olhos d’água* e *Insubmissas lágrimas de mulheres*”, em que a mulher negra é representada na complexidade, humanidade e universalidade das experiências comuns do “ser mulher negra” na América Latina.

Em *Olhos d’água* (2016), Evaristo trabalha com a metáfora da “água”, elemento associado à mulher por sua maleabilidade, fluidez, contorno, adaptação, purificação e sacralidade. A água também remete à maternidade, experiência que para as mulheres negras foi sequestrada durante o período da escravidão e nos dias atuais representa um risco de morte por conta da violência obstétrica e dos riscos sobre a vida de seus filhos, que têm sido alvos do genocídio da população negra brasileira, tema de um dos contos do livro: “A gente combinamos de não morrer”.

O drama das personagens é uma tensão entre a vida e a morte iminente, que ronda e espreita o povo negro. O cenário de alguns contos é de pobreza, fome, miséria e violências cotidianas nas cenas urbanas, porém, em todas as narrativas a narradora desvenda a resistência, a resiliência e a insistência em celebrar a vida. Essa resistência é que Lugones afirma em seu texto, primeiramente como uma teórica que pensa na resistência não “como o fim ou a meta da luta política, mas sim como seu começo, sua possibilidade” (2014, p.939). Segundo Lugones (2014, p.940), “A resistência é a tensão entre a sujeitificação e a subjetividade ativa, aquela noção mínima de agenciamento necessária para que a relação opressão \leftrightarrow resistência seja uma relação ativa, sem apelação ao sentido de agenciamento máximo do sujeito moderno”.

No livro *Insubmissas lágrimas de mulheres*” (2016), o sujeito, representado aqui pelas mulheres negras, não consegue conter as lágrimas diante das perdas, separações, opressões e violências, mas também a subjetividade ativa é a própria insubmissão dessas mulheres que

retrata a construção da relação opressão \leftrightarrow resistência como uma relação ativa, não subordinada.

Conceição Evaristo é apresentada na introdução desse livro como: “uma narradora que visita cidades em busca de histórias (e) encontra-se com as personagens que aceitam se contar, sem julgamentos prévios” (AMARO, 2016 contracapa). Os afetos e sentimentos que unem essas mulheres são a solidariedade ou “sororidade negra”, que vem a ser uma aliança e empatia entre mulheres negras que Evaristo cunhou com o termo “escrevivência”.

No artigo: “Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade”, Conceição Evaristo (2009, p. 18) afirma: “Quando escrevo, quando invento, quando crio a minha ficção, não me desvinculo de um “corpo-mulher-negra em vivência e que, por ser esse “o meu corpo, e não outro”, vivi e vivo experiências que um corpo não negro, não mulher, jamais experimenta”. Ela então conclui que existe uma vertente negra feminina dentro desta literatura negra:

As experiências dos homens negros se assemelham muitíssimo às minhas, em muitas situações estão par a par, porém há um instante profundo, perceptível só para nós, negras e mulheres, para o qual nossos companheiros não atinam. Do mesmo modo, penso a nossa condição de mulheres negras em relação às mulheres brancas. Sim, há uma condição que nos une, a de gênero. Há, entretanto, uma outra condição para ambas, o pertencimento racial, que coloca as mulheres brancas em um lugar de superioridade – às vezes, só simbolicamente, reconheço – frente às outras mulheres, não brancas. E desse lugar, muitas vezes, a mulher branca pode se transformar em opressora, tanto quanto o homem branco. Historicamente, no Brasil, as experiências de mulheres negras se assemelham muito mais às experiências de mulheres indígenas. (EVARISTO, 2009, p. 18).

Lugones cunhou o termo “colonialidade de gênero” com base no conceito de “colonialidade do ser”, referente ao processo de desumanização, conceito esse desenvolvido por Nelson Maldonado Torres (2014, p. 938). Também usa o termo colonialidade seguindo a análise de Aníbal Quijano sobre o sistema de poder capitalista do mundo em termos da “colonialidade do poder” e da modernidade, onde são inseparáveis a racialização e a exploração capitalista (2014, p. 939).

Segundo Lugones (2014, p. 940), em nossas existências colonizadas, racialmente gendradas e oprimidas, somos também diferentes daquilo que o hegemônico nos torna. Esta é uma vitória infrapolítica. Aqui encontro a aproximação, de que fala Evaristo, da semelhança da experiência das mulheres indígenas com a experiência das mulheres negras. Esses dois grupos têm resistido em suas subjetividades à colonialidade do gênero, resistência essa que Lugones chama de Feminismo Descolonial, ou seja, a possibilidade de superar a colonialidade e compreender sua situação sem sucumbir a ela (2014, p. 941).

As mulheres indígenas que estão aqui nas Américas são seres vivos, históricos e plenamente caracterizados (2014, p. 941), assim como as mulheres africanas sequestradas de seu continente também são seres vivos, históricos e plenamente caracterizados, e é essa a revelação que Lugones projeta ao desvelar o que está eclipsado:

O sistema de poder global, capitalista, moderno colonial, que Aníbal Quijano caracteriza como tendo início no século XVI nas Américas e em vigor até hoje, encontrou-se não com um mundo a ser estabelecido, um mundo de mentes vazias e animais em evolução. Ao contrário, encontrou-se com seres culturais, política, econômica e religiosamente complexos; entes em relações complexas com o cosmo, com outros entes, com a geração, com a terra, com os seres vivos, com o inorgânico, em produção; entes cuja expressividade erótica, estética e linguística, cujos saberes, noções de espaço, expectativas, práticas, instituições e formas de governo não eram para ser simplesmente substituídos, mas sim, encontrados, entendidos e adentrados em entrecruzamentos, diálogos e negociações tensos, violentos e arriscados que nunca aconteceram. (LUGONES, 2014, p. 941).

A população negra, assim como a indígena, tentou de diversas maneiras manter suas expressões culturais desde o período da empresa colonialista até os dias de hoje, buscando estratégias para não apagar de vez suas heranças, nem silenciar as vozes narrativas, bem como “branquear” suas identidades:

...coube aos brasileiros, descendentes de africanos, inventarem formas de resistência que marcaram profundamente a nação brasileira. Produtos culturais como a música, a dança, o jogo de capoeira, a culinária e certos modos de vivência religiosa são apontados como aspectos peculiares da nação brasileira, distinguindo certa africanidade reinventada no Brasil. Cabe ainda observar que, no campo religioso, as heranças africanas se acham presentes, tanto na fé celebrativa de uma teogonia e de uma cosmogonia negro-africanas, quanto no Candomblé e também nas formas religiosas travestidas de um sincretismo como na Umbanda, em que as divindades africanas, aparentemente encobertas pelas imagens cristãs, se atualizam como memórias não apagadas de uma fé ancestral. E mesmo no Catolicismo, percebe-se que mitos cristãos (...) como Escrava Anastácia, dentre outros, foram apropriados pelos africanos escravizados e seus descendentes, tornando-se cúmplices e protetores do povo negro. (EVARISTO, 2009, p. 19).

Retomando Lugones (2014, p. 942) e seguindo sua linha de raciocínio, o processo oprimir $\leftarrow \rightarrow$ resistir no lócus fraturado da diferença colonial é a própria identidade subjetiva desses “sujeitos em colaboração e conflito intersubjetivos, plenamente informados como membros das sociedades americanas, nativas ou africanas, na medida em que assumem, respondem, resistem e se acomodam aos invasores hostis que querem expropriá-los e desumanizá-los”. O processo de resistência é contínuo, e o ser que habita esse lócus fraturado constitui-se duplamente, “onde os lados do lócus estão em tensão, e o próprio conflito informa ativamente a subjetividade do ente colonizado em relação múltipla” (LUGONES, 2014, p. 942).

Uma proposta que Lugones e Evaristo trazem em seus textos é a interseccionalidade. Evaristo (2009, p. 18) insiste em afirmar que, além das marcações de gênero e raça, a classe

social também a localiza como sujeito interlocutor com outras classes: “a sociedade que me cerca, com as perversidades do racismo e do sexismo que enfrento desde criança, somada ao pertencimento a uma determinada classe social, na qual nasci e cresci, e na qual ainda hoje vivem os meus familiares e a grande maioria negra, certamente influi em minha subjetividade”. Lugones faz uma relação entre interseccionalidade e pureza categorial:

...a interseccionalidade tornou-se primordial nos feminismos de mulheres de cor nos Estados Unidos... não se pode ver, localizar, ou se dirigir a mulheres de cor (mulheres latinas dos Estados Unidos, asiáticas, chicanas, afro-americanas ou indígenas norte-americanas) dentro do sistema legal dos Estados Unidos, nem em grande parte da vida institucionalizada deste país. Quando se considera as categorias dominantes, entre elas “mulher”, “negro” e “pobre”, vê-se que não estão articulados de maneira que incluam pessoas que são mulheres, negras e pobres. A intersecção entre “mulher” e “negro” revela a ausência das mulheres negras em vez da sua presença. (...) A relação entre pureza categorial e dicotomias hierárquicas funciona assim: cada categoria homogênea, separável e atomizada caracteriza-se em referência ao membro superior da dicotomia. Assim, “mulheres” refere-se a mulheres brancas. “Negros” refere-se a homens negros. Quando se tenta entender as mulheres na intersecção entre raça, classe e gênero, mulheres não brancas, negras, mestizas, indígenas ou asiáticas são seres impossíveis. São impossíveis porque não são nem mulheres burguesas europeias, nem machos indígenas. (LUGONES, 2014, p. 942).

Lugones (2014, p.943) quer ver essa falha institucional não só como opressora dos seres, mas também como presenças resistentes. A diferença colonial é o lócus fraturado das mulheres colonizadas e dos/as agentes fluentes em culturas nativas. Já que não podemos fugir desse lócus, é possível mudar o olhar sobre esses seres, ver mulheres negras nas narrativas onde elas são protagonistas e nas intersecções que são feitas com o opressor. Ou seja, a presença que resiste, a subjetividade ativa dos/as colonizados contra a invasão colonial de si próprios na comunidade até habitar-se a si mesmos (LUGONES, 2014, p. 943).

“A resistência à colonialidade de gênero é também vivida linguisticamente, na tensão da ferida colonial, conforme Lugones (2014, p. 945). O apagamento político, a tensão vivida do linguagismo (*linguaging*)”, que seja:

Linguaging foi um termo primeiramente utilizado pelos biólogos chilenos Maturana e Varela em 1973, ao proporem uma teoria da autopoiesis. (...) Ecoando Bakhtin, *linguaging* refere-se ao “processo contínuo e simultâneo de tornarmos nós mesmos e de tornarmos nossas práticas linguísticas na medida em que interagimos e damos sentido ao mundo”. (...) para Mignolo, *linguaging* significa pensar e escrever entre linguagens, as quais estão sempre emaranhadas em relações de poder. Podemos assim dizer que *linguaging* e *worlding* (termo cunhado por Spivak para se referir ao fato de que a escrita/textualidade forneceu uma estrutura retórica que justificava o domínio colonial e a expansão imperial) são processos sempre entrelaçados. (LUGONES, 2014, p. 945).

Pensar e escrever entre linguagens é usar a língua do colonizador para falar do lócus do colonizado, mas esse processo é mútuo: usar a língua do colonizado para falar do colonizador.

Assim, o sujeito individualmente cria a sua autopoiesis, processo contínuo e simultâneo de tornar-se alguém, de se constituir e de se autodefinir.

No artigo “Literatura negra: uma voz quilombola na literatura brasileira” de Conceição Evaristo, vemos esse processo contínuo e simultâneo da constituição de uma Literatura que se quer Negra. Uma Literatura Brasileira, antes de tudo:

Ao propormos uma leitura em torno da Literatura Negra julgamos necessária uma reflexão sobre a transposição e a continuidade das culturas africanas em solo brasileiro: O primeiro exercício de sobrevivência efetuado pelos africanos deportados no Brasil, assim como em toda a diáspora, foi talvez o de buscar recompor o tecido cultural africano que se desteceu pelos caminhos, recolher fragmentos, traços, vestígios, acompanhar pegadas na tentativa de reelaborar, de compor uma cultura de exílio refazendo a sua identidade de emigrante nu. (GLISSANT, 1996) O homem africano no movimento de reterritorialização encontra no culto da tradição a possibilidade de viver um continuum apesar de espaço e tempo histórico diferentes. Tradição que para Muniz Sodré (1988) “Afirma-se não como forma paralisante, mas como algo capaz de configurar a permanência de um paradigma negro na continuidade histórica”. (EVARISTO, 2010, p. 1).

Conceição Evaristo é uma escritora e intelectual negra brasileira que, ao mesmo tempo em que escreve suas narrativas decolonizadas, pensa e teoriza sobre o ato da “escrivência” das mulheres negras e do espaço que essa Literatura feminina ocupa dentro da vertente Literatura Negra. O que une esses escritores negros é a experiência da diáspora, esse escrever entre linguagens, entre culturas, essa busca por uma identidade que foi fraturada, essa constituição de uma identidade que foi negada e ao mesmo tempo estereotipada na formação da Literatura Brasileira e seu cânone construído sobre uma retórica colonial.

É possível a criação de uma literatura que não seja eurocêntrica, que não copie o modelo europeu, que não reproduza as relações de poder moderno-coloniais que representam o ser negro como animalizado, sem virtudes, preguiçoso, sem alma, sem cultura, iletrado. A Literatura Negra vai ser a oposição ao *status quo* da Literatura Brasileira, onde o perfil de 90% dos escritores, segundo Regina Dalcastagné (2017), é: homem, branco e da classe média. Se o contrário da “casa grande” é “quilombo”, um quilombo literário é o que define a Literatura Negra:

A palavra poética é um modo de narração do mundo. Não só de narração, mas talvez, antes de tudo, de revelação do utópico desejo de construir um outro mundo. Pela poesia, inscreve-se, então, o que o mundo poderia ser. E, ao almejar um mundo outro, a poesia revela o seu descontentamento com uma ordem previamente estabelecida. Para determinados povos, principalmente aqueles que foram colonizados, a poesia torna-se um dos lugares de criação, de manutenção e de difusão de memória, de identidade. Torna-se um lugar de transgressão ao apresentar fatos e interpretações novas a uma história que antes trazia a marca, o selo do colonizador. É também transgressora ao optar por uma estética que destoa daquela apresentada pelo colonizador. Pela poesia, o colonizado, segundo Homi Bhabba, não só encena o “direito de significar” como também questiona o direito de nomeação que é exercido

pelo colonizador sobre o próprio colonizado e seu mundo. (EVARISTO apud Bhabha, 1999, p. 321).

Na criação literária, o direito à fala é assegurado. Segundo Evaristo (2010, p.3), “pode-se ocupar um lugar vazio apresentando uma contrafala ao discurso oficial, ao discurso do poder.” A fala na Literatura Negra não é só metafórica, ela é a base do conhecimento que foi transmitido de geração em geração pela voz, pelo corpo, pelo gesto ancestral.

A poesia oral, presente nas culturas tradicionais africanas, foi incorporada à literatura produzida pelos poetas, contistas e romancistas africanos comprometidos com a luta de libertação do povo. A poesia foi arma, foi estratégia de luta. (...) coube aos descendentes de africanos, espalhados pelo mundo, inventar formas de resistência. Vemos, pois, a literatura buscar modos de enunciação positivos na descrição desse corpo. A identidade vai ser afirmada em cantos de louvor e orgulho étnicos, chocando-se com o olhar negativo e com a estereotipia lançados ao mundo e às coisas negras. O corpo negro vai ser alforriado pela palavra poética que procura imprimir e dar outras lembranças às cicatrizes das marcas dos chicotes ou às iniciais dos donos-colonos de um corpo escravo. A palavra literária como rubrica-enfeite surge como assunção do corpo negro. (EVARISTO, 2010, p. 3).

A palavra literária de Conceição Evaristo é tecida com suas rubricas-enfeites. A exaltação da beleza negra se presentifica nos corpos femininos, através da memória afetiva. No conto “Olhos d’água” (2016), a narradora, ao tentar recordar a cor dos olhos de sua mãe, vai descrevendo o corpo materno como um lugar de aconchego e de alegria para os filhos: “Da unha encravada do dedo mindinho do pé esquerdo...da verruga que se perdia no meio de uma cabeleira crespa e bela... brincando de pentear boneca, ...a brincadeira preferida era aquela em que a mãe era a Senhora, a Rainha” (EVARISTO, 2016, p. 16-17).

A professora e pesquisadora de Literatura Negra Zilá Bernd indaga:

que fator será o determinante da fissura a partir da qual se pode falar em literatura negra e não apenas em temática da escravidão? E responde: ‘que esse demarcador de fronteiras é o surgimento de um sujeito de enunciação no discurso poético, revelador de um processo de conscientização de ser negro entre brancos. (EVARISTO, 2010, p. 4).

O sujeito de enunciação no discurso poético, quando é um ser negro consciente das tensões raciais, é um sujeito que está abraçado ao coletivo. Quando fala de si, fala dos outros e vice-versa. Ele ressoa vozes. Segundo Evaristo (2010, p. 5), “Não podemos deixar de considerar que a experiência negra numa sociedade definida, arrumada e orientada por valores brancos, é pessoal e intransferível”. É a “escrevivência”.

Esse demarcador de fronteiras que é a “escrevivência” só pode surgir numa “diferença colonial”, termo escrito por Walter Mignolo a partir do qual María Lugones vai construir ideias sobre a resistência à colonialidade de gênero:

A transcendência da diferença colonial só pode ser feita a partir de uma perspectiva de subalternidade, de descolonização e, portanto, a partir de um novo terreno epistemológico onde o pensamento de fronteira é exercido. (...) As diferenças coloniais, ao redor do planeta, são a casa que a epistemologia de fronteira ocupa. (Mignolo, 2000) Estou propondo um pensamento de fronteira feminista, onde a liminaridade da fronteira é um solo, um espaço, uma fronteira, para usar o termo de Gloria Anzaldúa, não apenas uma fenda, não apenas uma repetição infinita de hierarquias dicotômicas entre espectros do humano desalmados. (...) A leitura que eu quero efetuar vê a colonialidade de gênero e rejeição, resistência e resposta. (LUGONES, 2014, p. 947).

A sororidade das mulheres negras é uma das práticas do feminismo descolonial. É uma rejeição da submissão e objetificação dos corpos-mulheres, é uma resistência aos estupros colonizadores aos quais índias e negras foram submetidas. É uma resposta à sociedade patriarcal, racimachista, que dá as costas para a realidade de um país em que a maioria dos lares são chefiados por essas mulheres.

Uma voz quilombola na literatura brasileira foi entoada pelo negro: “um canto de revolta pelos ares, no quilombo dos Palmares, onde se refugiou”, versos do compositor Paulo César Pinheiro eternizados na voz da cantora Clara Nunes. Evaristo (2010, p.7) afirma que “A saga Palmarina vai ser sempre retomada. Mulheres como Dandara, Luiza Mahin, Aqualtune serão temáticas do canto poético negro”. Afirmação corroborada também pela historiadora Beatriz Nascimento no texto “Kilombo”: “a organização quilombola, como paradigma organizativo de estratégias afirmativas dos negros que foram trazidos para as Américas” (EVARISTO, 2010, p. 7).

A memória dessa ancestralidade negra brasileira é passada de mulher pra mulher e, conforme Lugones (2014, p. 948), “pessoas que resistem à colonialidade do gênero na diferença colonial, aprendem umas sobre as outras”:

(...) compreender sujeitos e enfatizar a subjetividade ativa na medida em que busca o lócus fraturado que resiste à colonialidade de gênero no ponto de partida da coalizão. Ao pensar o ponto de partida desde a coalizão, porque o lócus fraturado é comum a todos/as, é nas histórias de resistência na diferença colonial onde devemos residir, aprendendo umas sobre as outras. (...) Tudo e todos/as continuam respondendo ao poder e na maior parte do tempo respondem sem ceder – o que não quer dizer na forma de desafio aberto, mesmo que às vezes seja em desafio aberto – de maneiras que podem ou não ser benéficas para o capital, mas que são parte de sua lógica.(...) Adaptação, rejeição, adoção, desconsideração e integração nunca são só modos isolados de resistência, já que são sempre performados por um sujeito ativo, densamente construído pelo habitar a diferença colonial com um lócus fraturado. (...) Parte do que vejo é movimento tenso, pessoas se movimentando: a tensão entre a desumanização e a paralisia da colonialidade do ser, e a atividade criativa do ser-sendo. Não se resiste sozinho à colonialidade do gênero. (LUGONES, 2014, p. 948-949).

Essa reflexão devolve nossa humanidade roubada. Se os bancos escolares apenas reproduzem a história do negro no período escravocrata, nossas crianças nunca vão aprender

sobre a resposta que demos ao poder colonial. Aprender que nem sempre cedemos ao jugo. Que respondemos com lutas, armas, saques, incêndios. Que nos adaptamos ao cenário com nossos conhecimentos trazidos de África. Que adotamos as práticas indígenas, pelas semelhanças das cosmovisões. Que somos criativos. Que hoje construímos quilombos nas zonas urbanas.

A literatura de Conceição Evaristo coloca lado a lado mulheres negras da zona rural e da zona urbana. Mulheres letradas e analfabetas. Mulheres jovens, meninas e senhoras. Mulheres casadas, solteiras. Mulheres heterossexuais, bissexuais e lésbicas. Mulheres que são mães e outras que não querem a maternidade. Mulheres que abortam e outras que doam seus filhos. Mulheres artistas e mulheres burocratas. Mulheres prostitutas. Moradoras de rua. Todas as mulheres negras e suas escrevivências.

Evaristo com suas narrativas vai recontando a história da sociedade brasileira:

Após a Abolição, a mística quilombola interiorizou-se nos descendentes livres de africanos. Não mais como uma mística de “guerra bélica declarada, mas como esforço de combate pela vida”. A força vital, experimentada pelo jovem que se iniciava no Kilombo, componente do sistema filosófico bantu, está no modo de ser do brasileiro. “A aparente aceitação das dificuldades”, diz Beatriz Nascimento, fundamenta-se nesta filosofia, mas é preciso fortalecer o corpo e a mente como instrumentos de luta. (...) A literatura negra toma como parte do corpus a História do povo negro vivida e interpretada do ponto de vista negro, propondo uma leitura transgressora da História oficial e escrevendo a história dos dominados. (...) Ao apropriar-me do conceito de quilombismo proposto por Abdias Nascimento e por Beatriz Nascimento, acrescento um outro aspecto talvez implícito nas considerações dos dois estudiosos. Enfatizo a diferença entre quilombo e gueto. Aprofundo aqui um pensamento de Miriam Alves, quando a poetisa afro-brasileira diz que enquanto gueto supõe impotência, quilombo traz em si a ideia de resistência, de organização. Podemos pensar o quilombo como um espaço de vivência marcado pelo enfrentamento, pela audácia de contradizer, pelo risco de contraviver o sistema. (...) Distingo ainda o quilombo de senzala, porque quilombo é um lugar de escolha, senzala como gueto, guarda um sentido de lugar vivido por imposição. Entretanto, a senzala subverte também a ordem, na medida em que é a oposição da casa-grande, constituindo-se um pólo ameaçador. (EVARISTO, 2010, p. 7,8).

Aqui ecoa o pensamento da filósofa Lélia Gonzáles, pioneira no Brasil ao pensar num Feminismo Negro Latino Americano, ou “Amefricanidade”, em que a mulher assume a própria fala sobre a realidade de ser mulher negra em países colonizados. Lélia também criou o conceito de resistência passiva. Sim, nós, negras, resistimos aparentemente pela “passividade”, mas dessa forma, imprimimos uma identidade cultural no Brasil que está no nosso DNA até os dias de hoje:

(...) na função de mucama e/ou ama-de-leite. Nessas circunstâncias, ela mantinha um contato direto com os senhores, assim como tudo aquilo que tal contato implicava (desde a violência sexual e os castigos até a reprodução da ideologia senhorial). Mas foi justamente a partir daí que ela fez a cabeça do dominador, sobretudo ao exercer a função materna enquanto “mãe preta”. (...) não se pode deixar de considerar que a “mãe preta”, também desenvolveu as suas formas de resistência: a resistência passiva,

cuja dinâmica deve ser encarada com mais profundidade. (...) ela foi criando uma espécie de "romance familiar" cuja importância foi vital na formação dos valores e das crenças do nosso povo. Conscientemente ou não, ela passou para o brasileiro branco as categorias das culturas negro-africanas que era representante. Foi por aí que ela africanizou o português falado no Brasil transformando-o em pretuguês e consequentemente, a cultura brasileira. (CARNEIRO, 2014, p. 41).

A escritora Conceição Evaristo, numa conferência de escritoras brasileiras em Nova Iorque, fez a seguinte afirmação, que já mencionamos anteriormente: “Nossa história não foi escrita para ninar aos da casa-grande e sim para acordá-los dos seus sonos injustos” (2009). Assim, temos a metáfora da “mãe preta” de Lélia Gonzáles presentificada na escrevivência de Conceição Evaristo na contemporaneidade.

As mulheres escravizadas e quilombolas não tinham a consciência de um feminismo como ideologia, mas, mais do que isso, o vivenciavam na prática. A literatura de Evaristo é uma potência nesse processo de reconhecimento entre mulheres negras, que buscam em suas ancestrais a força de uma luta e de uma resistência que ajuda a seguir.

Eu encontro nessas mulheres, negras e indígenas, a certeza de que sempre nossas histórias foram contadas por nós mesmas. Mesmo que ninguém quisesse escutar, mesmo que os escritos tenham sido apagados, nossa voz quilombola ecoa na literatura negra de Conceição Evaristo.

A “escrevivência” de Conceição Evaristo também é encontrada na obra de outros escritores negros brasileiros e latino-americanos que dialogam entre si e se fortalecem por meio de uma “rede de afetos a partir da experiência traumática da diáspora e da resistência à opressão” (2018, p. 105) como afirma a professora de Literatura Hispano-Americana e pesquisadora Liliam Ramos, em seu artigo “Decolonizando saberes: conceitos de literatura afrodescendente aplicados à literatura latino-americana de autoria negra”. A “decolonização do saber”, conceito do intelectual argentino Walter Mignolo, conduz a uma “prática didático-pedagógica que inclui escolha de corpus de análises que contemplem a literatura afro-latino-americana nos currículos” (2018, p. 105). Em outras palavras, a compreensão dos textos de autoria negra pode ser feita “sob a ótica de conceitos desenvolvidos para dar conta de uma literatura cujas características devem ser analisadas de forma a abranger saberes diversos, sem priorizar as teorias ocidentais” (2018, p. 105).

Na primeira parte do artigo de Liliam Ramos, temos um capítulo intitulado “O ‘escurecimento’ da literatura latino-americana” que mostra como iniciou a busca de críticos e teóricos latino-americanos para “estabelecer uma agenda continental que desse conta de construir categorias de interpretação para uma recente literatura que, a partir de 1960, passou a fazer parte do que se considerou o *boom* latino-americano”:

Pesquisadores como Antonio Cornejo Polar, Angel Rama, Antonio Candido, Ana Pizarro, entre outros, tentaram romper com a ideia de que a América Latina somente produzia corpus de análises realizadas por perspectivas ocidentais e passaram a se dedicar à elaboração de um projeto de teorização literária latino-americana. (...)

Angel Rama denunciou em *La ciudad letrada* (1984) que dentro dos limites físicos das cidades há sempre uma outra cidade...Compunha esse espaço uma plêiade de religiosos, administradores, escritores, educadores, intelectuais, todos que manejavam a pena e ocupavam espaços de poder. (tradução minha)

Se a “ciudad letrada” se constrói em torno da escrita e por um grupo letrado que, em sua maioria, constitui a frondosa burocracia instalada nas cidades a cargo de transmissão de tarefas entre a metrópole e as sociedades coloniais, entende-se o motivo pelo qual as comunidades de cultura oral, subjugadas como subalternas e inferiores, acabaram ficando de fora do mercado editorial na época pós-independente. Isso não quer dizer que não houve produções literárias e intelectuais de autoria negra. (RAMOS, 2018, p. 115-116).

Carolina de Jesus ficou esquecida por décadas, mas, voltando na linha do tempo da Literatura Brasileira, encontramos sua obra no ano de 1960, seguindo na trilha da vertente da Literatura Negra, onde temos como seus predecessores Luiz Gama, Cruz e Souza, Lima Barreto e Machado de Assis, autor que há pouco tempo teve sua negritude restituída. Não podemos esquecer também do recente resgate da escritora Maria Firmina dos Reis, que foi a primeira romancista do Brasil e que em sua obra *Úrsula* (2018) faz a denúncia dos horrores da escravidão e coloca seu ponto de vista como uma autora abolicionista.

O que une esses escritores? A experiência de ser um negro na América Latina. Desde Luiz Gama, que sendo um homem livre foi vendido como escravo, até Cruz e Souza, que conheceu o racismo na sua profissão de jornalista, convivendo com a miséria, a doença e a loucura da esposa, legados da sua exclusão. Desde Lima Barreto, com o mesmo obstáculo do racismo, que morava num quilombo urbano e se tornou alcoólatra, até Machado de Assis, que nasceu no morro da Providência e não frequentou a escola, porém vendia doces na frente do prédio. Essas vivências estão presentes em suas escritas, explícitas ou disfarçadas, como na ironia machadiana. Essas vivências estão em suas escrevivências.

Além das vivências negras, o que há de comum em suas escritas? Segundo Liliam Ramos (2018, p. 107), a incorporação de “negros e negras como personagens que assumem a enunciação, privilegiam a cosmovisão africana como componente identitário brasileiro e denunciam práticas racistas e opressoras vivenciadas pelas comunidades negras”. Examinando a escolha da matéria narrada, constrói-se uma tradição, um cânone negro.

Com a crescente produção de literatura afrodescendente na América Latina, surgem novas demandas de análise e conceitos que vêm sendo teorizados na tentativa de definir quais elementos configuram a pulsante literatura engendrada por escritoras e escritores negros. Faz parte dessa investida o estabelecimento de um diálogo permanente com as teorias e com as críticas da literatura e da cultura desenvolvidas desde o próprio lugar de enunciação e em outras disciplinas como sociologia, história,

etc. Nesta reflexão, interessam-nos os diálogos latino-americanos entre escritoras, escritores e intelectuais negros de língua portuguesa e espanhola que pensaram/pensam novas formas de analisar textos literários, inclusive, desconstruindo epistemologicamente o conceito de literatura elaborado pelas teorias ocidentais, incorporando novas formas de produção de textos literários como no caso da canção, do rap e do slam, de tradição oral. (RAMOS, 2018, p. 118-119).

Um desses conceitos pode ser elaborado por uma escritora negra latino-americana: a escrevivência de Conceição Evaristo. Segundo Liliam Ramos (2018, p. 119) “Não se trata de classificar e ordenar o corpus em conceitos estanques, mas sim de proporcionar um panorama da práxis literária afro-latino-americana, seus diálogos inter-regionais e suas reverberações”. Dessa práxis também fazem parte os conceitos de “Malungaje” de Jérôme Branché (Guiana Francesa), “Quilombismo” de Abdias do Nascimento (Brasil), “Aforrealismo” de Quince Duncan (Costa Rica) e “Poétnica” de Nei Lopes (Brasil).

Liliam Ramos também faz um paralelo entre *Ponciá Vicêncio*, de Conceição Evaristo, e *Quarto de despejo* de Carolina de Jesus, considerando essas narrativas “escritos de vida em espaços urbanos marginalizados”:

O conceito de escrevivência caracteriza a escrita como forma de sobrevivência às dificuldades financeiras. Conceição Evaristo (Ponciá Vicêncio, 2003) e Carolina Maria de Jesus (*Quarto de despejo*, 1960) são grandes exemplos brasileiros. “Minha literatura não é pior nem melhor do que qualquer outra, só nasce de uma experiência diferente da qual eu me orgulho e que não quero camuflar” (EVARISTO, 2016). Em entrevista ao *Jornal Nexo*, Evaristo comenta que não pensou em criar um conceito; que já vinha trabalhando com o termo desde 1995 e que o utilizou pela primeira vez em uma mesa de escritoras negras no seminário *Mulher e Literatura*: “nossa escrevivência não é para adormecer os da Casa Grande, e sim para incomodá-los em seus sonos injustos” (EVARISTO, 2017). A autora (...) defende que o texto memorialístico escrito por pessoas negras apresenta situações de resiliência pois mesmo com todas as violências a comunidade negra conseguiu sobreviver e resistir e ocupar espaços até pouco tempo destinados a pessoas brancas (RAMOS, 2018, p.128-129).

Acho que a dificuldade da academia em lidar com os nossos textos, dizendo que nós só contamos memórias, é porque é uma memória que, justamente, a academia não quer saber. Sonegaram a nossa história, sabemos muito pouco da trajetória dos africanos no Brasil. Sabemos muito pouco dessa trajetória de protagonismo. Nossa história de resistência é muito pouco contada: até os anos 1980, a ciência histórica valorizava a canetada da Princesa Isabel e não a história dos quilombos. E por isso também a academia tem dificuldade de lidar com nossos textos de memória: assim como nega nosso passado de protagonismo, nega nosso direito à memória. Acho que a literatura é um espaço em que a gente pode reivindicar ou afirmar nosso direito à memória. (EVARISTO, 2005).

Não podemos esquecer como a “descoberta” das Américas, as navegações, o colonialismo e a escravidão africana são contadas por autores brancos. Mencionam os índios e negros como seres impotentes, passivos e domesticados, esquecendo-se de contar a resistência desses povos, a fuga para os quilombos, os suicídios coletivos, as lutas, os inúmeros heróis que se rebelaram contra o sistema colonial. Os intelectuais brancos criaram a ideia da “democracia

racial” e fazem o elogio à mestiçagem, sem nunca mencionar o estupro de índias e negras, e, após a abolição, criaram as políticas de embranquecimento desse mesmo povo mestiço.

Por isso tudo a importância do reconhecimento da Literatura Negra, e de conceitos e teorias literárias decolonizadas que deem conta dessa produção. Muda-se o ponto de vista da “história única”, como alerta a escritora Chimamanda Adichie (2013), mudam-se os “lugares de fala” dessa mesma história. Decolonizam-se os saberes e as produções:

Ainda que a escritora e intelectual não tenha pensado na criação de um conceito, a proposta da escrevivência torna-se uma prática decolonizadora na medida em que surge da reivindicação de uma mulher negra que mesmo com experiências de fome e miséria consegue desenvolver a sensibilidade leitora e escritora e percebe a literatura como um espaço de resgate memorial, de expressão e denúncia. (RAMOS, 2018, p. 129).

A Literatura Negra, às vezes, é classificada também como Literatura Periférica ou Literatura Marginal, porque a maioria dos autores são provenientes de comunidades periféricas, como é o caso de Carolina de Jesus e Conceição Evaristo, assim também, suas narrativas têm como cenário as favelas, bicos e periferias dos grandes centros urbanos:

As escrevivências podem aparecer em formato de poema narrativo, no entanto é mais comum encontrá-las em textos em prosa, especificamente em contos e romances contemporâneos que vêm sendo classificados como literatura marginal ou periférica. Configuram-se em escritas do eu, apresentando traços autobiográficos de autores negros que experienciaram situações de pobreza e violência e que promovem narrativas traumáticas sublimadas em forma de texto memorialístico. Os autores aproveitam o espaço proporcionado pela literatura para desenvolver em seus textos uma crítica social pautada na discriminação e no racismo vigentes em seus países de origem, confirmando que os discursos de igualdade e democracia racial não passam de tentativa de mascarar a continuidade da opressão às comunidades negras. (RAMOS, 2018, p. 130-131).

4 O PROCESSO DE ESCRITA DE CONCEIÇÃO EVARISTO: ESCRIVIVÊNCIA

O processo criativo de um escritor pode ser rastreado na análise do seu corpus de obras literárias, mas, também, através de ensaios, depoimentos e entrevistas do próprio escritor. A poética de cada artista é um projeto estético e ideológico único, que busca na recepção do leitor um encontro, ou confronto, de pontos de vista, concepções de mundo e reflexões sobre a existência humana. As emoções e sentimentos colocados nas palavras às vezes partem de experiências próprias do escritor, ou são criadas, sendo que aí está a fronteira entre realidade e imaginação, a *mimesis* que configura o que é o texto literário.

O conjunto de contos da escritora Conceição Evaristo (*Insubmissas Lágrimas de Mulheres* (2016) e *Olhos d'água* (2016)) carrega em suas narrativas a influência da oralidade, da memória e da ancestralidade. As personagens protagonistas são todas mulheres negras, assim como a autora. Essa aproximação entre personagem e autoria é o que Conceição Evaristo chama de Escrivivência.

O termo Escrivivência foi concebido por Evaristo, que, além de escritora, é doutora em Literatura Comparada, professora e pesquisadora. No seu estudo sobre Literatura Negra, mais especificamente a representação da mulher negra na Literatura Brasileira, ela só encontrava estereótipos construídos em cima do racismo e do preconceito dirigido às mulheres negras no Brasil: ora mulata ferosa, ora “mãe preta”, os exemplos são inúmeros na construção de personagens folclorizados, rasos, sem protagonismo na narrativa, retratados como ausentes de razão, animalizadas, sem família ou envolvimentos afetivos. Seus destinos sempre trágicos retratavam o *status quo* da sociedade brasileira, racista e excludente, que insiste em manter a população negra na subalternidade, refletindo esse ponto de vista na literatura.

Segundo a pesquisa da professora Regina Dalcastagné (2007), 90% dos escritores brasileiros são homens, brancos e da classe média. Esses dados só corroboram as análises literárias de Evaristo, pois confirmam que é desse segmento da sociedade que parte a criação das personagens negras de forma pejorativa, como meras coadjuvantes, componentes dos cenários de uma “cor local”. Esse clichê retrataria a falsa “democracia racial” defendida há décadas por intelectuais brancos que insistem em não enxergar, nos 300 anos de escravização africana, o sequestro da humanidade dos negros, ou a própria “mão negra” que construiu o Brasil. Os privilégios de raça, classe e gênero usam do pretexto da “falsa abolição”, assinada por uma princesa portuguesa, para tomar para si a bondade travestida de caridade cristã. Assim, por outro lado, acabam fechando os olhos para reconhecer a República de Palmares e os mais de cem anos de resistência quilombola.

Conceição Evaristo faz parte do grupo de escritores da diáspora negra na América. A modernização do ocidente foi construída através do colonialismo europeu. A América foi invadida, saqueada e explorada. Com o genocídio dos povos indígenas, o tráfico negreiro trouxe em seus navios tumbeiros, africanos escravizados que tiveram suas identidades roubadas e suas humanidades removidas. A população negra brasileira tem, em seu DNA geracional, a ferida colonial que volta a sangrar sempre que a prática do racismo diário nos convoca...

Evaristo encontrou dentro do segmento da Literatura Negra uma vertente feminina que produz um texto diferenciado dos textos dos escritores negros e que carrega em sua representação a interseccionalidade de gênero, raça e classe. As autoras negras, em suas narrativas, costumam fazer a denúncia do genocídio da juventude masculina negra, a violência crescente contra as mulheres negras, a exclusão social, a fome, a miséria e todos os males, barreiras e obstáculos advindos do racismo. Concomitantemente, a vivência dessas mulheres é uma resistência diária que dribla a morte que insiste em bater em suas portas. É dessa vivência comum entre as mulheres negras que Evaristo cunhou o termo *Escrevivência*.

A experiência de ser uma mulher negra é um ponto de vista compartilhado entre a autora e suas leitoras negras, que se veem representadas em sua escrita, por isso, a circulação da literatura de Conceição Evaristo encontrou primeiro no Movimento Negro a sua melhor recepção. As personagens, diversas em profissões, arranjos familiares, amizades, afetos e sonhos, são atravessadas pela experiência de ser um corpo negro que muitas vezes é objetificado, hiperssexualizado, que sofre diversas violências diárias, mas que carrega sentimentos e desejos iguais aos de qualquer ser humano. Evaristo devolve a essas mulheres suas humanidades que estão aterradas por camadas de invisibilidade.

Ao revelar a mulher negra em sua completude, também vamos contemplando a beleza de sua ancestralidade, a memória de seus antepassados e a história da diáspora negra que separou famílias, etnias e genealogias. Como se fez para manter a cultura dos povos africanos que vieram para o Brasil? Foi através da oralidade, das histórias contadas de mãe para filha, dos exemplos de luta e resistência, da coragem em lutar por direitos e não aceitar a submissão.

Evaristo cresceu numa família de maioria feminina, aprendeu com a mãe as primeiras lições da escrita. Em seu depoimento intitulado: “Da grafia-desenho de minha mãe um dos lugares de nascimento de minha escrita”, texto apresentado na Mesa de Escritoras Afro-brasileiras, no XI Seminário Nacional Mulher e Literatura/II Seminário Internacional Mulher e Literatura, no Rio de Janeiro, em 2005, ela conta que com um graveto a mãe desenhava na lama a figura de um sol para fazer cessar a chuva e secar as roupas que lavava pra fora. A família tinha fome e a urgência do trabalho ser finalizado era grande.

A autora destaca que para fazer a grafia da estrela na “página-chão”, a mãe usava todo o corpo para se abaixar e ficar de cócoras e fazer os movimentos com o braço. A corporeidade na cultura africana é um dos valores civilizatórios que nós, brasileiros, herdamos desses povos. Ela termina dizendo que esse gesto foi fundamental para nascer em si o desejo de ser escritora: “Foi daí, talvez, que eu descobri a função, a urgência, a dor, a necessidade e a esperança da escrita. É preciso comprometer a vida com a escrita ou é o inverso? Comprometer a escrita com a vida?” (EVARISTO, 2005, s/p)

Ela continua o depoimento trazendo então a segunda lição de escrita: a lista de roupas das madames ricas e brancas que a mãe lavadeira tinha que conferir no ato da entrega. Conceição, menina, não entendia porque algumas calcinhas e panos vinham com sangue, se em casa não compartilhava dessa intimidade. Pensou que as madames urinavam sangue... Quando foi para a escola, a mãe, semianalfabeta, era quem a auxiliava nos deveres com o escasso material escolar, cadernos feitos de papel de pão ou folhas soltas costuradas.

O acesso à leitura era escasso, vinha de revistas, jornais velhos e livros encontrados no lixo ou recebidos da casa dos ricos. Temos outra escritora negra brasileira que teve sua formação literária na mesma fonte, o lixo: a escritora Carolina Maria de Jesus escreveu os seus diários em cadernos velhos jogados no lixão, assim como encontrou os livros que gostava tanto de ler. E as coincidências não ficam somente aí. Evaristo sempre conta em suas entrevistas que o livro *Quarto de despejo: diário de uma favelada* de autoria de Carolina (SANTOS, 2017), foi lido em voz alta entre a família dela quando se reuniam, à noite. Ambas também foram moradoras de favelas.

Conceição morou na favela do “Pendura saia”, e das mãos lavadeiras de sua mãe recebia a lista de compras, que tinha itens cifrados e quase sempre eram riscados da compra final: “Nesse exercício de quase adivinhar os textos escritos produzidos por minha família, quem sabe o meu aprendizado para um dia caminhar pelas vias da ficção...” (2005).

Assim, a menina foi crescendo com outras lições de escrita que aconteciam à sua volta:

Ainda, uma de minhas tias, a que me criou, tinha por hábito de anotar resumidamente em folhas de papéis, datas e acontecimentos importantes, desde fatos relacionados à economia doméstica, a acontecimentos sociais ou religiosos. Anotações familiares como:

“A nossa última galinha d’angola fugiu semana passada, isto é, no final do mês de novembro”.

“No dia 13 de dezembro, pus a galinha garnisé para chocar sobre nove ovos”.

“Dona Etelvina de Seu Basílio voltou para São Paulo no dia 15 de agosto de 1965”.

“Já paguei duas mensalidades para ajudar na festa da Capela do Rosário”.

“Maria Inês, minha sobrinha ficou noiva no dia 22 de junho de 1969”.

E à medida que eu crescia e os meus conhecimentos também, alguns desses eventos passaram a ser registrados por mim, como também passou a ser de minha

responsabilidade cuidar de meus irmãos menores na escola, acompanhar seus deveres, ir às reuniões escolares e transmitir os resultados para mim mãe. De meus irmãos passei a acompanhar os deveres das crianças menores vizinhas. No pequeno quintal de nossa casa, debaixo das árvores, improvisei uma sala de aula. Das moedas, que me eram dadas pelas mães gratas pelo desenvolvimento de seus filhos na escola, surgiam meu primeiro salariozinho. Riqueza que me permitia comprar ora o pão diário, ora açúcar, ora o leite do irmãozinho menor, ora um caderno para mim, e às vezes algum livrinho, (revistinhas infantis, gibis, que não sei porque eu considerava como sendo livro) ou ainda obter uma alegria maior: doces, doces, doces... (EVARISTO, 2005).

A autora segue o depoimento dando ênfase à importância da oralidade. Ela diz: “a gênese de minha escrita está no acúmulo de tudo que ouvi desde a infância.” Então, esse acúmulo ficou gravado na sua memória, no seu corpo:

O acúmulo das palavras, das histórias que habitavam em nossa casa e adjacências. Dos fatos contados a meia-voz, dos relatos da noite, segredos, histórias que as crianças não podiam ouvir. Eu fechava os olhos fingindo dormir e acordava todos os meus sentidos. O meu corpo por inteiro recebia palavras, sons, murmúrios, vozes entrecortadas de gozo ou dor dependendo do enredo das histórias. De olhos cerrados eu construía as faces de minhas personagens reais e falantes. Era um jogo de escrever no escuro. No corpo da noite.

Na origem da minha escrita ouço os gritos, os chamados das vizinhas debruçadas sobre as janelas, ou nos vãos das portas contando em voz alta uma para outras as suas mazelas, assim como as suas alegrias. Como ouvi conversas de mulheres! Falar e ouvir entre nós, era a talvez a única defesa, o único remédio que possuíamos. Venho de uma família em que as mulheres, mesmo não estando totalmente livres de uma dominação machista, primeira a dos patrões, depois a dos homens seus familiares, raramente se permitiam fragilizar. Como “cabeça” da família, elas construía um mundo próprio, muitas vezes distantes e independentes de seus homens e mormente para apoiá-los depois. Talvez por isso tantas personagens femininas em meus poemas e em minhas narrativas? Pergunto sobre isto, não afirmo. (EVARISTO, 2005, s/p).

“Conversa de mulheres”! Esse é um dos temas da obra de Conceição Evaristo. Talvez, por isso, a admiração de suas leitoras pela obra. É comum ouvir que as mulheres falam demais. Contudo, a figura masculina está sempre presente nas narrativas. Ora como o algoz patrão, ora como o companheiro dominador. E, mesmo assim, a liberdade de falar e ouvir, de poder conversar, de trocar confidências, o poder da oralidade, da cumplicidade, da empatia. Mesmo assim, essas mulheres não são frágeis, São fortes, independentes e insubmissas. Encerrando o depoimento, Conceição, já na sua juventude, entra em contato direto com a literatura escrita:

Afirmo, porém que foi do tempo/espaço que aprendi desde criança a colher as palavras. Não nasci rodeada de livros, do meu berço trago a propensão, o gosto para ouvir e contar histórias. A grande oportunidade para a leitura constante me chegou, quando eu, já quase mocinha tinha a autonomia para ir e vir a Biblioteca Pública de Belo Horizonte, casa-tesouro, em que uma das minhas tias se tornou servente.

Se a leitura desde a adolescência foi para mim um meio, uma maneira de suportar o mundo, pois me proporcionava um duplo movimento de fuga e inserção no espaço em que eu vivia, a escrita também desde aquela época, abarcava estas duas possibilidades. Fugir para sonhar e inserir-se para modificar. Essa inserção para mim pedia a escrita.

E se inconscientemente desde pequena, nas redações escolares eu inventava outro mundo, pois dentro dos meus limites de compreensão, eu já havia entendido a precariedade da vida que nos era oferecida, aos poucos fui ganhando uma consciência. Consciência que compromete a minha escrita como um lugar de auto-afirmação de minhas particularidades, de minhas especificidades como sujeito-mulher-negra. (EVARISTO, 2005, s/p).

“Inserir-se para modificar”. O leitmotiv de Conceição Evaristo é a modificação da sociedade. Em primeiro lugar ela traz a consciência negra, consciência essa que é necessária e urgente para negros e brancos brasileiros. Consciência da precariedade em que vive a maioria da população negra. Consciência de que essa precariedade foi construída, pois, ao término da escravidão, o país jogou os negros na sarjeta. Sem trabalho e moradia. Ao mesmo tempo, ofereceu o trabalho e a terra para os imigrantes europeus. A população negra foi morar nas periferias dos centros urbanos e nas favelas.

Em suas entrevistas, a autora reitera que a escrita é o lugar de autoafirmação de suas particularidades. O “lugar de fala” que a filósofa Djamilia Ribeiro (2017) luta tanto para defender. Que lugar é esse? É o lugar do “sujeito-mulher-negra”. É desse lugar que começa o comprometimento da escrita. O comprometimento de mudar essa sociedade desigual. A conclusão do depoimento de Evaristo termina com uma provocação:

O que levaria determinadas mulheres, nascidas e criadas em ambientes não letrados, e quando muito, semi-alfabetizados, a romperem com a passividade da leitura e buscarem o movimento da escrita?

Tento responder. Talvez, estas mulheres (como eu) tenham percebido que se o ato de ler oferece a apreensão do mundo, o de escrever ultrapassa os limites de uma percepção da vida. Escrever pressupõe um dinamismo próprio do sujeito da escrita, proporcionando-lhe a sua auto-inscrição no interior do mundo. E, em se tratando de um ato empreendido por mulheres negras, que historicamente transitam por espaços culturais diferenciados dos lugares ocupados pela cultura das elites, escrever adquire um sentido de insubordinação. Insubordinação que pode se evidenciar, muitas vezes, desde uma escrita que fere “as normas cultas” da língua, caso exemplar o de Carolina Maria de Jesus, como também pela escolha da matéria narrada. (EVARISTO, 2005, s/p).

A gênese das escritoras negras como Carolina de Jesus e Conceição Evaristo é aquela lição que o educador Paulo Freire (1991) sempre ensinou como objetivo da Educação: “Aprender a ler o mundo”! Conceição, antes de pegar a pena, aprendeu a ler o mundo em sua volta: a classe social à qual pertencia, os métodos de sobrevivência de sua família e os dos vizinhos, a maioria formada por mulheres “cabeça da família”.

Contudo, para ela, ler, somente, não bastava. Precisava escrever. Ultrapassar os limites de uma percepção de vida. Ela queria se autoinscrever no interior do mundo. Queria pertencer, se incluir. Mas não apenas ocupar um lugar, Conceição quer contrariar as regras num sentido de insubordinação, pela escolha da matéria narrada: “A nossa escrevivência não pode ser lida

como histórias para “ninar os da casa grande” e sim para incomodá-los em seus sonhos injustos” (2005).

Essa frase traduz o projeto estético ideológico de Evaristo: a mudança de lugar da mulher negra: deixar o lugar de mucama do senhor de engenho, que entre tanto trabalho escravo, tinha que abandonar seus próprios filhos para “ninar os da casa-grande”. Hoje, a mulher negra quer contar as histórias de horror que foram infligidas às suas ancestrais e denunciar o racismo que ainda as persegue, para que “os da casa-grande” não durmam tranquilos, porque muita injustiça foi cometida por seus ancestrais, colonizadores e escravizadores.

4.1 CONCEIÇÃO EVARISTO POR ELA MESMA

“Conceição Evaristo por Conceição Evaristo” é um depoimento concedido durante o I Colóquio de Escritoras Mineiras, realizado em maio de 2009, na Faculdade de Letras da UFMG. Evaristo inicia falando de seu nascimento e do registro da certidão que trazia a cor: “parda”, algo que a intrigou durante muito tempo, embora sempre soubesse que era negra.

Ela não conheceu o pai biológico, e sua mãe a criou sozinha com mais quatro filhas, no que chama de “lembrança mais doce da infância”. Depois, a mãe casou e teve mais cinco filhos homens. Conceição foi morar com uma tia para ser uma boca a menos para alimentar. A tia era lavadeira como a mãe e o tio, pedreiro como o pai, e assim, ela teve mais condições do que as irmãs para poder estudar. Mas, cresceu aprendendo a “cuidar do corpo dos outros”: “cozinhar, arrumar, passar, cuidar de crianças”. (EVARISTO, 2009, s/p).

Aos oito anos começou a trabalhar como doméstica fazendo todas essas atividades e também assistia os deveres dos seus irmãos e dos filhos das patroas, o que lhe rendeu seus “trocadinhos”: “Troquei também horas de tarefas domésticas nas casas de professores, por aulas particulares, por maior atenção na escola e principalmente pela possibilidade de ganhar livros, sempre didáticos, para mim, para minhas irmãs e irmãos.” (2009). A autora faz um relato emocionante contando a semelhança entre ela e a vivência do lixão de Carolina de Jesus:

Conseguir algum dinheiro com os restos dos ricos, lixos depositados nos latões sobre os muros ou nas calçadas, foi um modo de sobrevivência também experimentado por nós. E no final da década de 60, quando o diário de Maria Carolina de Jesus, lançado em 58, rapidamente ressurgiu, causando comoção aos leitores das classes abastadas brasileiras, nós nos sentíamos como personagens dos relatos da autora. Como Carolina Maria de Jesus, nas ruas da cidade de São Paulo, nós conhecíamos nas de Belo Horizonte, não só o cheiro e o sabor do lixo, mas ainda, o prazer do rendimento que as sobras dos ricos podiam nos ofertar. Carentes de coisas básicas para o dia a dia, os excedentes de uns, quase sempre construídos sobre a miséria de outros, voltavam humilhantemente para as nossas mãos. Restos.

Minha mãe leu e se identificou tanto com o Quarto de Despejo, de Carolina, que igualmente escreveu um diário, anos mais tarde. Guardo comigo esses escritos e tenho como provar em alguma pesquisa futura que a favelada do Canindé criou uma tradição literária. Outra favelada de Belo Horizonte seguiu o caminho de uma escrita inaugurada por Carolina e escreveu também sob a forma de diário, a miséria do cotidiano enfrentada por ela. (EVARISTO, 2009, s/p).

Essa “tradição literária” que Carolina de Jesus inaugurou é o que Conceição Evaristo chama de *Escrevivência*. Não é necessário, para pertencer a essa tradição, passar fome ou catar lixo, mas sim, ler e reconhecer na narração dessa vivência, o registro dessa luta, que confere ao texto uma marca biográfica e também universal, pois convoca para a leitura todos os que já experimentaram a falta ou a ausência de algo e o desejo de suprir necessidades. A sobrevivência é um tema universal. Quem sobreviveu pode contar o que aconteceu depois da tragédia, do desastre, do acidente.

A mãe de Evaristo fez questão de que os filhos estudassem nas melhores escolas públicas, mesmo que fossem distantes de casa e que tivessem em sua clientela a alta classe da cidade. Ali, a menina aprendeu o que era o “apartaid” escolar, onde a condição de ser negra e pobre a colocou nos porões do prédio, nas piores salas de aula. Porém, por ser uma ótima aluna, depois foi transferida para as melhores turmas do andar superior, onde ganhou prêmios e medalhas pela sua dedicação aos estudos e às artes. A mãe, questionadora e vigilante, também marcava presença nas reuniões dos pais:

Ao terminar o primário, em 1958, ganhei o meu primeiro prêmio de literatura, vencendo um concurso de redação que tinha o seguinte título: “Por que me orgulho de ser brasileira”. Quanto à beleza da redação, reinou o consenso dos professores, quanto ao prêmio, houve discordâncias. Minha passagem pela escola não tinha sido de uma aluna bem-comportada. Esperavam certa passividade de uma menina negra e pobre, assim como da sua família. E não éramos. Tínhamos uma consciência, mesmo que difusa, de nossa condição de pessoas negras, pobres e faveladas. (EVARISTO, 2009, s/p).

Evaristo menciona a convivência com um tio que serviu ao exército e lutou na Itália na Segunda Guerra Mundial; ao retornar ao país, ganhou um cargo de servente na Secretaria de Educação, onde pode desenvolver os seus dons de poeta, desenhista e artista plástico. Ela diz: “E, mais do que isto, foi sempre um consciente questionador da situação do negro brasileiro. Repito sempre que a ele devo as minhas primeiras lições de negritude” (2009). Aos 17 anos, Conceição participou da Juventude Operária Católica, onde viveu intensamente discussões relativas à realidade social brasileira. A JOC, como outros grupos católicos, promovia reflexões que visavam comprometer a Igreja com a realidade brasileira. Contudo, as discussões étnicas só entrariam em sua vida no Rio de Janeiro:

Em 73, com ajuda de amigos, imigrei para o Rio de Janeiro, antigo Estado da Guanabara, depois de ter feito concurso naquele mesmo ano, para professora primária. Eu havia terminado o Curso Normal no Instituto de Educação de Minas Gerais, em 71. Tinha sido um período particularmente difícil para minha família e outras que estavam sofrendo com um plano de desfavelamento, que nos enviava para a periferia da cidade. Ao distanciarmos do centro de Belo Horizonte, não tínhamos nada, a não ser uma pobreza maior. Então, com um diploma de professora nas mãos e sem qualquer possibilidade de dar aulas em Belo Horizonte, parti de “mala e cuia” para o Rio de Janeiro. Entrar para a carreira de magistério, naquela época, dependia de ser indicado por alguém e as nossas relações com as famílias importantes de Belo Horizonte estavam marcadas pela nossa condição de subalternidade. Aliás, nesse sentido, gosto de dizer que a minha relação com a literatura começa nos fundos das cozinhas alheias. Minha mãe, tias e primas trabalharam em casas de grandes escritores mineiros ou nas casas de seus familiares. Digo mesmo que o destino da literatura me persegue... (EVARISTO, 2009, s/p).

A autora sempre enfatiza que as palavras chegaram na sua vida, primeiro, através da oralidade, através do hábito familiar de contar histórias, um traço da cultura africana que tem nos mais velhos o dom da oratória e nos mais novos o dever da escuta. E, como tudo na cultura africana é circular, um dia, as crianças crescem e passam a contar histórias também:

Gosto, entretanto, de enfatizar, não nasci rodeada de livros, do tempo/espço aprendi desde criança a colher palavras. A nossa casa vazia de bens materiais era habitada por palavras. Mamãe contava, minha tia contava, meu tio velhinho contava, os vizinhos e amigos contavam. Tudo era narrado, tudo era motivo de prosa-poesia, afirmo sempre. Entretanto, ainda asseguro que o mundo da leitura, o da palavra escrita, também me foi apresentado no interior de minha família que, embora constituída por pessoas em sua maioria apenas semi-alfabetizadas, todas eram seduzidas pela leitura e pela escrita. Tínhamos sempre em casa livros velhos, revistas, jornais. Lembro-me de nossos serões de leitura. Minha mãe ou minha tia a folhear conosco o material impresso e a traduzir as mensagens. E eu, na medida em que crescia e ganhava a competência da leitura, invertia os papéis, passei a ler para todos. Ali pelos meus onze anos, ganhei uma biblioteca inteira, a pública, quando uma das minhas tias se tornou servente daquela casa-tesouro, na Praça da Liberdade. Fiz dali a minha morada, o lugar onde eu buscava respostas para tudo. Escrevíamos também, bilhetes, anotações familiares, orações... (EVARISTO, 2009, s/p).

“Prosa-poesia” é mais um dos vocábulos compostos que vamos encontrar no texto de Evaristo, e não é à toa que ela é prosadora e poeta. Gosta de narrar e gosta de inventar palavras como: “grafia-desenho”, “página-chão”, “casa-tesouro”, “sujeito-mulher-negra”, etc. Pensando sempre nas suas vivências, ela traz a importância que o ato de ler representava para a sua família, pois “eram seduzidas pela leitura e pela escrita”. Isso só comprova que a falta de oportunidade e acesso aos estudos é o verdadeiro obstáculo para a população negra e pobre do Brasil.

Essa falta, essa pobreza, também estão presentes na literatura de Conceição. O mundo infantil, o olhar da criança que guardou em suas memórias as belezas do mundo simples, belo e afetuoso em que cresceu junto dos seus:

Na escola eu adorava redações do tipo:” Onde passei as minhas férias”, ou ainda, “Um passeio à fazenda do meu tio”, como também, “A festa de meu aniversário”. A limitação do espaço físico e a pobreza econômica em que vivíamos eram resolvidas por meio de uma ficção inocente, único meio possível que me era apresentado para viver os meus sonhos. Se naquela época eu não tinha nenhuma possibilidade concreta de romper com o círculo de imposições que a vida nos oferecia, nada, porém freava os meus desejos. Eu menina, dona de uma tenaz esperança e de uma sabedoria precoce, reconhecia que a vida não poderia ser somente aquele pouco que nos era oferecido. Se muito de minha infância pobre, muito pobre, me doía, havia felicidades também incontáveis. As margaridas, as dalias e outras flores de nosso pequeno jardim. As frutas nos pês a matar a nossa fome. Os bolinhos de comida que mãe amassava com as mãos e enfiava em nossas bocas. As bonecas de capim ou bruxas de panos que nasciam com nome e história de suas mãos. O céu, as nuvens, as estrelas, sinais do infinito que minha e mãe e tia nos ensinaram a olhar e a sentir. E desse assuntar a vida, que foi ensinado por elas, ficou essa minha mania de buscar a alma, o íntimo das coisas. De recolher os restos, os pedaços, os vestígios, pois creio que a escrita, pelo menos para mim, é o pretensioso desejo de recuperar o vivido. A escrita pode eternizar o efêmero... (EVARISTO, 2009, s/p).

A escrita de Conceição é comovente. Com simples descrições ela consegue alcançar o íntimo de nossas almas. Podemos perceber o lirismo na sua prosa, que Eduardo de Assis Duarte (2010) chama de “brutalismo poético”. Em seus dois romances podemos perceber recortes e flashes que conversam entre si, assim como nos poemas e nos contos:

Com uma narrativa não-linear marcada por seguidos cortes temporais, em que passado e presente se imbricam, Ponciá Vicêncio teve boa acolhida de crítica e de público. (...) Em 2006, Conceição Evaristo traz à luz seu segundo romance, Becos da memória, em que trata, com o mesmo realismo poético presente no livro anterior, do drama de uma comunidade favelada em processo de remoção. E, mais uma vez, o protagonismo da ação cabe à figura feminina símbolo de resistência à pobreza e à discriminação. (...)

Já sua poesia, até então restrita a antologias e à série Cadernos Negros, ganha maior visibilidade a partir da publicação, em 2008, do volume Poemas de recordação e outros movimentos, em que mantém sua linha de denúncia da condição social dos afrodescendentes, porém inscrita num tom de sensibilidade e ternura próprios de seu lirismo, que revela um minucioso trabalho com a linguagem poética. (...)

Em 2011, Conceição Evaristo lançou o volume de contos Insubmissas lágrimas de mulheres, em que, mais uma vez, trabalha o universo das relações de gênero num contexto social marcado pelo racismo e pelo sexismo. (...) Em 2013, a escritora publica Olhos D’água, livro finalista do Prêmio Jabuti na categoria “Contos e Crônicas”. Já em 2016, lança mais um volume de ficção, Histórias de leves enganos e parencas. (CRUZ, 2019, s/p).

Encerrando o depoimento, ela confessa que por trabalhar com a memória, às vezes ela confunde as narrativas que atravessam os livros, os personagens e os lugares, pois muitas delas contêm as vivências da autora e outras são frutos da sua ficção, que chama de Escrevivência:

Nesse sentido, o que a minha memória escreveu em mim e sobre mim, mesmo que toda a paisagem externa tenha sofrido uma profunda transformação, as lembranças, mesmo que esfiapadas, sobrevivem. E na tentativa de recompor esse tecido esgarçado ao longo do tempo, escrevo. Escrevo sabendo que estou perseguindo uma sombra, um vestígio talvez. E como a memória é também vítima do esquecimento, invento, invento. Inventei, confundi Ponciá Vicêncio nos becos de minha memória. E dos

becos de minha memória imaginei, criei. Aproveitei a imagem de uma velha Rita que eu havia conhecido um dia. E ainda desses mesmos becos, posso ter tirado de lá Ana e Davenga. Quem sabe Davenga não era primo de Negro Alirio? E por falar em becos da memória, voltei hoje de manhã à Rua Albita. Outra. Dali só reconheci a terra. Sim a terra, o pó, o barranco sobre o qual está edificado o “Mercado Cruzeiro”, no final da rua. Observei que a edificação do prédio conservou na base, parte do barranco sem cimentá-lo. Pude contemplar o solo, base da base da construção. Em um ponto qualquer daquele espaço, literalmente está enterrado o meu umbigo. Sem que ninguém percebesse alisei o chão e catei alguns fragmentos. Tive um desejo louco de tocar as minhas mãos com a boca. Era ali que a minha mãe desenhava o sol para chamá-lo à terra, quando o tempo estava encharcado de chuva e as nossas latas vazias de alimento. Mas abaixo está a escultura de dois homens. Eles estão com os braços abertos, meio suspensos, com os gestos largos, insinuando que estão a caminhar em frente. Pensei: se eles derem uns poucos passos chegarão à torneira pública, em que apanhávamos água e as lavadeiras, como minha mãe e tia, desenvolviam seus trabalhos.

O pequeno monumento que foi erguido, não em memória aos antigos e primeiros da área, se chama “Otimismo”. Não sei por que pensei em nossos mortos, em todas as pessoas que viveram ali. E agradei à vida o momento que estou vivendo agora. Impliquei com nome dado à escultura e fiquei curiosa. Qual seria o motivo daquela estátua? E porque o nome “Otimismo”? Outros nomes e sentidos me vieram à mente. Um deles insiste: resistência, resistência, resistência...

Escrevo. Deponho. Um depoimento em que as imagens se confundem, um eu-agora a puxar um eu-menina pelas ruas de Belo Horizonte. E como a escrita e o viver se con(fundem), sigo eu nessa escrevivência a lembrar de algo que escrevi recentemente: “O olho do sol batia sobre as roupas estendidas no varal e mamãe sorria feliz. Gotículas de água aspergindo a minha vida-menina balançavam ao vento. Pequenas lágrimas dos lençóis. Pedrinhas azuis, pedaços de anil, fiapos de nuvens solitárias caídas do céu eram encontradas ao redor das bacias e tinas das lavagens de roupa. Tudo me causava uma comoção maior. A poesia me visitava e eu nem sabia...” (EVARISTO, 2009, s/p).

Em entrevista para a Revista Conexão Literatura (nº 24/junho 2017), Conceição Evaristo é apresentada na capa como “Escritora e ativista do Movimento Negro – Escrevivências – A escrita que nasce das vivências”. A primeira pergunta feita por Ademir Pascale é sobre a recepção: “Quando escreve a senhora pensa num público-alvo específico?”:

O meu grande desejo é que a minha escrita pudesse chegar até às pessoas que me inspiram. E isto só seria possível, se a ferramenta da leitura pertencesse a todas as classes sociais, se os livros e outros bens culturais estivessem disponíveis para todas as pessoas. Por exemplo, assistir um filme, uma peça teatral, visitar uma exposição pode despertar o desejo para a leitura e vice-versa. Registro que o primeiro espaço de recepção de minha escrita foi dentro do Movimento Social Negro e todas as pessoas, não só negras, e que são atentas e sensíveis para os modos de relações raciais na sociedade brasileira. Há um público ávido por textos que se distanciem o mais possível, da forma estereotipada de composição das personagens negras na literatura brasileira. Foi esse público, por meio de nossos eventos que primeiramente conheceram meus textos, cuja primeira publicação se dá em Cadernos Negros, em 1990. Pensando primeiramente nesse público que busca textos, que trazem identificações afirmativas, positivas, mesmo que atravessadas pela dor, de nossa condição de descendentes de povos africanos, que a minha escrita se dirigiu primeiro. Entretanto esse público leitor foi expandindo, chegando às salas de aula, chegando aos cursos de Letras, de Educação, de História

e outros como pesquisas pra TCC e pós-graduação, aumentando e diversificando significativamente o público leitor. Hoje eu poderia dizer que escrevo para quem quiser me ler, mas com particular atenção para quem sofre por um motivo ou por outro, qualquer forma de exclusão, marcado pelo fato de ser negro, mulher, pobre, ter uma opção sexual diferenciada do que a sociedade espera... Cuido para que essas pessoas, muitas vezes agredidas em suas identidades, percebam personagens tão humanas quanto elas. (EVARISTO, 2017, p. 6-7).

A segunda pergunta da entrevista é sobre o termo *Escrevivência*, que Evaristo define como “memórias ficcionalizadas” que vai compondo no seu processo criativo:

Tenho dito que tudo que escrevo, crítica, ensaio, escrita literária, toda minha criação surge marcada pela minha condição de mulher negra na sociedade brasileira. As escolhas temáticas, o vocabulário, as personagens, os modos de construção das mesmas, o enredo, nada nasce imune ao que sou, às minhas experiências, à minha vivência. Escrevo uma vivência, que pode ser ou não, a real, a vivida por mim, mas que pode se con(fundir) com a minha. Nesse sentido, nada que está narrado em *Becos da Memória* é verdade e nada que está escrito em *Becos* é mentira. São memórias ficcionalizadas. Em Ponciá Vicêncio, trago narrativas sobre a escravidão dos africanos, mulheres e homens, contadas por minha família, e que ouvi na minha infância. O conto “Di Lixão”, fui inspirada ao ouvir um relato de briga de um menino, vendedor de amendoim, em um bar, na Cinelândia, Rio de Janeiro. Digo ainda, quando crio uma personagem, como Biliza ou Ditinha, ambas domésticas, repetindo uma afirmativa da escritora Miriam Alves, sobre o lugar em que nos colocamos para criar essas personagens. Miriam enfatiza o que eu também explicito. Para criar uma personagem que encarna uma doméstica, não precisamos de laboratório ou investigação para a criação da mesma. Enquanto um processo criativo pode se dá pelo olhar de “uma patroa ou patrão”, que na porta do quarto da empregada olha para a personagem lá dentro, para a construção da mesma, o processo criativo que experimento, por injunções de uma história particular e coletiva se torna outro. Trago outra vivência, a minha fala nasce de dentro do quarto da empregada. Posso ser a própria empregada falando, escrevendo, concebendo uma personagem de si própria. Escre (vendo) se. Escrevivendo-se. Escrita e vivência. Vivência como sumo da própria escrita. *Escrevivência*. (EVARISTO, 2017, p. 7-8).

Em 2018, Conceição Evaristo estava trabalhando para concluir o romance *Canção para ninar menino grande*, segundo a reportagem do jornal *Extra Classe* (2018). A autora mencionou que pensa em tirar um ano “sabático” para concluir o romance, que está com a escrita “atrasada”. Também no momento estaria inviabilizada por falta de tempo a conclusão do romance encomendado pela editora Pallas, *Flores de Mulungu*.

Nos últimos anos, o nome da escritora ganhou destaque por conta da homenagem feita pelo espaço cultural do Itaú em 2016, “Ocupação Evaristo”, em que sua obra e trajetória de vida foram expostas, além da relação e da correspondência de cartas com outras escritoras negras contemporâneas de Conceição. Já em 2017 e 2018, foi homenageada em diversas feiras de literatura, incluindo a Feira Internacional Literária de Paraty, a FLIP. Tantos eventos e agendas lotadas de compromissos estão tomando o tempo da escritora, que gostaria de poder se dedicar mais à escrita.

No evento Festipoa Literária 2018, em Porto Alegre, no Salão de Atos da UFRGS, Evaristo pronunciou que tem um desejo que lhe acompanha há anos: receber uma bolsa de estudos de escrita criativa para ser escritora residente em alguma universidade estrangeira e assim poder ter tempo e dinheiro só para a escrita. Ela confessou que tem uma filha especial que depende dela para tudo. E quando precisa viajar, tem de encontrar alguém para ficar com sua filha:

No meio dessa correria, a autora assinou nos últimos dias o contrato para a publicação em árabe do seu livro *Becos da Memória* (Pallas), considerado um dos mais importantes romances memorialistas da literatura contemporânea brasileira e acompanha a tradução do seu livro de poesia *Poemas da Recordação e outros Movimentos* (Malê) que será lançado em 2019 pela Editions des Femmes, mesma editora de Clarice Lispector na França. (BARRETO, 2018, s/p).

Ganhadora do Prêmio Jabuti pelo livro *Olhos d'água* (2016), a autora não tem tempo para se dedicar exclusivamente à escrita. E está sempre questionando a representação da mulher negra na literatura, tanto como personagem como autora. Ela vê com olhar crítico a sua própria ascensão, sucesso e reconhecimento. Em entrevista para o jornal Gaúcha ZH (2018), ela diz que não quer ser uma exceção de visibilidade dentro de uma regra de exclusão que apaga e silencia:

(...) E quando se trata da eleição de um único sujeito para aparecer como o grande rapper, a grande cantora, ou até mesmo no meu caso, um grande nome da literatura, se você não estiver muito consciente, você corre o risco de se deixar tratar como grande excepcionalidade. E quando você é tratado como excepcionalidade, é retirado do coletivo. O sujeito fica com o mérito. E vivemos em uma sociedade competitiva em que o sujeito é estimulado a construir uma carreira pessoal. Aquele que for mais forte, mais esperto, é o que vence. E por isso eu falo de uma faca de dois gumes. É preciso ter muito cuidado porque senão esses criadores da periferia acabam sendo engolidos por um sistema sem nenhum retorno para a coletividade. (MOREIRA, 2018, s/p).

Evaristo sempre menciona em suas entrevistas que não ficou conhecida agora, até porque sempre escreveu e foi lida pelo Movimento Negro. Desde os anos 90, publica contos e poemas nos *Cadernos Negros*, uma antologia produzida por escritores negros que já está na sua 43ª edição e foi finalista do Jabuti em 2020. E é também até o público negro que ela deseja que chegue a sua escrita.

Dentro da academia, professores e pesquisadores foram responsáveis por sua divulgação e circulação, tanto que seus textos já foram leituras obrigatórias em concursos vestibulares. Portanto, Evaristo também apoia e ajuda outras escritoras negras que estão alinhadas com o seu projeto de Escrivência:

No meu caso, literatura, eu tenho tido muito pouco tempo nos últimos meses, mas digo sim sempre que uma pessoa mais jovem me pede um prefácio, uma apresentação. Tenho um projeto de, no ano que vem (2019), ler a escrita de meninas que estão surgindo agora, escrever um livro de ensaios sobre essas autoras, porque hoje a minha voz já tem possibilidade de referendar outras pessoas. É um trabalho pequeno diante dessa estrutura, mas é o que é possível fazer. (MOREIRA, 2018, s/p).

Em 2017, a vereadora e líder comunitária do Rio de Janeiro, Marielle Franco brutalmente assassinada em 2018, ofereceu para a escritora a maior honraria da casa legislativa da cidade, a medalha Pedro Ernesto, por sua contribuição literária às artes e, sobretudo, por sua trajetória. Marielle é uma voz da nova geração de intelectuais negras, assim como Djamila Ribeiro. Em entrevista concedida à Carta Capital em maio de 2017, Conceição Evaristo conversa com Djamila Ribeiro sobre sua trajetória literária:

Como você descobriu que queria ser escritora? Na escola. Na quarta série primária eu ganhei um prêmio de literatura com uma redação cujo tema era “por que eu me orgulho de ser brasileira?”. Eu sempre escrevi, (...) E, entre escrever e publicar, é aí que marca o tempo, a diferença. Eu só publiquei a primeira vez 1990, nos “Cadernos Negros”, organizado pela Quilombhoje [coletivo cultural e editora]. Meu livro ficou guardado por 20 anos e minha publicação individual foi só em 2003.

Como foi pra você esse processo de publicar? Como lidou com isso?

Eu tenho dito, Djamila, que as feministas brancas usam uma máxima quando elas falam que escrever é um ato político. Para nós mulheres negras, escrever e publicar é um ato político. Por causa da minha primeira publicação, Ponciá Vicêncio, fiquei um ano no vermelho para pagar a editora Mazza, em 2003. Eu paguei a primeira e segunda edição e, anos depois, esse livro foi para o vestibular da Universidade Federal de Minas Gerais. A partir daí a editora assumiu sozinha. Becos da Memória, outro livro meu, a editora assumiu sozinha. Com outros livros, eu dividi os custos. Então esse processo de publicação infelizmente ainda hoje é necessário. Eu tenho dito para as mulheres negras que a gente precisa encontrar formas coletivas de publicar. Publicar é um ato político para nós e precisamos jogar isso na cara de quem está aí para confrontar.

Que dicas você daria para as mulheres mais jovens que sonham em ser escritoras? A primeira dica que dou é dizer que a literatura é a arte da palavra. O bom musicista treina por horas, escuta música. Eu acredito inclusive naquele sujeito que é autodidata, que estuda muito também. Eu acredito que a gente precisa ter esse cuidado de que estamos produzindo arte. Você está lidando com a palavra e se a gente quer se colocar como alguém que está produzindo literatura, precisamos ter consciência daquilo que estamos produzindo. Não pode divagar: o primeiro exercício é escrever, depois a gente vê como publica. Mas vamos escrever primeiro e não cair na ilusão de que a literatura vai nos acolher logo. É um exercício de escrita e de militância. (RIBEIRO, 2018, s/p).

4.2 A ORALIDADE PRESENTE NA ESCREVIVÊNCIA

Uma das características marcantes do texto de Conceição Evaristo é a oralidade, ou melhor, a transposição da oralidade para a literatura. Oralidade, um dos valores civilizatórios de África, é o que inscreve o seu texto na tradição diaspórica africana. No artigo “Literatura Negra: uma voz quilombola na literatura brasileira” (2009), Conceição Evaristo propõe uma

leitura em torno da Literatura Negra refletindo “sobre a transposição e a continuidade das culturas africanas em solo brasileiro” (2009, p. 1):

A mística do Quilombo na Literatura Negra Brasileira

A palavra poética é um modo de narração do mundo. Não só de narração, mas talvez, antes de tudo, de revelação do utópico desejo de construir um outro mundo. Pela poesia, inscreve-se, então, o que o mundo poderia ser. E, ao almejar um mundo outro, a poesia revela o seu descontentamento com uma ordem previamente estabelecida.

Para determinados povos, principalmente aqueles que foram colonizados, a poesia torna-se um dos lugares de criação, de manutenção e de difusão de memória, de identidade. Torna-se um lugar de transgressão ao apresentar fatos e interpretações novas a uma história que antes só trazia a marca, o selo do colonizador. É também transgressora ao optar por uma estética que destoa daquela apresentada pelo colonizador.

Pela poesia, o colonizado, segundo Homi Bhabha, não só encena o “direito de significar” como também questiona o direito de nomeação que é exercido pelo colonizador sobre o próprio colonizado e seu mundo. (BHABHA, p. 321)

Viver a poesia em tais circunstâncias, de certa forma, é assegurar o direito à fala, pois pela criação poética pode-se ocupar um lugar vazio apresentando uma contrafala ao discurso oficial, ao discurso do poder.

Nas sociedades ágrafas, a poesia conta/canta a tradição, os mitos de fundação, as histórias, os provérbios, a sabedoria. O canto poético planta e rega a memória coletiva.

A poesia oral, presente nas culturas tradicionais africanas, foi incorporada à literatura produzida pelos poetas, contistas e romancistas africanos comprometidos com a luta de libertação do povo. A poesia foi arma, foi estratégia de luta.

No Brasil, podemos encontrar, sobretudo na voz dos descendentes de africanos, uma poética que rememora a Mãe África, denuncia a condição de vida dos afro-brasileiros, e, nas últimas décadas, apresenta-se afirmando um sentimento positivo de etnicidade.

Tendo sido o corpo negro, durante séculos, violado em sua integridade física, interditado em seu espaço individual e social pelo sistema escravocrata do passado e, hoje ainda por políticas segregacionistas existentes em todos, se não em quase todos, os países em que a diáspora africana se acha presente, coube aos descendentes de africanos espalhados pelo mundo, inventar formas de resistência. Vemos, pois a literatura buscar modos de enunciação positivos na descrição desse corpo. A identidade vai ser afirmada em cantos de louvor e orgulho étnicos, chocando-se com o olhar negativo e com a estereotipia lançados ao mundo e às coisas negras.

O corpo negro vai ser alforriado pela palavra poética que procura imprimir e dar outras lembranças às cicatrizes das marcas de chicotes ou às iniciais dos donos-colonos de um corpo escravo. A palavra literária como rubrica-enfeite surge como assunção do corpo negro. E como queloides – simbolizadores tribais – ainda presentes em alguns rostos africanos ou como linhas riscadas nos ombros de muitos afro-brasileiros – indicadores de feitura nos Orixás – o texto negro atualiza signos-lembranças que inscrevem o corpo negro em uma cultura específica. (EVARISTO, 2009, p. 2-3).

Na oralidade africana, os mais velhos são considerados os mais sábios. Esses mestres *griots* são os contadores de histórias de cada povo. Eles também são os que iniciam as pessoas em seus rituais de passagem (nascimento, juventude, casamento, morte), são curadores, médicos das doenças do corpo e da alma. Em épocas de conflitos são os mediadores. Em épocas de fartura e colheitas, eles abençoam os alimentos.

Quando um *griot* vai falar, todos escutam em silêncio. No meio dos círculos sagrados, o *griot* conta, narra, aconselha. A fala não acontece somente com a boca, mas com o corpo todo. A corporeidade é outro valor civilizatório africano. Os livros são os corpos que vão ser lidos por quem está prestando atenção. Diz o ditado africano: “Quando um velho morre é como se uma biblioteca inteira queimasse”.

A voz do poeta não é uma fala única, solitária, mas a ressonância de vozes plurais. Realiza a fusão Eu/Nós, apresentando uma das características da literatura menor, apontada por Deleuze e Guatarri: “*Tudo adquire um valor coletivo*”.

A literatura negra nos traz a revivência dos velhos *griots* africanos, guardiões da memória, que de aldeia em aldeia cantavam e contavam a história, a luta, os heróis, a resistência negra contra o colonizador. Devolve-nos uma poética do solo, do homem africano, transplantada, reelaborada nas terras da diáspora. (EVARISTO, 2009, p.5)

(...) Apesar da comunidade negra brasileira ter perdido quase toda a referência das línguas africanas, com exceção de adeptos do candomblé, a produção literária negro-brasileira se aproxima ora mais, ora menos de uma expressividade oral, herança das culturas africanas no solo brasileiro. Oralidade que garantiu a nossa memória e se presentifica na escrita afro-brasileira.

Luiza Lobo (1987), ao analisar textos de literatura negra brasileira, tem um parecer sobre a oralidade presente nessa produção. “*A diferença entre o escrito e o falado, entre o significado lógico e o sentido pragmático que tem marcado toda cultura ocidental, notadamente o Primeiro Mundo, tem sido conscientemente abandonada pelos escritores de origem africana, até mesmo na tentativa de encontrar um universo simbólico discursivo próprio.*” (EVARISTO, 2009, p. 6).

Em entrevista para a revista “Palavra” (Sesc Literatura em Revista), a escritora assume a intenção da oralidade na sua escrita para jornalista Mariana Filgueiras:

Na Festa Literária Internacional de Paraty (Flip) de 2017, a escritora Conceição Evaristo contou que é exatamente isso (transformar a oralidade em coisa escrita) o que pretende fazer em seus contos e romances. Em dado momento da sua apresentação, tomou o microfone daquele sarau gigante: “Ninguém chora lendo dicionário. Todas as palavras estão no dicionário, mas nem por isso elas te emocionam. É o encadeamento delas que dá sentido à coisa, e para isso elas não precisam estar escritas. Eu quero escrever um texto que se aproxime da linguagem oral. É uma escolha consciente. Por isso uso termos bantos, por exemplo, para confundir o meu texto com um texto oral”. (FILGUEIRAS, 2018, p. 16).

A oralidade é uma das características da Literatura Negra, literatura essa de autoria negra que exalta a negritude de forma positiva, contrária à narrativa da literatura tradicional brasileira,

que ora coloca o negro no cenário da escravidão, ora nos estereótipos racistas da sociedade contemporânea.

As poéticas orais das cosmovisões indígenas e africanas resistiram no Brasil há séculos de cultura e arte eurocêntricas impostas pelo colonizador português. O epistemicídio dos saberes tradicionais, o desaparecimento das línguas indígenas, a proibição das línguas africanas em território brasileiro, a diáspora interna que separou grupos linguísticos e culturais, a perseguição às manifestações religiosas e o catequismo que questionou a presença de almas nesses povos não foram suficientes para apagar a força da palavra.

Aqui falo do pensamento decolonial como expressão de identidades étnicas e de grupos sociais subalternizados, ou de algum modo à margem, que recriam e descentram as poéticas ocidentais. Esses atores da cena literária estão escrevendo a história de luta e resistência dos índios e dos negros que não constam nos livros de história do Brasil nem nas historiografias literárias. Como os documentos dos crimes coloniais foram desaparecidos, escondidos e apagados, a oralidade, a memória e a criação preenchem as lacunas dos protagonismos dos líderes e mártires da nação.

Esses lugares de enunciação insurgentes, que promovem distintas formas e práticas de transmissão, criação e circulação da palavra ressignificam os conceitos literários ocidentais, que não dão conta do que foi produzido na ferida da imposição da Língua Portuguesa. Se fomos colonizados pela língua e pela literatura, vamos nos descolonizar por outra lógica, por outra poesia, por outra literatura, uma literatura decolonial, que brota na fissura, que faz o encontro onde tudo era violência.

4.3 A IMPORTÂNCIA DA MEMÓRIA NA ESCRIVIVÊNCIA

Se a Escrivivência é a transcri(a)ção das vivências para a escrita, as memórias, nessa transição, são resgatadas ou inventadas? A memória individual e a coletiva se encontram ou se desencontram? A memória é matéria prima da História ou é um conceito da Sociologia? Memória é Literatura ou Antropologia? Conceição Evaristo responde algumas dessas perguntas no artigo “Escrivivências da Afro-Brasilidade: História ou Memória?”:

Navegar nas águas da História é navegar nas águas da certeza (pelo menos é o que dizem os historiadores tradicionais). Navegar nas águas da memória é enfrentar as correntezas do mistério, do não provável, do impreciso. Entretanto, História e memória se confundem como elementos constitutivos de vários textos da literatura afro-brasileira. Como fenômenos distintos se entrecruzam, se confrontam, se complementam, ou mesmo, substituem um ao outro. Vários são os textos em que a memória, recriando um passado ocupa um

espaço vazio, deixado pela ausência de informações históricas mais precisas. E esse passado recriado passa ser constantemente amalgamado ao tempo e à história presentes. Nesse sentido o passado surge como esforço de uma memória que está a construí-lo no presente. Tanto o passado remoto, como o passado recente, assim como o cotidiano, a matéria do hoje e do agora, tudo tentará preencher as ausências premeditadas e apagar as falas distorcidas de uma narrativa oficial, que poucas vezes se apresenta sob a ótica dos dominados.

Ecléa Bosi (1983, p.17) em seu estudo sobre a memória dos velhos afirma que na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas é refazer, reconstruir, repensar com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho, nesse sentido a pesquisadora reforça os argumentos de Bérson. De Ecléa busco ainda outra reflexão, quando a pesquisadora, abordando algumas considerações de Frederic Charles Bartlett, sobre construção social da memória, diz:

“Quando um grupo trabalha intensamente em conjunto, há uma tendência de criar esquemas coerentes de narração e de interpretações dos fatos, verdadeiros ‘universos de discursos’, ‘universos de significados’ que dão ao material uma forma histórica própria, uma versão consagrada dos acontecimentos. O ponto de vista do grupo constrói e procura fixar a sua imagem para a história.”

Considerando as afirmações de Ecléa Bosi na leitura de várias criações literárias afrobrasileiras, se percebe um conjunto extenso de textos, em que o sujeito autoral se inscreve em uma postura coletiva, marcada pelo desejo, pela intenção de criar ‘universos de discursos’, ‘universos de significados’, inventados segundo a visão própria de um grupo. São textos discordantes do sentido da história oficial, e mais do que isto, são erigidos como contradiscursos literários à estereotipia que pesa sobre as personagens negras e sobre as formas culturais africanas e afro-brasileiras no interior de grandes obras da Literatura Brasileira. Se a fala do colonizador de ontem perpetua em expressões como descobrimento, conquista, selvagens, revelando uma história concebida por um olhar etnocêntrico e eurocêntrico, há um discurso poético, que imagina outra história, outro destino para os africanos que foram trazidos e escravizados nas Américas. Afirma-se a poética de uma memória recriada, reinventada e que busca refazer o caminho de volta à África, reencontrar os primeiros africanos chegados ao Brasil, construir heróis segundo outro entendimento da história e resgatar da tradição negroafricana um repertório de signos próprios para a sua poética. (EVARISTO, 2008, p. 1-2).

Se alterarmos a memória do passado, alteramos também o presente e as nossas perspectivas do futuro. Se construirmos um conhecimento divergente da História oficial, através do resgate dessa memória coletiva afro-brasileira, encontraremos uma memória positiva e afirmativa do povo negro, onde a resistência sempre esteve presente. Desde o primeiro africano que foi sequestrado em África, passando pelos escravos fujões, até o último quilombola de Palmares, teremos que alterar a História oficial.

Nós, educadores comprometidos com a equidade social, não queremos mudar a História. Queremos ensinar o contradiscurso dos oprimidos juntamente com o discurso oficial dos opressores. A palavra “descobrimento” tem de ser ensinada com a palavra “desencontro”, ou com a palavra invasão. Se Portugal descobriu o Brasil, o Brasil encontrou em seu território, que já era ocupado, um invasor. Se os portugueses “conquistaram” os indígenas, os indígenas afirmam em suas narrativas orais e escritas que foram “violentados, estuprados, escravizados e

catequisados”. Que “conquista” é essa, “cara pálida”? Se para a Europa os continentes americanos, africanos e asiáticos foram classificados de tribos “selvagens”, o que pensam os índios, africanos e chineses sobre a violência do europeu? Selvageria ou Civilização? Atraso ou Modernidade?

Qual Literatura é considerada de “qualidade?” Qual Literatura se aproxima mais da “realidade?” Qual Literatura nos move e nos comove para um encontro com o “outro”? Se Literatura é ficção, podemos criar as vozes que não foram ouvidas, nem retratadas, nem escritas nas páginas dos livros da Literatura Brasileira? Pois essa criação já existe, e é chamada de Literatura Negra, Indígena, LGBT, periférica, popular. Será que ela tem espaço nos currículos, nas bibliotecas, nos livros didáticos, nas leituras obrigatórias dos vestibulares? Estamos assistindo lentamente uma mudança.

A importância da memória nas escrituras é ocupar esses vazios, essas lacunas históricas. Se a História oficial sempre foi escrita por homens, onde está a História escrita do ponto de vista das mulheres? Se a História oficial foi escrita pelo dominador, com quais tintas ele vai pintar o dominado? A própria ausência do dominado nas narrativas é premeditada. A voz é silenciada. O dominado não tem importância, não existe. E, se estiver presente na narrativa, vai ser distorcido, estereotipado, subalternizado.

Na memória negra, através da Literatura Negra, o sujeito da história não está mais submetido a uma descrição distante, exótica e negativa. O próprio sujeito negro se descreve e descreve os seus iguais, devolvendo-lhes sua humanidade, suas qualidades e defeitos, retratando o indivíduo como ser humano. A própria concepção da palavra “universal” dentro da literatura foi capturada como uma concepção ocidental, europeia, branca, cristã e heteronormativa.

Na criação dos signos, a mulher negra na obra de Conceição Evaristo é humana, sem os estereótipos-prisões de “mãe negra”, “mulata assanhada”, “mulher fria e vingativa”, todos usados à exaustão na história da Literatura Brasileira. Em sua obra a mulher negra ama, sonha, sofre, resiste, persiste, insiste e existe. A identidade nacional tem de abarcar essa raiz matricial.

A memória dos povos afro-descendentes nas Américas situa o sujeito na África e na diáspora, recompondo espaços e tempos múltiplos e diversos, devolvendo ao afrodescendente a sua origem pelo reconhecimento de seu passado. A palavra poética ao reconstruir a história busca pela Mãe África e pelos filhos que foram divididos. Referência à África como lugar de origem ancestral, como também afirma prazerosamente as relações intra-diáspora. As manifestações culturais dos outros países, em que os descendentes dos povos africanos se fazem presentes na constituição da nação, são diariamente incorporadas pelo afro-brasileiro, principalmente no campo da música e da dança. O blue, o black soul, o funk, o rap pertencentes ao mundo negro americano já são coisas nossas. O reggae e a filosofia Rastafári do negro jamaicano já estão no lazer e na conduta de muitos jovens negros brasileiros. O Movimento Black

Power americano, com a sua postura político-ideológica e estética de valorização e de construção da auto-estima do negro, com sua famosa frase, repleta de elogio étnico, *Black is beautiful*, teve grande influência no Movimento Negro brasileiro. (EVARISTO, 2008, p. 5).

Ao lado da ancestralidade, as práticas orais, intrafamiliares e intercomunitárias, consistem em fatores de organização social e criação de arquivos para registro do passado.

A memória oral na África cumpre um papel importante nas relações sociais e se apresentou e se apresenta ainda hoje, ao lado de uma história já escrita, como um meio natural de conservação e propagação de uma história africana. Essa prática social, responsável por soldar gerações diversas dentro e fora da África, acompanhará o homem africano na diáspora, onde o gesto de contador de histórias será repetido no novo território. Considerar a memória e a oralidade como fontes incapazes ou extremamente frágeis para o registro da história é ignorar o fato de que as sociedades sem escrita são capazes de organizar sistemas e modos de vida com estruturas muitas vezes bastante complexas, e que a construção e a transmissão desse saber são sustentados por esses dois fenômenos. (EVARISTO, 2008, p. 7).

Todos sabem da importância da memória para a sociedade. Entretanto, no Brasil, já virou ditado popular que “o povo brasileiro não tem memória”! Basta ver o descaso das instituições com os patrimônios materiais do nosso país. A consequência da falta de memória é a repetição dos erros do passado. Nesse “desmemoriamiento”, muitos se esqueceram dos anos de chumbo da ditadura e dos horrores da escravidão. Atualmente, outros muitos relativizam essas dores e até desejam a volta desses regimes:

Existem intenções para criar e abrigar uma memória, assim como existem para criar um esquecimento. Tentar apagar a memória coletiva de um povo é querer impossibilitá-lo de apoderar-se de sua história, é desejar torná-lo vazio, torná-lo realmente sem história. A luta de um povo para conservar, para retomar a sua memória confunde-se com a luta pela sua emancipação, pela sua auto-determinação. A insistência do poder, seja ele no estado moderno ou no estado tradicional em manipular a memória do povo, indica que “a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objetivo do poder”. A manipulação da memória pelo poder se revela pela manipulação da historiografia. A memória e a história que estão registradas são o registro do poder. Entretanto há momentos em que o poder permite frinchas por onde interpenetram a memória e a história que ele mesmo quer ver sufocadas. (EVARISTO, 2008, p. 8).

Por outro lado, surgem novos mecanismos de produção dessas memórias e histórias silenciadas, tanto na letra como na voz, atendendo a diferentes propósitos, afinal, como explica a autora, não são construções inocentes:

(...) História e memória criam e abrigam uma força mágica do passado. E essa magia se torna mais sedutora, quando se conta os mitos de fundação, o passado ancestral de um povo. E então a história que está alojada na memória coletiva e que tem profunda relação com o mito, ganha significado através dele. Nadel vê nas sociedades tradicionais, sem escrita, dois tipos de história: a “ideológica” e a “objetiva”. A primeira, que é a memória coletiva, tende a confundir história e mito e os fatos se ordenam e se realizam de acordo com a tradição da comunidade. A segunda narra os fatos objetivos, dentro de uma ordem observável de relações e de sucessão,

compreensíveis para historiadores e investigadores. E os “homens-memórias”, que são ao mesmo tempo depositários tanto da história “ideológica”, como da “objetiva”, apontadas por Nadel, através da oralidade, continuam propagando as duas.

(...) Reviver o passado, extrair da memória os fatos tais como eles aconteceram é tarefa impossível para a mente humana. A história e a memória, ao apresentarem a descrição de um evento passado, por mais que se aproximem da fidelidade descritiva do que aconteceu, estarão sob o domínio de um olhar que, condicionado pelo momento presente, mudará profunda ou levemente a incidência do foco. Se a história e a memória são reconstruções do passado, vai ser reconstruído o que se deseja que se erga novamente, e estará fadado à morte o que não se deseja reconstruir. História e memória não são construções inocentes. Ambas podem determinar e cumprir objetivos. (EVARISTO, 2008, p. 8-9).

No site “Templo Cultural Delfos”, temos algumas outras falas sobre o ato da escrita: “Conceição Evaristo – vivências e memórias poéticas” (2015):

Gosto de escrever, na maioria das vezes dói, mas depois do texto escrito é possível apaziguar um pouco a dor, eu digo um pouco... Escrever pode ser uma espécie de vingança, às vezes fico pensando sobre isso. Não sei se vingança, talvez desafio, um modo de ferir o silêncio imposto, ou ainda, executar um gesto de teimosia esperança. Gosto de dizer ainda que a escrita é para mim o movimento de dança-canto que o meu corpo não executou, é a senha pela qual eu acesso o mundo. (FENSKE, 2015, s/p).

O silêncio imposto pelo colonizador ao escravizado tinha forma e conteúdo na época da escravidão: a máscara de flandres. Com esse instrumento de tortura prevenia-se o ato dos escravizados de comer os frutos que colhiam das plantações. Também era uma maneira de manter o silêncio do sujeito, pois o que pudesse ser dito seria um incômodo para os que objetificavam seres humanos... Conceição Evaristo é citada por Djamilia Ribeiro na obra *O que é lugar de fala?* (2017) quando analisa a imagem da escrava Anastácia, que é representada com uma máscara de flandres. Segundo Evaristo:

(...) aquela imagem da escrava Anastácia, eu tenho dito muito que a gente sabe falar pelos orifícios da máscara e às vezes a gente fala com tanta potência que a máscara é estilhaçada. E eu acho que o estilhaçamento é um símbolo nosso, porque nossa fala força a máscara. (RIBEIRO, 2017, p. 76).

Outro objeto que era proibido de ser usado pelos escravizados era a “pena”, caneta ou lápis. Eram proibidas atividades como ler, escrever, desenhar e pintar. No artigo de Conceição Evaristo, “Da representação à auto apresentação da Mulher Negra na Literatura Brasileira” (2005), encontramos a transgressão que é cometida quando uma mulher negra escreve:

Assenhoreando-se “da pena”, objeto representativo do poder falo-cêntrico branco, as escritoras negras buscam inscrever no corpus literário brasileiro imagens de uma auto-representação. Criam, então, uma literatura em que o corpo-mulher-negra deixa de ser o corpo do “outro” como objeto a ser descrito, para se impor como sujeito-mulher-negra que se descreve, a partir de uma subjetividade própria experimentada como mulher negra na sociedade brasileira. Pode-se dizer que o fazer literário das mulheres negras, para além de um sentido estético, busca semantizar um outro movimento, ou melhor, se inscreve no movimento a que abriga todas as nossas lutas. Toma-se o lugar

da escrita, como direito, assim como se toma o lugar da vida. (EVARISTO, 2005, p. 54).

5 INSUBMISSAS LÁGRIMAS DE MULHERES

Começo a análise pelo título do livro de contos “*Insubmissas lágrimas de mulheres*” (2016): a partir daí o leitor já se prepara para entrar no universo das mulheres, com suas lágrimas que não se deixam conter. Porém, a ambivalência do adjetivo “insubmissas” também se refere às donas das lágrimas que não aceitam submissão ao que for ou a quem quer que seja. O livro foi um projeto literário de Conceição Evaristo que tinha como objetivo procurar mulheres negras em Minas Gerais que tivessem histórias para contar. Evaristo fez uma peregrinação pelas cidades para recolher as histórias e depois tramar com a ficção no fazer literário dos contos. Ou seja, esse livro é uma criação literária baseada na escuta não somente da experiência falada pelas protagonistas, mas, também, da experiência individual reproduzida na tessitura do texto, a escrevivência da narradora que contamina a história de suas iguais com a dela própria:

Gosto de ouvir, mas não se sou a hábil conselheira. Ouço muito. Da voz outra, faço a minha, as histórias também. E no quase gozo da escuta, seco os olhos. Não os meus, mas de quem conta. E, quando de mim uma lágrima se faz mais rápida do que o gesto de minha mão a correr sobre o meu próprio rosto, deixo o choro viver. E, depois, confesso a quem me conta, que emocionada estou por uma história que nunca ouvi e nunca imaginei para nenhuma personagem encarnar. Portanto estas histórias não são totalmente minhas, mas quase que me pertencem, na medida em que, às vezes se (con)fundem com as minhas. Invento? Sim, invento, sem o menor pudor. Então as histórias não são inventadas? Mesmo as reais, quando são contadas. Desafio alguém a relatar fielmente algo que aconteceu. Entre o acontecimento e a narração do fato, alguma coisa se perde e por isso se acrescenta. O real vivido fica comprometido. E quando se escreve, o comprometimento (ou o não comprometimento) entre o vivido e o escrito aprofunda mais o fosso. Entretanto, afirmo que, ao registrar estas histórias, continuo no premeditado ato de traçar uma escrevivência. (EVARISTO, 2016, p. 7).

O livro inicia com o conto *Aramides Florença*. A narradora começa contando a primeira impressão que teve ao chegar à casa da sua “igual” Aramides e encontrá-la sentada na cadeira de balanço com o seu filho Emildes no colo: a criança parecia feliz com a partida do pai. Assim, num discurso indireto, o leitor fica a par da vida de Aramides com o pai do seu filho, nome que permanecerá desconhecido durante a narrativa.

O casamento era feliz e a decisão de ter um filho era comum aos dois. Porém, com a aproximação do parto, o pai “acidentalmente” machuca o ventre mais de uma vez para finalmente, após o nascimento da filha, rejeitá-la devido ao ciúme, insegurança e possessividade. Ele acaba por violentar a mãe de sua filha, partindo logo em seguida abandonando também a filha que rejeitou. Aramides criou a menina sozinha.

Essa é a tônica das narrativas do livro: entramos nos lares dessas mulheres, porque na maioria dos contos esse lar é o mesmo cenário onde ocorreram as histórias, e dessa forma o leitor se aproxima da narrativa, como se estivesse ali, no momento da escuta da narradora.

Passado-presente é o tempo das narrativas. Então, ela descreve minuciosamente o cenário e as expressões faciais e corporais das protagonistas, todas mulheres negras com suas descrições reais e belezas. Esse recurso estilístico de Evaristo também traz verossimilhança ao texto e funda a escrevivência no território comum da autora: Minas Gerais. Os nomes das cidades são fictícios, mas esse estado brasileiro é um tema recorrente na obra de Evaristo: retornar às origens da sua própria escrevivência e ter sempre um referencial comum e coletivo, um referencial social e familiar: os territórios negros de Minas Gerais.

Existe uma relação entre a mulher e o lar, esse espaço doméstico de nascença, infância, adolescência. Espaço de descobertas, encontros e desencontros. Espaço sagrado. Esse espaço onde a mulher amadurece no amor ou na dor, pois é fato que a violência contra a mulher, na maioria das vezes, ocorre dentro de sua própria casa. O lar, onde se realiza o amor, onde se faz o amor, a família, o cotidiano, o trabalho. De repente, o drama irrompe esse lar e o profana com os seus desfechos trágicos ou com as pequenas vitórias da insubmissão dessas mulheres, a reação contra as violências.

O lar também é a representação do corpo-mulher. Por isso, olhamos através dos olhos cheios d'água da narradora, a mulher e seu corpo, seu cabelo, seus traços. Corpos jovens, velhos, corpos infantis de meninas que perdem suas inocências. Corpo-mulher que menstrua, goza, engravida, pare. Corpo-mulher que sonha, pensa, imagina, idealiza, lembra, relembra, conta. Corpo-mulher que aborta, mata em legítima defesa. Corpo-mulher que apanha, das mãos de quem deveria acarinhar. Entramos nesse corpo como um território sagrado que permitiu sua leitura no momento em que aceitaram contar suas histórias de vida. É permitido ao leitor entrar nessa intimidade com a licença literária. Então, também lemos o corpo, lugar onde aconteceram as vivências. Corpo-conto.

O segundo conto chama-se *Natalina Soledad*, outra história de rejeição paterna, dessa vez, não só do pai, mas também da mãe. A protagonista, segundo a narradora: “a mulher que havia criado seu próprio nome” (2016, p.19) tem em comum com outra personagem de Conceição Evaristo, *Ponciá Vicêncio* (2003), o desejo de ter outro nome. A narradora se entusiasma com a história de Natalina, mas previne ao leitor que elegeu só alguns fatos para narrar. Descobrimos que Natalina foi rejeitada pelos valores da família de seu pai, que se gabava em só gerar filhos homens desde seu avô e agora, depois de seis meninos, nasce ela, “uma coisa menina” (2016, p. 20). O pai desconfia da possível traição da mãe, que também acaba por rejeitar a menina. Natalina é registrada como “Troçoleia”. Ela cresce sozinha, sem afeto nem dos irmãos, vítima do deboche dos colegas. O desprezo pelos pais e pelos irmãos é recíproco e ela só consegue se “autonomear” (2016, p.19) aos 30 anos, depois da morte dos pais. Natalina

faz questão, inclusive, de apagar o sobrenome paterno e registrar Soledad como um novo sobrenome. Nasce uma nova mulher!

A escolha da escritora em não nomear homens e personagens não-negros vem acompanhada da preocupação em nomear e sobrenomear suas protagonistas. Essa questão dos nomes dos personagens é um tema muito caro à Conceição Evaristo. Trago aqui o posicionamento da filósofa da amefricanidade, Lélia Gonzales pelas palavras de Sueli Carneiro:

Tive a honra de ser convidada para ser a intérprete de Lélia Gonzales, No vídeo que a homenageava, repeti uma de suas frases que representava de maneira sintética o desrespeito no tratamento dado às pessoas negras que vai da infantilização, passa por vezes pela animalização ou coisificação sempre resultando na redução da individualidade dos negros ou em sua desumanização, Disse Lélia: negro tem que ter nome e sobrenome, senão os brancos arranjam um apelido ao gosto deles. (CARNEIRO, 2014, p. 54) .

No terceiro conto, *Shirley Paixão*, a violência dentro da família é um tema que retorna. Começamos a observar que este livro, que tem lágrimas no título, está perpassado pela violência contra a mulher. Shirley inicia a estória contando à narradora que não se arrepende de seu ato e que confessou à polícia. Ficamos sabendo que ela era casada com um homem, e de novo o nome do personagem masculino não é mencionado. Ele era viúvo e tinha três meninas, e Shirley quando o conheceu já tinha duas meninas cujo pai havia as abandonado. A nova família, com cinco meninas, que então regulavam da mesma idade, logo se tornou uma irmandade feminina somando-se à mãe. Shirley e o marido também se afeiçoaram cada um por suas enteadas.

Porém, com o comportamento arredo e silencioso de Seni, a filha mais velha do marido, Shirley descobre, com o diagnóstico e apoio da escola, que o pai a abusava desde a morte da mãe. Pego em flagrante por Shirley, o homem não morreu por pouco. Shirley o golpeou com uma barra de ferro e foi presa. Mas enfatiza que, se pudesse, o teria matado e que o amor que nasceu entre essas mulheres perpetuou na superação de Seni dos traumas advindos dos abusos e com o conseqüente presente dos nascimentos das netas da Shirley. Tudo acabou bem.

O quarto conto, *Adelha Santana Limoeiro*, aborda a terceira idade e suas limitações. Mas, antes de iniciar a contação, a narradora fala da sensação de já conhecer Adelha, apesar de nunca ter ido à cidade onde ela morava. Então faz uma comparação entre ela e a Santa Ana, “a santa velha, a mãe de Nossa Senhora, a avó de Jesus” (2016, p. 35). Conforme a narradora, “Adelha Santana Limoeiro pareceria com Santana (era assim que falávamos quando criança), quando a santa fosse negra. (2016, p. 35) A necessidade de aproximar a personagem que é negra com a santa que é branca faz a narradora recorrer ao “sincretismo religioso”, uma prática que os escravizados africanos encontraram no Brasil para seguir cultuando seus Orixás: “pois a avó de Jesus aparece sincretizada com Nanã, mito nagô.” (2016, p. 35). E segue então explicando o

mito antes de iniciar a contação: “já que Nanã também é velha. Adelha Santana Limoeiro é Nanã, aquela que conhece o limo, a lama, o lodo, onde estão mortos” (2016, p.36). A narradora volta no tempo da memória, revivendo e lembrando uma lembrança sua antes de chegar na história de Adelha. Assim, o leitor é transportado para um outro tempo-espço. Entra-se no campo do sagrado.

O livro tem essa quebra de linearidade para trazer a imagem de uma Orixá feminina, uma Yabá. O mito nagô e a vivência da protagonista Adelha se confundem numa sabedoria existente nas mulheres negras mais velhas e vividas. A cultura afro-brasileira das famílias negras tem como valor civilizatório o respeito aos mais velhos. No conto, o homem de Adelha, “o velho”, como diz a narradora, não consegue mais a ereção com a sua parceira e se torna irritadiço com tudo e com todos, insatisfeito com a vida. Adelha decide então incentivar ao “velho que fosse em frente” (2016, p. 40) e inventa que o “problema” era ela. Assim, quando o velho passa mal na casa da jovem amante, ela aceita tudo com tranquilidade e decide ficar com ele na casa da amante até seu último suspiro. Sabiamente, Adelha afirma que a história dela não terminou, mas que deseja: “viver a grandeza da minha velhice e estou conseguindo sem mentiras, sem falsos remédios. Não quero me iludir com a cruel promessa da devolução de um tempo que já passou” (2016, p. 40). Sabedoria das mais velhas.

A quebra da linearidade dos contos também abre espaço para um drama recorrente nas famílias negras brasileiras: o roubo de crianças para trabalharem como domésticas. O quinto conto chama-se “Maria do Rosário Imaculada dos Santos”, e, assim como todos os 13 contos do livro, leva o título da mulher insubmissa retratada. Retomando a discussão sobre os nomes na obra, Maria do Rosário inicia o conto falando da origem do seu nome: “Esse nome de santa mulher foi invenção do catolicismo exagerado da minha família” (2016, p. 43).

Esse preâmbulo do conto faz a narradora lembrar-se da mulher narrada no segundo conto: *Natalina Soledad*, que havia criado um nome para si própria. É sabido que na diáspora africana muitos escravizados tiveram seus nomes originais apagados para receber um nome de batismo católico e o sobrenome do senhor branco. Quando os mesmos não tinham seus próprios corpos gravados em brasa com as iniciais do seu proprietário. E é sobre esses sobrenomes que Maria do Rosário divaga para apresentar a sua grande família que morava em “Flor de Mim”, cidade rural no interior do Brasil, até chegar à história do sequestro dela e de seu irmão menor por “Um jipe e casal estrangeiro (depois, com o tempo, descobri, eram pessoas do sul do Brasil) em nossas paragens” (2016, p. 45).

A história é de uma perversidade imensa e infelizmente, atual no Brasil. Crianças pobres, em sua maioria negras e indígenas, são “arrancadas” das famílias pobres com o pretexto

de ajudar a criar, mas dentro de um projeto colonial de transformar aquela criança em um trabalhador, mais especificamente, numa escrava. “Adotadas” e “como se fossem da família”, essas meninas, lavam, passam, cozinham e cuidam de crianças um pouco menores que ela. Com o passar do tempo, sem salário, nem estudo, ficam aprisionadas nessas novas senzalas ou se tornam domésticas sem salário até o final da vida:

E, quando alcancei a gravidade da situação, por muito tempo pensei que fosse acontecer comigo o que, muitas vezes, escutei os mais velhos contar. As histórias de escravidão de minha gente. Eu ia ser vendida como uma menina escrava ...Eles nunca me bateram, mas me tratavam como se eu não existisse. Jamais perguntaram o meu nome, me chamavam de “menina”. (2016, p. 46-47).

O cenário colonial vem à tona no presente na recriação das relações escravagistas. O sujeito negro, como numa máquina do tempo, é transportado para o tempo da escravidão como afirma Grada Kilomba em sua obra *Memórias da Plantação- episódios de racismo cotidiano* (2019)

Memórias da Plantação examina a atemporalidade do racismo cotidiano. A combinação dessas duas palavras, “plantação” e “memórias”, descreve o racismo cotidiano não apenas como uma realidade traumática, que tem sido negligenciada. É um choque violento que de repente coloca o *sujeito negro* em uma cena colonial na qual, como no cenário de uma *plantação*, ele é aprisionado como a/o “*Outro/a*” subordinado e exótico. De repente, o passado vem a coincidir com o presente, e o presente é vivenciado como se o *sujeito negro* estivesse naquele passado agonizante, como o título do livro anuncia. (KILOMBA, 2019, p. 29-30).

A subjetividade da criança transformada em coisa é indefinida. O sujeito não é constituído pelo seu nome, mas sim pelo o quê lhe nomeiam: “Por isso, tantos remendos em minha fala. A deslembração de vários fatos me dói. Confesso, a minha história é feita mais de inventos do que de verdades”. (2016, p. 48). O que a personagem não guarda na memória é a deslembração, a falta de memória de quem se é, de quem se foi um dia. “Tendo, com o passar dos anos, aprendido a controlar as minhas emoções, fiz, contudo, silêncio” (2016, p. 49) Uma das importâncias da Escrivência é contar o que foi silenciado, é narrar uma história comum a uma certa parcela população. Para que não se esqueça. Para que se lembre, principalmente os que dormem sonos injustos, parafraseando Evaristo.

A história de Maria do Rosário tem um final feliz, depois de muito sofrimento e solidão, pulando de casa em casa como doméstica, mas sempre indo em direção à sua cidade natal, ela decide retomar os estudos e é numa escola, num ciclo de palestras sobre “Crianças desaparecidas”, que ela reencontra sua irmã:

Nunca tinha relatado minha história para ninguém. Inventava sempre uma história sobre minhas origens. Uma espécie de vergonha me consumia. Vergonha e culpa por ter me apartado dos meus. (...) Mais angustiada fui ficando com tudo o que ouvia.

Parecia que estavam contando a minha história, em cada acontecimento da vida de outras pessoas. (...) A história de uma irmã, que ela nem conhecera, pois tinha sido roubada, ainda menina e nunca mais a família soube qualquer notícia. (...) A nossa voz irmanada no sofrimento e no real parentesco falou por nós. Reconhecemo-nos. Eu não era mais a desaparecida. E Flor de Mim estava em mim, apesar de tudo. Sobrevivemos, eu e os meus. Desde sempre. (EVARISTO, 2016, p. 53-54).

O sexto conto, *Isaltina Campos Belo*, traz um drama que vem ganhando espaço na literatura contemporânea: a existência das pessoas trans. Mais uma vez, Conceição Evaristo problematiza as questões de gênero através de sua Escrivência. Na história de Isaltina, a certeza de que nascera no corpo errado, no caso um “menino” num corpo de menina, é o ponto de vista que a narradora vai privilegiar perante uma sociedade cega às diferenças, começando pela própria família da pessoa trans. Isaltina inicia dizendo: “Desde menina (...) eu me sentia diferente.” (2016, p. 56). E segue esclarecendo que tinha nascido numa família boa e considerada pela sociedade por sua dignidade em serem trabalhadores respeitados, resumindo, ela era de uma família sem grandes problemas financeiros:

Tive uma infância feliz, só uma dúvida me perseguia. Eu me sentia menino e me angustiava com o fato de ninguém perceber. Tinham me dado um nome errado, me tratavam de modo errado, me vestiam de maneira errada... Estavam todos enganados. Eu era um menino. (EVARISTO, 2016, p. 57-58).

Mais uma vez, a importância do nome, principalmente para quem tem um nome oposto à sua identidade de gênero. Acompanhamos o crescimento dessa menina e das dúvidas que a afligiam sobre relacionamentos afetivos, ao que ela acabou se retraindo: “... resolvi sair de casa, mudar de cidade, buscar um mundo que me coubesse.” (2016, p. 63). No entanto, infelizmente, ela resolveu revelar sua identidade para o primeiro namorado que conheceu. Ele pareceu não se importar no começo e até sugeriu que “Ele iria me ensinar, me despertar, me fazer mulher. E afirmava, com veemência, que tinha certeza de meu fogo, pois afinal eu era uma mulher negra...” (2016, p. 64).

Esse julgamento, esse preconceito com as mulheres negras têm origem na escravidão, onde as mulheres escravizadas eram “obrigadas” a dormir com o senhor de engenho e outros homens sem consentimento. Essas ideias pré-concebidas sobre a sexualidade da mulher negra destituem a humanidade dessas mesmas mulheres e as reduzem a meros objetos sexuais. Como as violências começam no plano verbal, com episódios de racismo cotidiano (KILOMBA, 2019), conseqüentemente, elas se concretizam na ação. No caso da protagonista Isaltina, ela sofre um estupro corretivo numa armadilha do seu namorado que a dopa com uma bebida e convida mais cinco homens para a barbárie.

A filósofa Lélia Gonzales foi uma das primeiras pensadoras a reconhecer a presença do cenário da escravização mesmo com sua abolição. Na esteira colonial que nos alcança até os dias de hoje, reconhecemos padrões de relações escravagistas baseadas nas violências contra as existências negras:

Lélia apontou, ainda, as formas particulares de violência, abuso e assédio sexual que os estigmas e estereótipos raciais produziam sobre as mulheres negras desde os tempos coloniais. Em uma de suas falas mais cruas sobre esse processo de atribuição de uma sexualidade estigmatizada às mulheres negras, Lélia denunciava a maneira pela qual a iniciação sexual dos homens brancos se dava pela apropriação sexual das escravas negras, submetidas ao poder patriarcal colonial. Tratava-se de um momento histórico, no qual as mulheres brancas se achavam confinadas no espaço doméstico e sua sexualidade estava sob o absoluto controle do poder masculino e só podia ser exercida para fins de reprodução, conforme as rígidas regras da moralidade da época que, “naturalmente”, só se aplicavam às mulheres brancas. Esse comportamento masculino em relação às mulheres negras irá se reproduzir, no período pós-abolição, no impune assédio sexual às empregadas domésticas, sendo perceptível também na forma estereotipada de representar as mulheres negras como mulatas. (CARNEIRO, 2014, p. 30).

Como se a tragédia não pudesse ser maior, Isaltina “descobre” que está com 7 meses de gravidez depois do estupro e resolve voltar pra casa sem contar nada do que ocorreu a ninguém: “Meus pais se rejubilaram felizes, quando voltei em casa com a minha menina. Fizeram algumas perguntas sobre o namorado que eu havia arrumado na cidade. Nada eu disse. Respeitaram o meu silêncio” (2016, p. 65).

A história de Isaltina tem um desfecho positivo, assim como as outras histórias narradas. Positivo, no sentido de que, por mais sofridas que sejam essas vivências, com todos os obstáculos que as impedem de viver plenamente, no final de cada conto a opressão que submetia a protagonista acaba por cessar através da insubmissão aos papéis que lhe são impostos e através de uma certa resiliência que as pessoas negras carregam em seu DNA desde a escravização. Não vamos chamar essas mulheres de guerreiras porque seria uma romantização do sofrimento infligido. Contudo, o que Evaristo faz com suas narrativas é retirar os estereótipos das personagens negras e revelar sua humanidade. Vida real e ficção se fundem e já não se pode identificar o que é real ou inventado. Mas, sim, é um saber literário de grande sofisticação.

No caso de Isaltina, ela encontra na sua “igual”, a professora da sua filha Walquíria, o amor verdadeiro e a plenitude de sua sexualidade: “Tamanha foi nossa felicidade. Miríades, Walquíria e eu. Minha menina, se pai não teve, de mãe, o carinho foi em abundância em dose dupla” (2016, p. 67). Um final feliz!

O sétimo conto é *Mary Benedita* e aqui há uma diferenciação em relação aos outros contos porque, dessa vez, não foi a narradora quem procurou o depoimento, e sim, a própria protagonista foi ao seu encontro no hotel onde estava hospedada para contar sua história de

vida. Mary é uma pintora diferenciada, uma artista que se destaca por pintar com sangue suas telas, no caso, o seu próprio sangue menstrual. Porém, para chegar a esse patamar, ela teve que se rebelar contra a vida pacata que vivia no interior da cidade de Manhãs Azuis. Desde menina, Mary tinha o sonho de conhecer o mundo inteiro, era uma criança “dona da presteza em tudo, da ligeireza da fala e do pensamento” (2016, p. 72). Justamente por isso, para realizar o seu sonho, inventou uma doença: “De um casal de tartarugas que havia em nosso quintal, passei a imitar os passos e a fingir cansaço” (2016, p. 72).

Não foi preciso outras encenações, nem choro; logo surgiram as velas. Rezas de minha mãe e de minha madrinha, junto ao altar da Senhora das Graças, para que a força dos movimentos se apossasse novamente de mim. E nada. Eu continuava mais pedra, mais sólida, mais fixa ainda no meu desejo de ganhar o mundo. Minha família entendeu que seu estava doente. Nada que pudesse ser curado com chazinhos, benzeções, rezas e promessas. O diagnóstico de uma possível e grave doença foi confirmado pelo farmacêutico e pela benzedeira de Manhãs Azuis. Só havia uma solução, me enviar para a capital, lugar de grandes hospitais e muitos médicos. (EVARISTO, 2016, p. 72).

Depois de conseguir essa proeza, a menina Mary, com 10 anos, vai para a capital Horizonte Aberto ficar na casa de uma tia “ovelha desgarrada da família” (2016, p.72) chamada Aurora. Chegando lá, na hora da consulta, Mary vê na tia uma certa cumplicidade e decide contar a encenação para poder sair de casa e ganhar o mundo: “Eu estava bem, muito bem, só queria mais chão e mais céus do que o que eu via em Manhãs Azuis”. Mas, dessa vez tia Aurora intercedeu porque entendia o desejo da menina de conhecer o mundo. Fizeram um combinado de ficar mais uns dias e a tia a levaria de volta até Manhãs Azuis, porém, ninguém parecia querer a presença de Aurora de volta à família. O pai e a mãe de Mary retornaram à capital dispostos a levar Mary de volta, mas os argumentos de Aurora e Mary convenceram a família de aceitar essa mudança de cidade para terminar seus estudos primeiro e nas férias ficar com tia.

O final dessa peregrinação foi recompensado. Mary acompanhava a tia nas aulas de piano, violino e harpa. Acabou por aprender também a música e a tocar piano, assim como uma harpa africana. “Sei tocar também. Frequentei aulas de inglês” (2016, p. 77). Entretanto, a realização de Mary era a pintura, um dom que era nato e que seu talento desenvolveu. Viajou o mundo inteiro fazendo exposições, o que era a realização do seu sonho e hoje fala várias línguas. Ela não pinta somente com sangue menstrual, como também usa o seu corpo como pincel. Ela é uma mulher realizada.

Mirtes Aparecida da Luz é a oitava mulher que terá a sua história contada pela narradora/autora. Também saberemos a impressão causada pelo encontro de Conceição

Evaristo com sua “igual”. O ato de narrar da nossa contadora de histórias está marcado pela reprodução do encontro que se deu entre ela e sua interlocutora. No caso, Mirtes causa um grande desconforto na narradora por ser uma mulher cega.

Esse conto é um dos mais breves do livro, ao mesmo tempo em que tem uma introdução maior da apresentação da protagonista porque ela, depois de se certificar de que a escritora estava “tensa” (2016, p. 81) resolve levá-la para conhecer a casa e dar um passeio nas redondezas. Depois desse conhecimento, faz o pedido de que ela fechasse os olhos para escutá-la. E assim, ficamos sabendo que Mirtes tem uma filha, Gaia Luz, cujo nascimento se deu no mesmo momento do suicídio do pai. O grande questionamento de Mirtes é o mistério dessa atitude, mas algumas pistas do incômodo já haviam sido deixadas pelo seu companheiro, que, assim como a narradora, deixava transparecer o “receio”: “era possível apreender seus gestos trêmulos e seu ar temeroso” (2016, p. 84). O receio do homem em conceber uma filha cega o levou a suicidar-se. No entanto, a menina fruto do casal nasceu com a visão normal, e o que restou, mais uma vez, foi a rejeição e o abandono paterno desse companheiro. Mirtes permaneceu intrigada porque duvida se ele a amara um dia.

Libia Moirã, confessa a narradora, é a protagonista que “foi a mais reticente em me contar algo de sua vida” (2016, p. 87); “Primeiro quis saber o porquê de meu interesse em escrever histórias de mulheres” (2016, p. 87). Contudo, essa história é a mais enigmática do livro, pois Líbia sofre de pesadelos constantes, um sonho repetido e recorrente que não a deixa dormir: “Sempre o mesmo: eu, perdida em algum lugar indefinido, sozinha e vendo alguma coisa grande, muito grande, querendo sair de um buraco muito pequeno” (2016, p. 88).

Acompanhamos a história do sofrimento da vida da mulher, desde a infância até a vida adulta. Ela já não queria mais dormir com medo de sonhar de novo: “O movimento dessa coisa grande rompendo o buraco pequeno era externo a mim, mas me causava uma profunda sensação de dor” (2016, p. 88). Líbia não encontrou apoio na família, muito pelo contrário, virou motivo de chacota com “apelidos e comentários jocosos” das irmãs. Decidiu tentar se matar e tentou diversas vezes sem sucesso. Assim, cresceu, estudou e foi trabalhar, mas o pesadelo a acompanhava sempre, o que a impedia de conviver com colegas e companheiros. Ela seguiu procurando ajuda, desde os conselhos de cura dos mais velhos até terapia: mas, “os sonhos me acometiam sempre, a sensação de dor física também, mas não mais aos chorosos gritos” (2016, p. 92). Ela tentou se matar diversas vezes.

Tudo se resolveu na festa de aniversário do irmão caçula que havia se recuperado de um longo tratamento de uma doença grave e estava completando 50 anos de idade. Líbia encontrou no irmão um motivo pra viver: “parei de desejar a morte. A garra com que meu irmão

lutou pela vida me envergonhou” (2016, p. 93). Na hora de cortar o bolo, o irmão foi oferecendo a primeira fatia à sua mulher e filha que acabaram por oferecer a Líbia. Diante dessa demonstração de afeto, Líbia desejou ter um filho e ao oferecer de volta ao irmão a fatia, lembrou-se dia do nascimento desse irmãozinho: “Uma volta no tempo me permitia significar um sofrimento que eu vinha carregando a vida inteira. Eu tinha visto o meu irmãozinho nascer.” (2016, p. 92). Os pesadelos cessaram a partir dessa revelação!

O décimo conto, *Lia Gabriel*, talvez seja o conto chave desse livro. É a primeira vez que a expressão “insubmissas lágrimas” presente no título aparece (2016, p. 97). Também a narradora confessa que a lembrança das outras histórias já narradas em “Insubmissas” se confunde em sua mente: “Por breves instantes, me veio também a imagem da Mater Dolorosa e do filho de Deus pregado na cruz...” (2016, p. 95). Na minha análise literária, a maioria das histórias tem um ponto em comum: a rejeição. A rejeição do pai, da mãe, dos irmãos, a rejeição da família e a rejeição da sociedade. Todavia, outro ponto que une essas mulheres é a resistência e reexistência que se veem obrigadas a desenvolver/encontrar/: “... e mais outras que desfiavam as contas de um infinito rosário de dor. E depois elas mesmas, a partir de seus corpos mulheres, concebem a ressurreição e persistem vivendo” (2016, p. 95).

A história de Lia Gabriel é uma das mais violentas do livro. Seu filho, Máximo Gabriel, sofre de esquizofrenia e tem surtos constantes. Ao receber o diagnóstico, Lia se divide entre o medo de perder o filho e o medo de que um dia, à medida que crescesse, durante o surto pudesse agredir a ela e às irmãs: “A partir desse dia começou a minha peregrinação com Máximo Gabriel, de hospital a hospital, vários exames, muitas suspeitas e remédio.” (2016, p. 97). O menino se autoflagelava, no entanto era uma criança doce e feliz:

Nem eu, nem as irmãs conseguíamos apaziguá-lo. As meninas, minhas gêmeas, eram somente um ano e meio mais velhas que do que ele. Na impotência por não conseguir abrandar os, sofrimentos do irmãozinho, elas choravam também infelizes. Elas e eu. Insubmissas lágrimas. (EVARISTO, 2016, p. 97).

O pai do menino havia abandonado a família depois de surrar a mulher e o menino. Esse trauma era o motivo da esquizofrenia de Máximo Gabriel. As filhas assistiram tudo e depois que o homem foi embora fugiram todos para a casa da avó. Ao retornar a casa com as crianças, “todos os compartimentos estavam vazios. Nem uma cama ele deixou. Por vingança havia levado tudo, inclusive nossas roupas”. (2016, p. 98). Essa segunda violência é a violência patrimonial. E Lia Gabriel teve que deixar o trabalho para cuidar dos surtos do menino e começou a viver de bicos para aumentar a renda. O abandono parental também é outra violência contra a mulher e as crianças e é uma presente realidade no Brasil. Foi então, numa internação

psiquiátrica, para evitar que o Máximo Gabriel se machucasse, que o menino, afastado da mãe e das irmãs por recomendação médica, conseguiu verbalizar que “queria matar o pai”. (2016, p.102). A partir daí, o tratamento começou a curar o menino e Lia Gabriel consegue abrir seu próprio negócio para sustentar os filhos. O amor maternal é uma força que mantém as mães firmes nos propósitos de criarem suas famílias. Muitas vezes não se tem outra opção, geralmente quem desiste da família são os homens.

Na parte final do livro, parece que as histórias ganham tons mais atenuantes nos sofrimentos das mulheres negras. Ainda as lágrimas estão presentes, mas a insubmissão é que decide os destinos de cada uma delas, fugindo do machismo, racismo e homofobia e dos preconceitos de classe muitas vezes presentes dentro das suas próprias famílias, essas mulheres disseram não ao que foi atribuído e agarraram as oportunidades e suas vidas com as próprias mãos.

O décimo primeiro conto é intitulado *Rose Dusreis*, a bailarina que chamou a atenção da narradora em um baile por ser a mais requisitada como par nas danças. A narradora vai ao seu encontro para matar sua curiosidade: - “Preciso conhecer a história dessa mulher, antes que eu invente alguma” (2016, p.104) e recebeu o convite para tomar aulas de dança com ela porque “Ela era professora de balé clássico, de dança moderna, de balé afro, de jazz, de sapateado e de dança de salão” (2016, p. 106)

Rose inicia contando que nasceu com o pendor da dança, mas, por ser uma menina negra e de família humilde, foi recusada diversas vezes durante a sua infância para compor um corpo de baile. O racismo fecha as portas das oportunidades para as pessoas negras, mesmo antes delas baterem à porta... Quando o pai morreu, a mãe ficou com 5 meninas para criar sozinha. A mais velha entrou no destino colonizador de ser doméstica e babá numa família rica. Outra perda para Rose, a companhia da irmã. E, para completar o drama, ela foi estudar num colégio interno de religiosas católicas. O colégio era destinado às famílias abastadas, Rose teria aulas de canto e dança, porém, as alunas pobres aprendiam a “cozinhar, lavar, passar, arrumar” (2016, p. 113). Elas “eram as operárias, as domésticas, as agricultoras, enfim, as trabalhadoras exploradas da instituição” (2016, p. 113). Até que a vida deu a dança de presente para Rose:

Uma carta de apresentação de uma das professoras de dança do colégio em que eu tinha vivido, até então, me abriu portas. Cursei vários estilos de dança fora do meu estado e, depois, fora do país. Aos poucos, fui me profissionalizando e tive a oportunidade de fazer parte de grupos nacionais e estrangeiros, mas, na maioria das vezes, eu era uma das poucas, se não a única bailarina negra do grupo. (EVARISTO, 2016, p. 113).

A mãe de Rose era uma exímia lavadeira, mas sozinha não dava conta das despesas da casa. Deixou as duas filhas pequenas ao cuidado dos vizinhos e foi trabalhar na casa de parentes ricos e longínquos do pai levando a filha de colo. A irmã mais velha conseguiu estudar e se tornou professora. Quando Rose se profissionalizou sempre reservava um dinheiro para a mãe ir ao seu destino assistir as apresentações de dança e, com o passar do tempo, suas irmãs mais novas casaram, tiveram filhos e abriram seu próprio negócio que prosperava. A narradora então descobre que atualmente Rose está doente com a mesma doença que levou sua irmã mais nova: uma anemia do sangue

A primeira impressão que Rose transmitiu à narradora é de que seria uma mulher de pequeno porte e aparentava uma extrema fragilidade que desaparecia quando ela dançava. Porém, a voz, quase um fio de som, transparecia alguém cuja saúde estava comprometida, a voz esfiapada e lenta. Na academia de dança onde se deu o encontro, Rose tirou a narradora para dançar, mas, desajeitada para a dança, preferiu ficar só observando:

Eu queria vê-la dançando. A bailarina já não mais me escutava. Rose Dusreis se entregava ao balé da vida, numa coreografia moderna, que ela mesma havia criado, a partir de uma dança tradicional de uns dos povos africanos, a que ela havia assistido um dia na região de Kendiá, em uma viagem, como integrante do corpo oficial do balé de sua cidade natal, Rios Fundos; a aprendizagem de Dusreis foi além da dança. Ali ela apreendera o bailado da existência. Dança que os kendianos, em determinados momentos, realizam como celebração da vida, que se inaugura e que um dia se esvai, como dádiva de uma força maior. Força que rege a vida dos homens, dos animais, das plantas, de tudo que existe. Força que está guardada em nosso corpo, a sua versão visível e que não finda, mesmo quando esse corpo tomba, como se fosse a mais tenra penugem das asas de um frágil pássaro bebê, flutuando no ar. Essa força não finda, havia me garantido a bailarina, antes de se levantar para a sua dança final. Não finda! Pois o que se apresenta como revelação aos nossos olhos, aos nossos ouvidos, guarda insondáveis camadas do não visto e do não dito e eu disse do não escrito. Entretanto, signos de presença subsistem na aparente ausência daqueles que partiram de nós, como Rose Dusreis, naquele dia, enquanto dançava a plenitude de sua história final. E seus passos vida-morte-vida ficaram desenhados nos olhos de minhas lembranças. (EVARISTO, 2016, p. 115-116).

O tema da maternidade compulsória também é uma constante na escrivência de Evaristo e está sempre enfatizado nas escolhas das protagonistas em lidar com suas maternagens compulsórias ou desejadas. *Saura Benevides Amarantino* é a protagonista do décimo segundo conto e vê na narradora uma oportunidade de contar a sua história: quer confessar tudo e sem exigir segredos. Não se importa com o que vão pensar ou o que costumam dizer dela:

Dizem que do amor de mãe nada sei. Engano de todos. Do amor de mãe sei. Sei não só da acolhida de filhos, de que uma mãe é capaz, mas também do desprezo de que ela pode oferecer. Confesso. Dos três filhos que tive, duas meninas e um menino, meu coração abrigou somente dois. A menina mais velha e depois o menino; a filha caçula sobrou dentro de mim. Nunca consegui gostar dela. (EVARISTO, 2016, p. 117).

A primeira filha nasceu do primeiro namoro aos 16 anos. A família decidiu que eles deveriam casar, mas esse não era o desejo dela nem dele, então decidiram juntos que ele fugiria. E assim aconteceu. Já ela, ficou feliz com a gravidez e tinha muito carinho pela criança, não demonstrando nenhuma reação à fuga, o que denunciou que ela também não queria casar. O pai quis expulsá-la de casa e ficar com a criança depois do parto, mas a mãe intercedeu a favor da filha e a criança e Saura foram acolhidas por toda a família. O segundo filho de Saura também foi acolhido pelos avós e o pai da criança, companheiro de Saura, assumiu também a primeira filha dela:

Na segunda gravidez eu já estava casada com um sujeito pobre, mas decente, como diziam meus pais. Esse meu companheiro assumiu a paternidade de Idália e, quando fomos registrar o pequeno Maurino, Idália já tinha no registro o nome do pai. Sim, o sobrenome daquele que chegou, quando a menina já ia completar cinco anos. (EVARISTO, 2016, p. 119).

O casamento foi de afeto até o dia em que ele adoeceu e morreu. O luto perdura até os dias de hoje, diz a protagonista, apesar de ninguém acreditar. Tudo porque depois da morte prematura do marido ela teve um breve namoro com um colega da juventude. O pai dela tinha um pensamento sexista e, lembrando a primeira gravidez, sentenciou que ela deveria ter pudor, principalmente agora que estava viúva. Mais uma vez a mãe foi quem a acolheu e não a julgou por seus desejos.

De meu ex-colega de infância, nada reclamo. Durante todo o tempo, acompanhou a minha gravidez e se mostrava feliz. Ele, como eu, já estava quase entrando no tempo dos quarenta e, até então, não tinha sido pai. Era um homem bonito e mulherengo. Creio que as mulheres mais espertas evitassem ter filhos com ele. Eu também não queria, tinha sido apenas um descuido. Um descuido, repito. Diferentemente da minha primeira gravidez, quando eu bem jovem, nas primeiras relações, nada soubesse de métodos contraceptivos. Entretanto, mesmo assim, desde o momento que desconfie de que eu poderia estar esperando uma criança, apesar de temer a reação de meus pais, fiquei feliz diante daquela possibilidade. Mesmo sendo uma gravidez concebida nas brincadeiras doces e fogosas minhas e de meu namoradinho, Idália veio como uma dádiva não pedida, mas que de bom grado se aceita. A segunda gravidez, a de Maurino, foi a do filho desejado por mim e por Amarantino. A terceira, a última, foi de uma gravidez que se intrometeu na lembrança mais significativa que eu queira guardar. A imagem da última dança do corpo de Amarantino sobre mim, pouco antes dele adoecer. A enjeitada gravidez comprovava que outro corpo havia dançado sobre o meu, rasurando uma imagem que, até aquele momento, me parecia tão nítida. E desde então, odiei a criança que eu guardava em mim. (EVARISTO, 2016, p. 120 e 121).

Saura sentiu um pouco de culpa e pensou que talvez o pai dela tivesse razão, ela era uma despudorada. Quando a menina nasceu, não se parecia em nada com ela e sim com o ex-colega de infância. Saura então decidiu entregar ela para o pai. Desta vez, sua mãe reprovou o ato.

O que minha mãe não entendia era que eu queria aquela criança longe de mim. Eu não sentia nada por ela; aliás, sentia sim, raiva, muita raiva. Queria esquecer a filha que

eu não havia concebido, nem antes e muito menos nos momentos após o parto, quando contemplei a criança e me irritei com todos os traços dela, que acintosamente negavam os meus. E assim, para o meu alívio, lá se foi a menina. (EVARISTO, 2016, p. 122).

A criança só ficou 3 meses na casa, apesar dos irmãos se afetarem e o pai de Saura dizer que desejava criar a terceira neta. Nada a removeu da intenção: “Ninguém entendia que eu odiava aquela menina. No ato de amamentá-la, eu sempre desejava que o meu leite fosse um mortal veneno” (2016, p. 122). Ela nunca mais quis ver a menina, e sua rejeição era comentada por todos na cidade. Contudo, entre tantos comentários, um a irritou: “Diz que eles se rejubilavam pelo fato da menina ter sido repudiada por mim. Assim, ela não precisava ter contato algum com a sua família negra” (2016, p. 123).

Só então o leitor percebe que o pai da menina era branco e a rejeição de Saura é também é por conta de a criança não ter a mesma cor dela. A família paterna era branca e também não fazia questão da convivência com a mãe negra. Saura seguiu sua vida com seus dois filhos e também se tornou avó, ela sabia reconhecer de longe uma mãe que realmente amava seus filhos. O racismo nas famílias inter-raciais também é um dos temas da escrivência que vamos verificar no próximo conto que fecha o livro: *Regina Anastácia*.

“Regina Anastácia se anunciava, anunciando a presença de Rainha Anastácia frente a frente comigo” (2016, p. 126). Para contar a história de vida dessa mulher negra, a narradora agradece a oportunidade de poder ouvir a voz pausada e marcada de uma mulher especial, pela sua idade avançada, seu porte altivo e merecedora de toda reverência, como se ela estivesse frente a frente com a Rainha Anastácia, a escravizada que se tornou uma santa negra brasileira.

A narradora remonta aos tempos do Brasil Colônia para falar do território da cidade de Rios Fundos, que “teve por base a extração de ouro e diamantes, embora a agricultura açucareira também tenha sustentado o êxito político e econômico local” (2016, p. 128). Desde as capitânias hereditárias, a família D’Antanho era a dona da cidade.

Havia, porém, um único espaço na cidade que funcionava independente da intervenção dantanhense e que hoje é um clube chamado “Antes do sol se pôr”. De acordo com o que contavam os mais antigos da cidade, a origem do clube remontava aos tempos da escravatura. Dizem que, ali, havia uma velha casa de tapera, bem no vão da estrada, que se abria em três direções. No lugar alguns africanos e seus descendentes, ainda escravizados, se reuniam dançando e cantando. No premeditado folgado se despistavam da vigilância dos senhores, enquanto organizavam fugas do cativo. Tais encontros aconteciam aos domingos e dias santificados, pois os fazendeiros, muito católicos, normalmente liberavam os escravos nesses dias. Cantavam e dançavam desde o amanhecer do dia até “Antes do sol se pôr”. Quando a noite ia baixando, alguns já sabiam qual a direção da estrada deveriam tomar. Esquerda? Direita? Em frente? Zâmbi, Olorum, Exu, Ogum, Senhora do Rosário, São Benedito com seu Menino Jesus, Santa Efigênia dependendo da fé do fugitivo, cada um desses protetores, ou todos juntos, indicava qual caminho daria na liberdade quilombola. (EVARISTO, 2016, p. 129- 130).

Regina, também descendente dessa resistência, mudou-se do lugarejo em que vivia para Rios Fundos. Quando ela chegou na cidade, ainda mocinha, conheceu o clube “Antes do pôr-do-sol”: “já havia uma pequena capela que até hoje existe no mesmo terreno do clube, - afirmou Regina Anastácia. Fui coroada na capelinha, primeiro como Princesa e depois como Rainha Conga” (2016, p. 130).

E foi nessa cidade que ela conheceu seu companheiro Jorge D’Antanho, amor à primeira vista e também e um amor impossível que acabou se realizando, porque Jorge era um menino branco descendente da família que era dona de tudo na cidade, inclusive dona das pessoas. Contudo, Jorge se rebelou contra a família para poder ficar com Regina.

Quando os dois se conheceram, as tias de Regina trabalhavam na cozinha da casa da mãe de Jorge. Foi numa entrega de encomenda que Regina aproveitou para visitar as tias. Eles eram crianças ainda, mas se apaixonaram ao primeiro olhar. A mãe de Regina, Saíba, também evitava qualquer proximidade com a família D’Antanho e resolveu abrir sozinha seu próprio negócio de pães e doces, onde Regina também trabalhava: “Mas a força de minha mãe vinha do pessoal de outrora, principalmente das mulheres desde lá” (2016, p. 134). Lá é África e a descendência desse território é uma força ancestral.

Quando Saíba percebeu o interesse de Jorge por Anastácia, tentou advertir a menina sobre os homens brancos que veem a mulher negra como objeto sexual, prática que acontecia desde os tempos da escravidão. Contudo, Regina pressentia que Jorge era diferente da família dele e que realmente nutria bons sentimentos por ela. E logo em seguida ela foi pedida em namoro por Jorge aos pais de Regina.

A relação inter-racial teve duras consequências: de um lado Regina defendia Jorge para seus pais, do outro, a família D’Antanho começou a sua retaliação, despedindo as tias de Regina e até as acusando de roubo. O delegado ficou do lado de Jorge, mas a família o colocou contra a parede para terminar com Regina; ele desobedeceu e foi expulso do testamento.

Eles casaram logo em seguida na capela do clube “Antes do sol se pôr”. Jorge foi morar com a família de Regina e seguiu trabalhando como farmacêutico. O pai de Regina também havia sido despedido do seu emprego a mando da família D’Antanho. Jorge conseguiu montar sua própria farmácia e empregou o pai de Regina.

Com o passar do tempo, o casal prosperou e comprou sua própria casa. Jorge nunca mais teve contato com a família, apesar da saudade da mãe. Jorge e Regina tiveram cinco filhos e os criaram com sucesso. Os pais de Regina conheceram os seus netos e Regina curtiu a chegada dos tetranetos. Jorge havia falecido, mas o amor deles continuava em Regina, que aguarda a hora de ver o sol se pôr junto com o seu amor. O amor venceu.

5.1 A NARRADORA

A narradora de *Insubmissas lágrimas de mulheres* (2016) é uma narradora ciente e onipresente na narrativa. Salvaguardando os limites da ficção e da biografia de Conceição Evaristo, podemos dizer que é persona inventada e personagem ativa das narrativas porque não faz questão em se esconder, muito pelo contrário, quer estar presente nas entrelinhas como testemunha e escuta atenta das narrações. Evaristo se aproxima mais do griot africano, contador de histórias, do que do narrador do conto moderno da literatura ocidental.

Gosto de ouvir, mas não sei se sou a hábil conselheira. Ouço muito. Da voz outra, faço a minha, as histórias também. E no quase gozo da escuta, seco os olhos. Não os meus, mas de quem conta. E, quando de mim uma lágrima se faz mais rápida do que o gesto de minha mão a correr sobre o meu próprio rosto, deixo o choro viver. E, depois, confesso a quem me conta, que emocionada estou por uma história que nunca ouvi e nunca imaginei para nenhuma personagem encarnar. Portanto estas histórias não são totalmente minhas, mas quase que me pertencem, na medida em que, às vezes se (con)fundem com as minhas. Invento? Sim, invento, sem o menor pudor. Então as histórias não são inventadas? Mesmo as reais, quando são contadas. Desafio alguém a relatar fielmente algo que aconteceu. Entre o acontecimento e a narração do fato, alguma coisa se perde e por isso se acrescenta. O real vivido fica comprometido. E quando se escreve, o comprometimento (ou o não comprometimento) entre o vivido e o escrito aprofunda mais o fosso. Entretanto, afirmo que, ao registrar estas histórias, continuo no premeditado ato de traçar uma escrevivência. (EVARISTO, 2016, p. 7).

Uma narradora de *Escrevivências*, que sintoniza a fala da “igual” com a sua própria fala, con(fundindo) as vivências em suas parecenças, criando no fazer literário e reproduzindo na escrita as falas em primeira pessoa para um discurso indireto. As características principais da oralidade, memória e ancestralidade configuram o projeto estético literário da *Escrevivência* de Evaristo.

O recurso de “aparecer” na cena nos aproxima da história como se estivéssemos junto com a narradora no momento em que ela ouviu a narração pela primeira vez: “Por uns momentos me esqueci da mãe e me perdi na contemplação do filho.” (2016, p. 11). Há uma descrição minuciosa do que a narradora, vê, pensa e verbaliza: “Eu percebi, intrigada (...) - pensei mais tarde” (2016, p. 11).

Contudo é uma narradora confiável porque deixa posto ao leitor que seu interesse está em ouvir as histórias e reproduzir os principais fatos:

E, a partir desse feito, Natalina Soledad começou a narração de sua história, para quem quisesse escutá-la. E eu, viciada em ouvir histórias alheias, não me contive quando soube da facilidade que me esperava. Digo, porém, que a história de Natalina Soledad, era muito maior e, como em outras, escolhi só alguns fatos, repito, elegi e registrei aqui, somente estas passagens: (EVARISTO, 2016, p. 19).

A narradora por vezes não aparece no conto, apenas relata o que foi dito pela protagonista da história. Às vezes, sua presença na narrativa é tão marcante que ao longo do livro a narradora se torna uma das personagens do conjunto de textos, devido ao seu lugar de escuta atenta que se deixa comover e se alterar pela matéria narrada. Arrisco a dizer que é inevitável não pensar na narradora como se fosse a própria autora, Conceição Evaristo!

Adelha Santana Limoeiro me causou a sensação de que já nos tínhamos encontrado um dia. Detalhe nenhum em seu porte me parecia estranho, posso dizer, nem o nome. Mas não era possível. Ela me afirmou nunca ter saído da cidade em que nasceu, Córrego Feliz. E, se de lá ela nunca havia arredado o pé, era a primeira vez que eu pisava por ali, desde o início de minhas andanças em busca de histórias de mulheres. Já que eu não conseguia atinar com o porquê da imagem dela me ser tão familiar, decidi achá-la parecida com uma estampa, que eu já tinha visto várias vezes, ainda na minha infância: a de Santa Ana, a velha, a mãe de Nossa Senhora, a avó de Jesus. (EVARISTO, 2016, p. 35).

Já as contadoras das histórias causam desconfiças na ouvinte: “Maria do Rosário Imaculada tinha a fala tão fácil, que até duvidei de que ela tivesse alguma história para contar, ou melhor, cheguei a pensar que o seu relato não traria novidade algum” (2016, p. 43-44). Porém, quando há uma receptividade logo na chegada, ao cumprimentar-se, tanto a contadora quanto a escutadora se deixam levar pela prosa com o prazer do encontro:

Isaltina Campo Belo me recebeu com um sorriso de boas-vindas acompanhado de um longo e apertado abraço. Depois desse gesto, meio sem graça, me pediu desculpas dizendo que estava se sentindo tão honrada com a minha presença, e por isso tinha cometido aquela desmesurada audácia. Não me importei – disse eu – aliás, me importei sim – gostei tanto, que espero a repetição desse abraço na saída. E soltamos uma boa gargalhada, como se fôssemos amigas e íntimas companheiras. A sonoridade de nossos risos, como cócegas no meu corpo, me dava mais motivos de gargalhar e creio que a ela também. E foi tudo tão espontâneo, que me recordei de algo que li um dia sobre o porquê de as mulheres negras sorrirem tanto. Embora o texto fosse um ensaio, lá estavam Isaltina e eu, como personagens do escrito, no momento em que vivíamos a nossa gargalhada nascida daquele franco afago. E quando os nossos risos serenaram, ela me agradeceu pelo fato de eu ter passado pela casa dela, para colher a sua história. Era uma honra, uma honra! – repetia pausadamente – sempre inquieta a me olhar. (EVARISTO, 2016, p. 55).

Como cada protagonista tem uma personalidade diferente da outra, houve uma mulher que foi ao encontro da narradora:

Quando Mary Bendita me procurou no pequeno hotel em que eu estava hospedada havia apenas um dia, na cidade de Manhãs Azuis, imaginei que a moça tivesse vindo à minha procura por vários e vários outros motivos. Pensei que tivesse vindo para pedir alguma informação sobre a vida na capital, lugar de minha residência. Para pedir trabalho, enquanto eu estivesse por ali. Ou ainda para solicitar algum auxílio. Sim, alguma ajuda urgente. Experiente que sou da vida de poucos recursos, sei das diversas necessidades que nos assolam no dia a dia. Não imaginei, entretanto, que ela, mal sabendo que uma ouvinte de histórias de suas semelhantes havia chegado à cidade, tivesse vindo tão rapidamente à minha procura, para atender ao meu afã de escuta. Tímida, porém determinada, foi logo dizendo que precisava me contar algo de sua

vida. Viera para me oferecer o seu corpo/história. Cansada ainda da viagem empreendida na noite anterior, deitei meu cansaço fora, no mesmo instante em que ela me expôs a sua intenção. (EVARISTO, 2016, p. 70).

Dois protagonistas foram mais além. Não apenas contaram as histórias de suas vidas, como tentaram levar a narradora o mais perto possível de seus universos. Mirtes Aparecida da Luz era cega e “pediu licença para tocar o meu rosto e segurar as minhas mãos, para saber realmente com quem estava falando” (2016, p. 81). Mirtes tocou o rosto, cabelo e mãos da ouvinte e conclui que a narradora estava tensa. “Não era ainda, portanto, a hora de começar a trocar as nossas histórias” (2016, p. 81). A tensão era por conta dos óculos escuros que não permitiam o contato visual entre as duas. Ficamos sabendo que a narradora grava os depoimentos num gravador com fitas, e que depois de passear com Mirtes pela casa e pelas redondezas, a mulhe cega fez duas tranças nagô na sua “igual” e começou a contar a história.

A bailarina Rose DusReis convidou a narradora para ir em sua academia, pois foi num baile que a narradora se encantou com sua dança e pensou consigo mesma: “— Preciso conhecer a história dessa mulher, antes que eu invente alguma” (2016, p. 106):

Rose DusReis me recebeu em sua academia de braços abertos. Fui anunciada por outra mulher na porta do salão de danças e, quando entrei em uma sala toda espelhada, via a imagem triplicada de Rose. A pequena mulher aparecia nas paredes laterais, na central, ao mesmo tempo que me sorria frente a frente. Ela e as imagens dela faziam-me um delicado gesto convidativo para dançar. Veio, então, o profundo sentimento de desconforto, que me acomete nessas ocasiões. Tenho sempre o temor de me desequilibrar nos braços de quem me arrasta para da dança. Não tive, entretanto, tempo de me recusar. Alguém pegou a minha bolsa, deixando minhas mãos livres. Uma música vinha do fundo da sala, uma suave e viva canção, algo como vozes de mulheres vocalizando. Pensei em lamentos de *blues* entoados pelas negras americanas. Nina Simone, talvez. E, a partir daí, me senti nos pequenos braços de Rose DusReis. Ela me conduzia à dança e me pedia que relaxasse o corpo, que me entregasse à música, que fechasse os olhos, caso fosse capaz. Sim, eu conseguia fechar os olhos para me sentir inteira, então pode sentir a outra pessoa que estivesse comigo. (..)
E quando eu ainda estava inteira na escuta de Rose DusReis, assentada diante dela, vislumbrando as nossas imagens nos espelhos a nos contemplar, eis que ela se levanta e, graciosamente, se encaminha em direção ao som. Tudo nela era dança. Depois com um leve e cadenciado passo, me convidou novamente para acompanhá-la. Não, eu não queria vê-la dançando. A bailarina já não mais me escutava. (EVARISTO, 2016, p. 107-115).

A narradora não pede permissão para ouvir as histórias porque a mesma já é dada na aceitação do convite para contar sua vivência. No entanto, algumas contadoras dão a permissão como Saura Benevides Amarantino: “De seus ouvidos, moça – me disse ela – faço o meu confessionário, mas não exijo segredo. Pode escrever e me apontar na rua, como personagem de uma história antes minha e, agora, também sua” (2016, p. 117).

Por fim, a desconfiança também aparece, mas a narradora, na sua sede de escuta, se contenta com o mote e confia na sua criação no que faltar de narrativa:

Líbia Moirã, das mulheres com quem conversei, foi a mais reticente em me contar algo de sua vida. Primeiro quis saber o porquê de meu interesse em escrever histórias de mulheres e, em seguida, me sugeriu se não seria mais fácil eu inventar as minhas histórias, do que sair pelo mundo afora, provocando a fala das pessoas, para escrever tudo depois. Das provocações que Líbia Moirã me fez, respondi somente à última.

- Eu invento, Líbia, eu invento! Fale-me algo de você, me dê um mote, que eu invento uma história, como sendo a sua...

- Vale um sonho? Perguntou Líbia. E, então, a voz dela perdeu o tom provocativo e calmamente me relatou sonhos e desejos: (EVARISTO, 2016, p. 87).

6 OLHOS D'ÁGUA

No livro *Olhos d'água* (2016), os contos de Evaristo revelam um lugar de fala: as vozes da periferia. Qualquer leitor não periférico, homem ou mulher, encontrará na obra de Evaristo a experiência humana em todas as suas facetas. A literatura dessa autora é, portanto, simultaneamente específica e social, pois traz a voz da mulher negra brasileira, tão rara e mal representada em nosso cânone literário.

Essa literatura também é uma ferramenta de empoderamento para muitas mulheres negras em rodas e clubes de leitura que vêm surgindo no país, assim como o Feminismo Negro vem crescendo na América Latina, que é uma oposição à construção colonial do que seja uma mulher negra e também uma possibilidade de sobreviver ao racismo estrutural que coloca essas mulheres à margem da sociedade.

As mulheres negras se veem representadas no discurso de Evaristo, sentem-se pertencentes a um grupo de mulheres que não esconde seus sentimentos e afetos, suas necessidades e desejos, seus sofrimentos e perdas, enfim, suas vivências. Esta escritora fortalece para a Literatura Brasileira uma representatividade e um pertencimento dessa parcela da sociedade que luta contra a exclusão, o silenciamento e o apagamento do que significa ser uma mulher negra no Brasil.

Em entrevista recente à revista *Marie Claire* (2019), Conceição comenta que, na literatura e na vida, gosta de falar sempre a partir de suas experiências e exalta quem tem conseguido fazer o mesmo: “Hoje a gente tem um movimento de falar com a nossa voz. Me perguntam se falo pelas mulheres negras, falo como mulher negra, com todas as mulheres negras.”

Como já antecipamos, em *Olhos d'água* (2016), a maternidade e o elemento água estão presentes em quase todas as narrativas, seja em lágrimas ou no sangue menstrual que une todas as mulheres como um fio da vida. A morte e a vida são alegorias constantes nas narrativas da periferia brasileira, nelas enxergamos a fome, a violência e o crime que colocam os personagens na “corda bamba da existência”.

Encontramos a Escrivivência nos contos, que trazem a voz da mulher negra ora como protagonista da sua própria história, ora como uma narradora que também é mulher e negra e sintoniza essas duas condições. Na maioria dos contos, o “outro” é o homem, que por vezes é o inimigo e o predador da vida das mulheres, através das maldades e crueldades que a cultura do machismo perpetua com a submissão e a subjugação das mesmas.

Entretanto, essas mulheres não são completamente insubmissas. Jurema Werneck, na apresentação da obra *Olhos d'água* (2016), diz que Evaristo é uma “Yalodê”, a que fala pelas mulheres que não podem falar, contando, dizendo, amaldiçoando. A leitura do livro é bastante comovente por trazer as vivências marcadas pela dor, sofrimento, violência, opressão, e ao mesmo tempo a construção dos afetos, amores, amizades e famílias nesses territórios brasileiros excluídos da equidade e justiça social.

Neste livro encontramos também as aproximações entre a vida e obra da autora, pois só quem nasceu e viveu numa favela consegue transformar em palavras verossímeis essa Escrevivência:

Hoje, consagrada escritora, Conceição nasceu e se criou numa favela de Belo Horizonte. Filha de empregada doméstica, chegou a prestar o mesmo serviço ainda criança, quando morava com tios que viviam em condições melhores que a mãe. Viu seu destino girar a partir da mudança para o Rio em meados dos anos 70. Lá formou-se em Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), trabalhou na rede pública como professora e se tornou mestre em literatura brasileira. Seu espaço dentro de um meio predominantemente branco, “como toda instituição brasileira”, ela demorou a encontrar. Deu os primeiros passos ainda no início dos anos 90, quando passou a publicar contos e poemas na série *Cadernos Negros*. Mas só foi lançar o primeiro romance, *Ponciá Vicêncio*, em 2003, quando já tinha 57 anos. (FRANÇA, 2019, p. 59).

Entre seu primeiro romance *Ponciá Vicêncio* e o livro de contos *Olhos d'água*, destacam-se temas recorrentes na obra de Evaristo: a ancestralidade, marca que é resgatada e memorizada para que não se esqueçam as raízes de África e a experiência traumática da diáspora; a subjetividade da mulher negra, que por vezes é coadjuvante, mas sempre dona de seu destino; o cenário da escravidão, que se reconfigura atualmente nas favelas e periferias; e a importância do ouvir e contar histórias, ressaltada na figura da mulher *griot* que pode ser uma velha que lembra e relembra o passado ou uma jovem que faz a passagem da oralidade para a escrita e que deseja registrar as vivências para que não se percam como as personagens Duzu e Bica.

No conto “Olhos d'água” que abre o livro, a narradora tenta adivinhar qual era a cor dos olhos da mãe. Já no conto “A gente combinamos de não morrer”, a personagem Bica deseja escrever tudo o que a família viveu: a mãe solteira, o companheiro e o irmão no tráfico e o bebê que a avó deseja que tenha um futuro melhor.

É preciso que essas histórias sejam contadas e recontadas, pois não aparecem na literatura do cânone brasileiro, quiçá, escritas por uma mulher, tampouco as encontramos nos livros de história. A Escrevivência vem para preencher essas lacunas e devolver a humanidade para essa parcela da população.

A categoria “mãe” ora segue uma tradição matrilinear africana, que coloca a mulher como figura central da família, ora extrapola os limites da filiação e traz à tona a discussão da existência ou não de um instinto maternal e das escolhas ou imposições do aborto, que é praticado fora da lei num território onde as leis e a segurança pública do Estado não alcançam.

No texto “Mulheres em Movimento” da filósofa Sueli Carneiro (2019, p.283), vemos a interseccionalidade de gênero, raça e classe que impede as mulheres negras de viverem como cidadãs brasileiras plenas. Carneiro vê um reposicionamento do Feminismo hegemônico com a entrada da luta das mulheres negras entre as pautas das novas utopias e das novas agendas feministas, que se detiveram criticamente na remoção dos “obstáculos contemporâneos persistentes para a realização da igualdade de gênero e nos desafios e mecanismos para a sua superação, tendo os seguintes princípios como orientadores das análises e propostas”:

- (...)*reconhecer o direito universal à educação, à saúde e à previdência; (...)
 - (...) *comprometer-se com a luta contra todas as formas de opressão de gênero, e com o combate a violência, maus-tratos, assédio e exploração de mulheres e meninas; (...)
 - (...) *comprometer-se com a luta pela assistência integral à saúde das mulheres negras e pela defesa dos direitos sexuais e reprodutivos;
 - * reconhecer o direito das mulheres de ter ou não ter filhos com acesso de qualidade à concepção e/ou contracepção; (...)
 - * reconhecer a discriminação do aborto como um direito de cidadania e uma questão de saúde pública e reconhecer que cada pessoa tem direito as diversas modalidades de família e apoiar as iniciativas de parceria civil registrada (...)
- (CARNEIRO, 2019, p. 284).

Sueli Carneiro ecoa também a voz de outra filósofa negra brasileira, Lélia Gonzáles, a primeira mulher negra a criticar o Feminismo hegemônico nos anos 80, que contemplava somente as mulheres brancas. Quase meio século se passou e nenhuma dessas pautas atingiu as pessoas mais necessitadas das periferias, as mulheres negras:

...grupos de mulheres indígenas e grupos de mulheres negras, por exemplo, possuem demandas específicas que, essencialmente, não podem ser tratadas, na essência, sob a rubrica da questão de gênero se esta não levar em conta as especificidades que definem o ser mulher neste e naquele caso. (...) Isso é o que determina o fato de combate ao racismo ser uma prioridade política para as mulheres negras, assertiva já enfatizada por Lélia Gonzales, “a tomada de consciência da opressão ocorre, antes de tudo pelo racial.” (...)

De acordo com ela, as concepções do feminismo brasileiro padeciam de duas dificuldades para as mulheres negras: de um lado, o viés eurocentrista do feminismo brasileiro, ao omitir a centralidade da questão de raça nas hierarquias de gênero presentes na sociedade e ao universalizar os valores de uma cultura particular (a ocidental) para o conjunto das mulheres, sem as mediações que os processos de dominação, violência e exploração que estão na base da interação entre brancos e não-brancos, constituísse em mais um eixo articulador do mito da democracia racial e do ideal de branqueamento. Por outro lado, também revela um distanciamento da realidade vivida pela mulher negra ao negar toda uma história feita de resistências e de lutas, em que essa mulher tem sido protagonista graças à dinâmica de uma memória cultural ancestral – que nada tem a ver com o eurocentrismo desse tipo de feminismo. (CARNEIRO, 2019, p. 274-275).

No conto “Olhos d’água”, a mãe da narradora é lembrada com afeto, mesmo em meio às dificuldades que a família vivia e aos silêncios que mantinha. A “mãe” deixava as filhas brincarem com “uma cabeleira crespa e bela” e “se tornava uma grande boneca negra para as filhas” (EVARISTO, 2016, p. 16).

(...) Lembro-me de que muitas vezes quando a mãe cozinhava, da panela subia cheiro algum. Era como se cozinhasse, ali, apenas o nosso desesperado desejo de alimento. As labaredas, sob a água solitária que fervia na panela cheia de fome, pareciam debochar do vazio do nosso estômago, ignorando nossas bocas infantis em que as línguas brincavam a salivar sonho de comida. E era justamente nesses dias de parco ou nenhum alimento que ela mais brincava com as filhas. Nessas ocasiões a brincadeira preferida era aquela em que a mãe era a Senhora, a Rainha. Ela se assentava em seu trono, um pequeno banquinho de madeira. Felizes, colhíamos flores cultivadas em um pequeno pedaço de terra que circundava o nosso barraco. As flores eram depois solenemente distribuídas por seus cabelos, braços e colo. E diante delas fazíamos reverências à Senhora. Postávamos deitadas no chão e batíamos cabeça para a Rainha. Nós, princesas, em volta delas, cantávamos, dançávamos, sorriamos. A mãe só ria de uma maneira triste e com um sorriso molhado. (EVARISTO, 2016, p. 16-17).

Essa simples brincadeira para esconder a fome das crianças é um exemplo de resiliência que a população negra teve que arquitetar para diminuir os sofrimentos que começaram no sequestro dos nossos ancestrais e que ainda hoje fazem parte do cotidiano das periferias e favelas do Brasil. É uma sabedoria, triste, mas não deixa de ser um saber, que nasceu do fazer.

(...), mas eu nunca esquecera a minha mãe. Reconhecia a importância dela na minha vida, não só dela, mas de minhas tias e de todas as mulheres de minha família. E também, já naquela época, eu entoava cantos de louvor a todas as nossas ancestrais, que desde a África vinham arando a terra da vida com suas próprias mãos, palavras e sangue. Não, eu não esqueço essas Senhoras, nossas Yabás, donas de tantas sabedorias. Mas de que cor eram os olhos de minha mãe? (EVARISTO, 2016, p. 180).

Já no conto “A gente combinamos de não morrer”, vemos uma maternidade que disputa com a morte o seu pleno exercício. Não ter filhos é uma escolha para que os mesmos não morram cedo pelas mãos da violência que assolam a periferia. Se a mulher engravida indesejadamente, o aborto é mais que uma escolha, é uma necessidade. E vai ser feito independente da proibição e das condições materiais. A ausência do Estado não oferece outras opções a essas mulheres:

O que mais gosto na televisão é de novela. Acho a maior bobeira futebol, política, carnaval e show. Bobagem também reportagem, campanha contra a fome, contra o verde, contra a vida, contra-contras. Contra ou a favor? Sei lá, confundi tudo. Acho que é contra mesmo. Contra e não. Contra-mão. Ando sentindo dores nas pernas. Também!

“Lata d’água na cabeça, lá vai Maria”. Sobe o morro, desce o morro e se cansa dessa dança. Filhos? Não sou boba, só dois. Cuspi fora uns quatro ou cinco. Provoquei. “Eu, confessor, me confesso a Deus, meu zeloso guardador, bendito sois vós, que olhe por mim”. Na novela das oito, Lidiane era babá do menino Carlos Rodrigues Magnânimo.

Ela ensinou a criança a rezar. Tudo era grande na casa dos Rodrigues Magnânimo. A casa, o carro, a mesa, o guarda-roupa, o tapete, tudo. O vestido de noiva da tia de Carlos Rodrigues vestia todo o caminho do altar. Atravessava de ponta a ponta o corredor de uma grande igreja. É tão bom ver novela. Não gosto de ver os crimes, roubos e nem noticiários de guerra. Novela me alivia, é a minha cachaça. (EVARISTO, 2016, p. 101-102).

As jovens meninas da periferia se veem mães na adolescência. Ainda conservam o sonho do casamento e dos filhos, mas ele acontece rapidamente e, quando se dão conta, já são mães de família. Os sonhos são “abortados” e a dura realidade é a luta diária para sobreviver. O conto se chama “A gente combinamos de não morrer” (sem concordância verbal mesmo, o que Lélia Gonzales chamaria de “pretuguês”), porque é um pacto feito entre os personagens jovens que assistem seus amigos morrerem um por um em plena flor da idade:

A casa de Neo caiu. Aprontou, dançou! Mais um, que não será o último, outros virão. Ele, Dorvi, Idago, Crispim, Antônia, Cleuza, Bernadete, Lidinha, Biunda, Neide, Adão e eu temos ou tínhamos (alguns já se foram) a mesma idade. Um ano e às vezes só meses variavam o tempo entre a data de nascimento de um e de outro. Alguns morreram também em datas bem próximas. Apalpo meu corpo, aqui estou eu. Entre as mulheres quase todas ficaram menstruadas juntas, pela primeira vez. Brincávamos que íamos misturar as nossas regras e selarmos uma irmandade com o nosso íntimo sangue. Os meninos não sei que juras fraternas fizeram. Ah, sei! Dorvi repetia sempre que entre eles havia o pacto de não morrer. (...) Ele que tinha um trato de viver fincado nessa fala desejo:

- A gente combinamos de não morrer.

- Deve haver uma maneira de não morrer tão cedo e de viver uma vida menos cruel. Vivo implicando com as novelas de minha mãe. Entretanto, sei que ela separa e separa com violência os dois mundos. Ela sabe que a verdade da telinha é da ficção. Minha mãe sempre costurou a vida com fios de ferro. Tenho fome, outra fome. Meu leite jorra para o alimento do meu filho e de filhos alheios. Quero contagiar de esperança outras bocas. Lidinha e Biunda tiveram filhos também, meninas. Biunda tem o leite escasso, Lidinha trabalha o dia inteiro. Elas trazem as meninhas para eu alimentar. (EVARISTO, 2016, p. 107).

Dona Esterlinda se identifica com a babá da novela, uma possível questão de representação, ou uma identificação imediata por ela e a babá terem a mesma cor de pele: “A babá Lidiane, da novela das oito, acabou sozinha. Não gostei do final. Assisti outra novela em que a babá casou com o filho do patrão. Bonito, tudo muito bonito. Chorei de emoção. Quando choro diante da novela, choro também por outras coisas...” (2016, p. 104-105).

Bica se torna “ama de leite” das amigas. Um gesto solidário e fraternal, que vai manter as vidas seguras para as bebês e vai reforçar mais uma vez o pacto de não morrer. Na escravidão, as mulheres negras amamentavam os filhos da casa grande. Hoje os corpos negros precisam do leite da vida. Uma questão de escolha, ou de necessidade? Bica reflete: “Eu sei que não morrer, nem sempre é viver. Deve haver outros caminhos, saídas mais amenas. Meu filho dorme” (2016, p. 109).

6.1 ÁGUAS DOCES, ÁGUAS SALGADAS

A água que ferve na panela, inodora, incolor, insípida para as bocas famintas. As lágrimas maternas que choram de desespero e alegria, misturando todos os sentimentos para disfarçar para os filhos o medo que sentem. O leite materno que vai transbordar abundantemente no peito de umas e que não vai descer no peito de outras que não têm o tempo, nem a saúde para exercer suas maternagens. O sangue menstrual que inicia a vida adulta e que logo é interrompido por uma gravidez, na maioria das vezes, indesejada.

Há também outras águas, as masculinas. O companheiro de Bica, Dorvi, relata os prazeres que sentiu nas situações limite, onde o esperma jorrava em meio aos tiroteios e receios:

(...) A morte às vezes tem um gosto de gozo? Ou o gozo tem gosto de morte? Não esqueço o gozo vivido no perigo de meu primeiro mortal trabalho, na minha primeira vez. (...) Naquele dia mandaram que eu fosse enfrentar também. Eu tinha treze anos. No meio do tiroteio, esporrei, gozei. E juro que não foi de medo, foi de prazer. Uma alegria tomava conta de meu corpo inteiro. Senti quando o meu pau cresceu ereto, firme, duro feito a arma que eu segurava nas mãos. Atirei, gozei, atirei, gozei... Gozei dor e alegria, feito outro momento que me aconteceu na infância. Eu estava com seis para sete anos e arranquei com as minhas próprias mãos, um dentinho de leite que dançava em minha boca. Minha mãe me chamou de homem. Cuspi sangue. Limpei a baba com as costas da mão, ainda tremendo um pouco, mas correspondi ao elogio. Eu era um homem. Tive um prazer intenso que brincou no meu corpo todo. Tive até um princípio de ereção. (EVARISTO, 2016, p. 106-107).

A escrita de Evaristo também convoca os homens negros e invoca suas humanidades, que são sempre destituídas pelo corpo objeto sexual ou pela mão de obra barata. Esses homens têm pensamentos, sentimentos, sonhos, desejos. No conto “Ana Davenga”, as lágrimas do companheiro Davenga se confundem com o prazer sexual:

(...) Um pouco que ela saia para buscar roupas no varal ou falar um tantinho com as amigas, quando voltava dava com ele, deitado na cama. Nuzinho. Bonito o Davenga vestido com a pele que Deus lhe deu. Uma pele negra, esticada, lisinha, brilhosa. Ela mal fechava a porta e se abria todinha para o seu homem. Davenga! Davenga! E aí acontecia o que ela não entendia. Davenga que era tão grande, tão forte, mas tão menino, tinha o prazer banhado em lágrimas. Chorava feito criança. Soluçava, umedecia ela toda. Seu rosto, seu corpo ficavam úmidos das lágrimas de Davenga. E todas as vezes que ela via aquele homem no gozo-pranto, sentia uma dor intensa. Era como se Davenga estivesse sofrendo mesmo, e ela fosse a culpada. Depois então, os dois ainda de corpos nus, ficavam ali. Ela enxugando as lágrimas dele. Era tudo tão doce, tão gozo, tão dor! Um dia, pensou em se negar para não ver Davenga chorando tanto. Mas ele pedia, caçava, buscava. Não restava nada a fazer, a não ser enxugar o gozo-pranto de seu homem. (EVARISTO, 2016, p. 23).

Quando as águas doces e salgadas se misturam, há o encontro do rio com o mar, onde tudo deságua. E quando a ausência das águas traz a sede, a fome, a doença, a escassez, não há o encontro, há o conflito. Quando a ausência do Estado deixa as comunidades periféricas no

abandono, no esquecimento, a quem se deve recorrer? O crime é um estado paralelo que manda e desmanda nas comunidades. Quem não dá assistência, abre concorrência. O tráfico de drogas oferece dinheiro fácil e ao mesmo tempo tira as vidas dos soldados que não obedecem aos pequenos e grandes traficantes.

Os personagens dos contos de Conceição Evaristo são negros. Quando a mulher negra é subjugada, o homem negro faz o papel que o machismo lhe ensinou. E quem oprime os dois? É o racismo estrutural e seus braços: as instituições, a polícia, a escola, as prisões.

6.2 SANTOS E ORIXÁS

Não é possível estudar a cultura afro-brasileira sem se debruçar sobre a religiosidade de matriz africana, até porque a espiritualidade é um dos valores civilizatórios de África. No pensamento africano a espiritualidade não está separada de outros aspectos da vida, a espiritualidade é a vida integral do africano; o que chamamos de mito, para os africanos é filosofia.

No conjunto de contos analisados, o elemento água é uma constante no universo das mulheres negras: lágrimas, olhos cheios d'água, sangue menstrual, líquido amniótico, leite materno, gozo, suor. A água está presente na forma e no conteúdo da escrita, que é fluida, que vem do subterrâneo e invade através da inundação da chuva, percorre os leitos de rios e deságua em cachoeiras e no mar.

As orixás femininas, Yabás e Yás, são detentoras dessa devoção aquática que tem o poder de fertilizar, assim como de secar ou arrastar em tempestades. No sincretismo religioso, essas entidades da natureza tiveram que se “camuflar” atrás de Santas brancas do catolicismo para poderem continuar a receber suas devoções.

Antes de serem estadunidenses, as feministas são negras e refletem experiências pós-coloniais nas águas atlânticas como nós, suas irmãs de barco, noutra América. Uma vez que a água para as mulheres negras é fundamento psicológico, não sendo à toa, por identidade ancestral, sermos todas chamadas de ialodês – título consagrado a Oxum, senhora das águas e mensageira política das reivindicações das mulheres, na Nigéria – vale considerar, que distante do feminismo branco com “místicas femininas” em alusão representativa da prisão feminina no espaço privado – Oxum representa aquela que tem autoridade no espaço público-privado para reivindicar em nome da comunidade, como marcam os pontos de vistas de Jurema Werneck e Sueli Carneiro. (AKOTIRENE, 2019, p. 32).

Oxum é citada no conto “Olhos d'água”, do livro com o mesmo título, como sendo a responsável pelo choro fácil da mãe da protagonista.: “A cor dos olhos de minha mãe era cor

de olhos d'água. Águas de mamãe Oxum! Riso calmos, mas profundos e enganosos para quem contempla a vida apenas na superfície. Sim, águas de Mamãe Oxum.” (2016, p. 18-19)

Mulher e território são equivalentes na medida que são vilipendiados pelo sistema moderno de gênero. A terra e o mar são queimados, destruídos, poluídos pelo cishetero pratriarcado do homem branco e predador de territórios indígenas e quilombolas.

Com articulação teórica, podemos reassumir a discussão sobre colonialidade da natureza, conceituada pelo peruano Aníbal Quijano no giro decolonial do final dos anos 1990, pois certamente, a diáspora negra sofreu apropriação privada do mar Atlântico, território a cargo de Iemanjá – guardiã africana ioruba das cabeças-oris e também da consciência de existirmos há pelo menos 3 milhões de anos, segundo as descobertas arqueológicas. Quinhentos destes de escravização promovida pelo branco colonizador. “Nada é sagrado para a civilização ocidental branca e cristã”, já nos disse Abdias do Nascimento. (AKOTIRENE, 2019, p. 42).

A protagonista Cida, do conto “O cooper de Cida”, corre diariamente no calçadão à beira-mar, no entanto, nunca prestou atenção ao mar porque estava sempre correndo contra o relógio, com sua agenda calculada para não perder tempo até que um dia ela parou para ver o mar e resolveu desacelerar e faltar ao trabalho.

O impacto do colonialismo à natureza fez milhares de pretos serem atirados ao Oceano e lançou a dicotomia entre natureza e humanidade do padrão capitalista global. As feminilidades e masculinidades construídas pelo cisheteropatriarcado e racismo, juntos, saíram dessa experiência: no Atlântico, africanas choraram feminilidades e africanos seguraram o choro das masculinidades. Mulheres negras desde então são castigadas mais vezes, segundo bell hooks, por chorarem muito diante dos colonos, somente para incomodá-los em seu sono injusto, de acordo com Conceição Evaristo. (AKOTIRENE, 2019, p. 42).

Mesmo sem mencionar a orixalidade nos contos, Evaristo diversas vezes recorre à ancestralidade como referência de força espiritual de resistência que é responsável pela continuidade das famílias como nos contos “Olhos d'água” e “Regina Anastácia”, que estão nos livros *Olhos d'água* e *Insubmissas lágrimas de mulheres*:

Mas eu nunca esquecera a minha mãe. Reconhecia a importância dela na minha vida, não só dela, mas de minhas tias e de todas as mulheres de minha família. E também, já naquela época, eu entoava cantos de louvor a todas as nossas ancestrais, que desde a África vinham arando a terra da vida com suas próprias mãos, palavra e sangue. Não, eu não esqueço essas Senhoras, nossas Yabás, donas de tantas sabedorias. (2016, p. 18)

Regina Anastácia se anunciava, anunciando a presença de Rainha Anastácia frente e frente comigo. Lembranças de outras rainhas me vieram à mente: Mãe Menininha do Gantois, Mãe Meninazinha d'Oxum, as rainhas de congadas, realezas que descobri, na minha infância, em Minas, Clementina de Jesus, Dona Ivone Lara, Lia de Itamaracá, Léa Garcia, Ruth de Souza, a senhora Laurinda Natividade, a professora Efigênia Carlos, Dona Iraci Graciano Fidélis, Toni Morrison, Nina Simone...E ainda várias mulheres, minhas irmãs do outro lado do atlântico, que vi em Moçambique e no Senegal, pelas cidades e pelas aldeias. Mais outras e mais outras. (...)
Não pude deixar de me levantar e, respeitosamente beijar a mão daquela mais velha, contemporânea de minha mãe, Joana Josefina Evaristo, tão rainha quanto ela. (...)

narrando uma história particular de vida, na qual, em muitas passagens, eu escutava não só a dela, mas também a de muitas mulheres do meu clã familiar. (EVARISTO, 2016, p. 127-128).

Os Orixás, no seu panteão, carregam em suas identidades, arquétipos humanos. Por isso, muitos filhos e filhas de Orixás representam em suas personalidades traços dos mitos africanos. Seriam os “representantes” dos Orixás na terra, como diz Bica no conto *A gente combinamos de não morrer*: “Quem sabe os nossos Orixás que são Humanos e Deuses descrevam para esse escritor outras e outras fomes, aumentando assim, mais ainda, a perplexidade dele” (2016, p. 108).

Na introdução do livro *Olhos d’água* (2016), Jurema Werneck traz o escravo Caliban da peça de Shakespeare, *A Tempestade*, para equiparar a função de maldizer na língua do senhor ao trabalho ficcionista de Conceição Evaristo. Nossa contadora de histórias instala “a cultura de *arkhé* atualizada, como expressou Muniz Sodré. Atesta-se a presença e o poder de uma tradição viva,” (2016, p. 14) A tradição de contar histórias.

Neste livro encontrei outra vez Caliban ocupado em muitas subversões. Era Iyalodê, a que fala pelas mulheres que não podem falar, contando, dizendo, amaldiçoando. Era Oxum, às portas da casa de Oxalá, amaldiçoando a pobreza e a injustiça que recaía sobre as mulheres. E crescendo em força e poder, transformando-se na dona de toda a riqueza...

É assim que as mulheres, nós mulheres negras, buscamos formas de ser no mundo. De contar o mundo com forma de apropriarmo-nos dele. De nomeá-lo. De *nommo*, o axé, a palavra que movimenta a existência. (EVARISTO apud Jurema Werneck, 2016, p. 14).

A Escrivência de Evaristo é atravessada por esse conhecimento e (re)conhecimento da força ancestral, dessa fé e devoção aos Orixás e aos Santos católicos que protagonizaram o sincretismo religioso dos escravizados. O catolicismo negro ainda é um legado no pós-abolição que mantém o sincretismo em seus rituais. No conto *Adelha Santana Limoeiro*, a narradora compara a protagonista à Santa Ana, mãe de Nossa Senhora, a avó de Jesus que é sincretizada com a Santana negra e à Nanã, mito nagô, aquela que conhece o limo, a lama e o lodo, onde estão os mortos.

Para Conceição Evaristo e outras escritoras da diáspora africana, os mitos africanos estão na base de muitas narrativas, com suas próprias lógicas, valores e moral. Não por acaso, as Orixás são os arquétipos femininos de maternidade, força, luta e sabedoria. Encontramos essas características nas protagonistas de *Insubmissas lágrimas de mulheres* e *Olhos d’água*.

Para amefricanas e para epistemologias africanas, o macho não é a norma. Das iabás, aprendemos com Oxum a transpor poderes patriarcais e nos impor sem perder a doçura, a maternidade e voz pública. As feministas Sueli Carneiro e Cristiane Cury costumam lembrar que:

(...) embora Oxalá só possa usar a cor branca, ele põe nos cabelos a pena vermelha, o ekodide, em homenagem ao sangue menstrual, símbolo da fertilidade e da concepção. Então, percebem que a dominação masculina não se explica pela natureza inferior da mulher, mas pelo reconhecimento de suas potencialidades e pelo temor que inspira.

Podemos dizer que a interseccionalidade produz deslocamentos epistêmicos da África para a diáspora em decorrência de nem sempre nós, pesquisadoras negras, dedicarmos o trabalho intelectual amplo e aprofundado de reflexão acadêmica. É preciso entender a maternidade guardada pelas ialodês, a igualdade de poder proposta por Oyá, a autoridade cor roxa de Nanã e suas irmandades religiosas mais velhas. (AKOTIRENE, 2019, p. 85).

6.3 AS INSUBMISSAS LÁGRIMAS QUE ESCORREM DOS OLHOS CHEIOS D'ÁGUA: PONTOS DE CONTATO ENTRE AS DUAS OBRAS.

Insubmissas lágrimas de mulheres (2016) e *Olhos d'água* (2016) são dois livros de contos que têm muito em comum: o protagonismo da mulher negra. No primeiro livro, cada conto tem como título um nome feminino, já no segundo, dos 15 contos apresentados, 11 deles são protagonizados por mulheres. Estamos diante de uma autoria de mulher negra, Conceição Evaristo, que tematiza as mulheres negras e o universo da população negra, porque em torno de cada personagem orbitam suas famílias negras, companheiros, filhos, amigos.

O contexto sócio histórico das duas obras é o Brasil do período da abertura democrática, pós-ditadura militar, de 1984 até 2016, no segundo mandato da primeira presidenta mulher que governou o Brasil, Dilma Rousseff, que foi interrompido pelo impeachment.

Na linha do tempo da Literatura Brasileira, Conceição Evaristo é uma escritora que se encaixa no período literário que chamamos de Literatura Contemporânea Brasileira, junto com as escritoras Miriam Alves, Esmeralda Ribeiro, Helena Teodoro, Mãe Beata de Iemonjá, Ana Cruz, Cristiane Sobral, Elisa Lucinda, Elzelina Dóris dos Santos, Lia Vieira, Esmeralda do Carmo Ortiz, Lívia Natália, Cidinha da Silva, Ana Maria Gonçalves, Eliane Alves Cruz, Geni Guimarães, Maria Helena Vargas da Silveira, Veralindá Menezes, Nina Silva, Delma Gonçalves e Tiasmin Ohnmacht.

Todas citadas aqui são escritoras negras brasileiras que estão mudando o cenário da Literatura Brasileira e do cânone literário. Elas são conhecidas e reconhecidas na comunidade negra e nos movimentos sociais negros e feministas, porém, poucas delas adentram o cânone universitário, os currículos escolares do ensino médio e fundamental, assim como são poucas que têm visibilidade na mídia, tevê e jornais. A internet ainda é a ferramenta principal de divulgação dessas autoras através de blogs, sites e páginas nas redes sociais, assim como clubes e círculos de leituras de autoria feminina, justamente porque o patriarcado literário ainda

privilegia somente os escritores negros, com a ressalva de que não reconhece mais de um ou dois deles.

A Escrivivência é a linguagem predominante dessas escritoras. A maioria se reconhece como escritora negra e tem como referência a tradição diaspórica africana na Literatura Brasileira: Maria Firmina dos Reis, Carolina de Jesus, Auta de Souza, Ruth Guimarães. Para se analisar a escrevivência, a ferramenta mais adequada é a Interseccionalidade, “conceito da teoria crítica de raça, foi cunhado pela intelectual afro-estadunidense Kimberlé Crenshaw” (2019, p. 18) e apresentado brilhantemente no livro *Interseccionalidade* de Carla Akotirene, integrante da coleção “Feminismos Plurais” organizada pela filósofa Djamilia Ribeiro. “A interseccionalidade – como perspectiva, instrumento heurístico ou metodologia – nos dá a possibilidade de trazer à tona experiências de opressão não contempladas pelo feminismo hegemônico em seus primórdios” conforme Zelinda Bairros apresenta o livro (2019, contracapa).

Para nós, feministas negras a interseccionalidade é mais do que um conceito – é uma teoria e também uma ferramenta de luta política que nasce do cotidiano, dos enfrentamentos e dos desafios políticos das mulheres negras, pois sabemos que o pensamento feminista negro é um conjunto de experiências e ideias compartilhadas por mulheres negras que envolve interpretações teóricas da realidade a partir de certo ponto de vista (lugar de fala). (AKOTIRENE apud Angela Figueiredo, 2019, orelha).

Nós, mulheres negras que somos, estamos buscando outras mulheres negras para validar nossos estudos, intelectuais negras visíveis que desejam abordar esses sujeitos com ferramentas teóricas também produzidas por outras intelectuais negras, que devido ao racismo estrutural permaneceram décadas, séculos, apagadas pela academia, invisibilizadas na literatura e silenciadas no campo da educação. Faço parte como uma delas do catálogo "Intelectuais Negras Visíveis", organizado pela professora Doutora em História Social Giovana Xavier, idealizadora do Grupo de Estudos e Pesquisa Intelectuais Negras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, cujo mote é “Você pode substituir mulheres negras como objeto de estudo por mulheres negras contando suas próprias histórias” (2017). Assim, encontro a Interseccionalidade que me contempla e dá conta da análise do escopo dos contos de Evaristo:

A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais. (AKOTIRENE, 2019, p. 18).

Carla Akotirene afirma: “escrevivências, como Conceição Evaristo, proponho cantiga decolonial por razões psíquicas, intelectuais, espirituais, em nome d’águas atlânticas” (2019, p.

21). Escrivência veio nomear o que já praticávamos desde a escravização: a escrita de nossas vivências. Tardiamente, mas em tempo, as nomenclaturas vêm para identificar o que é um pensamento decolonial elaborado por nossos ancestrais no cativo, que veio no fundo dos navios negreiros, ligado espiritualmente por África. Recompôr esse tecido esgarçado violentamente é um compromisso coletivo de nossa comunidade. Assim, curamos nossas psiquês quando encontramos e reencontramos as nossas iguais e seus legados “pontos de vistas produzidos pelas intelectuais negras, escrever pretoguês brasileiro, como Lélia Gonzalez, pensadora americana” (2019, p. 21).

Nossa irmã afroportuguesa, Grada Kilomba, artista multidisciplinar, escritora e teórica, com raízes em Angola e São Tomé e Príncipe, nascida em Lisboa, onde estudou psicologia e psicanálise, escreveu o livro *Memórias da Plantação – episódios de racismo cotidiano* (2019) onde reflete sobre memória, raça, gênero e pós-colonialismo, ressaltando a importância de uma mulher negra se opor àquele lugar de “Outridade” e inventar a nós mesmas de modo novo através da auto percepção e da narrativa biográfica, uma escrita de si:

Essa passagem de *objeto a sujeito* é o que marca a escrita como um ato político. Além disso, escrever é um ato de descolonização no qual quem escreve se opõe a posições coloniais tornando-se a/o escritora/escritor “validado/a” e “legitimado/a” e, ao reinventar a si mesma/o, nomeia uma realidade que fora nomeada erroneamente ou sequer fora nomeada. (KILOMBA, 2019, p. 28).

Se fomos nomeadas erroneamente como Negras, ou sequer fomos nomeadas como sendo propriedade de alguém, a partir da ferramenta da escrita, onde nos colocamos como sujeitas de nossa história, o “Outro” é que é o homem branco, aquele “Outro” que chegou no nosso território (África, América, Ásia) sem pedir licença, invadiu a terra e os corpos, subjogou e escravizou. Só existimos como “Outro/a” em relação, relação de diferença e hierarquia.

A interseccionalidade não é narrativa teórica de excluídos. Os letramentos ancestrais evitam pensarmos em termos como “problema negro”, “problema de mulher” e “questão das travestis”. Aprendamos com a pensadora Grada Kilomba que as diferenças são sempre relacionais, todas e todos são diferentes uns em relação aos outros. Raciocínio exato sobre a interseccionalidade, desinteressada nas diferenças identitárias, mas nas desigualdades impostas pela matriz de opressão. (AKOTIRENE, 2019, p. 50).

Todavia não nos restringimos apenas às nossas irmãs afroatlânticas, o Feminismo Negro sempre teve como premissa que a consciência da opressão se dá primeiramente pela raça, que inclui então o homem negro, e que supõe um reconhecimento da classe, como diz Angela Davis: “Interseccionalidade revela o que classe pode dizer de raça, da mesma forma que raça informa sobre classe. Raça é a maneira como a classe é vivida” (2019, p. 50). Assim, para analisar os territórios periféricos de *Olhos d’água*, alcancei o intelectual negro Achille Mbembe;

Já estabelecendo o diálogo teórico entre o pensamento interseccional de Audre Lorde e Achille Mbembe, enquanto as mulheres brancas têm medo de que seus filhos possam crescer e serem cooptados pelo patriarcado, as mulheres negras temem enterrar seus filhos vitimados pelas necropolíticas (Segundo a concepção do sociólogo camaronês Achille Mbembe, o conceito de Foucault, biopoder, não alcança a permanência do terror colonial promovido pelas milícias urbanas, exércitos privados e aparelhos do Estado autorizados a violentar e matar populações racializadas.), que confessional e militarmente matam e deixam morrer, contrariando o discurso cristão elitista-branco de valorização da vida e contra o aborto – que é um direito reprodutivo. (AKOTIRENE, 2019, p. 22).

É preciso que o homem negro reveja seu papel na reprodução do machismo com as mulheres negras, tornando-se assim um “Outro” que pratica violências em cima do seu privilégio macho contra a opressão de raça que vitimiza os dois. O abandono paterno é um dos temas constantes nos contos de Evaristo, assim como a ausência de companheiro por motivos de alcoolismo, drogadição e encarceramento.

Destarte, às mulheres negras sucumbem aos ativismos comunitários voltados menos para si, enovelados pelo padrão moderno no qual as identidades são revertidas às de mães solteiras, chefas de família desestruturadas, “mulheres da paz”, efetivas no resgate de jovens criminosos. Através desta articulação de raça, gênero, classe e território, em que os fracassos individuais, ausências paternas na trajetória dos adolescentes e jovens são inevitavelmente sentenças raciais de mortes deflagradas pela suposta guerra às drogas.

Além disso, o padrão colonial ora elege as mulheres negras como dirigentes do tráfico de drogas, ora homicidas de companheiros violentos, quando não, pactuam com as coações impostas por filhos e maridos encarcerados para que transportem drogas até o sistema prisional, numa faceta hedionda punitivista das mulheres negras. (AKOTIRENE, 2019, p. 60).

6.4 “A CRÍTICA DA RAZÃO NEGRA” DE ACHILLE MBEMBE E O PÓS-COLONIALISMO

A propósito do processo histórico dos territórios periféricos para analisar o pós-colonialismo trago a obra *Crítica da Razão Negra*, de Achille Mbembe, filósofo e historiador dos Camarões, pensador pós-colonial e cientista político que fala da presença do colonialismo na contemporaneidade. Na resenha escrita por Davi Avila sobre a obra de Mbembe, destacam-se os pontos principais do pensamento do autor que “elabora o conceito de “Negro”, sobre a evolução do pensamento racial europeu que o origina e as máscaras que esse pensamento usa para cobri-lo com um manto de invisibilidade” (AVILA, 2015) Temos aqui também um ponto de contato com o pensamento de Simone de Beauvoir, filósofa feminista e referência dos estudos de Djamila Ribeiro sobre a definição de “Mulher”:

De modo geral, diz-se que a mulher não é pensada a partir de si, mas em comparação ao homem. É como se ela se pusesse se opondo, fosse o outro do homem, aquela que não é homem. A filósofa francesa Simone de Beauvoir nos dá uma perspectiva interessante ao cunhar a categoria do Outro, em *O Segundo Sexo* de 1949 tomando como ponto de partida a dialética do senhor e do escravo de Hegel. (RIBEIRO, 2017, p. 35).

Mbembe faz uma analogia da condição de ser “Negro” com o sentido de ser um sujeito subalterno e desumanizado, ou seja, ser “Negro” na contemporaneidade é a condição de ser um sujeito submisso e explorado: “a universalização da condição de “Negro” seria simultânea com a instauração de práticas coloniais inéditas que devem tanto às lógicas escravagistas de captura e predação como às lógicas coloniais de exploração e ocupação” (AVILA, Portal Gelédes, 2015).

Segundo Avila, o autor mantém sempre presente a análise da condição econômica na percepção da questão da raça, vendo-as como indissociáveis: a subjugação do “Negro” e a exploração capitalista. Esta exploração está visível nas narrativas de Evaristo ao trazer o momento do pós-abolição no Brasil com a perpetuação das práticas escravagistas da economia e a subsequente assujeitamento do povo negro.

Seguindo nessa linha de pensamento, “Negro” é a alcunha, a túnica com a qual os europeus disfarçaram e na qual tentam encerrar os sujeitos racializados. O filósofo camaronês emprega os termos “máscara” e “túnica” para dar ideia das tentativas de esconder, apagar, silenciar o negro, e Evaristo com suas palavras potentes, despe a túnica e remove a máscara, mostrando e expondo o humano em nós, negros. A apropriação da palavra “Negro” para o Movimento Negro do Brasil, é uma resignificação desse “lugar de fala”, que Mbembe vê como um processo dividido em três momentos da construção da identidade: a atribuição (do nome “Negro”), a interiorização e a subversão do próprio conceito.

Na reeducação das relações étnico-raciais, todos saem ganhando. Num país multirracial como o Brasil, o combate ao racismo depende muito do engajamento dos brancos nessa luta. Isso exige um conhecimento do que foi a construção do racismo como uma ideologia determinista que justificou a escravização e uma atitude de oposição: a desconstrução dessa perversidade de pensamento para podermos alcançar uma nova sociedade, mais justa e igualitária. Essa nova sociedade também é vislumbrada por Mbembe que aponta alguns caminhos para um “futuro livre do peso da raça e do ressentimento”, através da justiça, restituição e da descolonização mental da Europa, um projeto comum e universal da reinvenção da comunidade. A obra de Evaristo é uma janela que vislumbra esse cenário, mesmo que seja no contexto sócio histórico dos territórios das periferias, morros e favelas do Brasil, onde o

colonialismo não foi superado e a ocupação dos territórios que “não são de ninguém” se faz pelas forças armadas do Estado, reproduzindo a invasão colonial desde sempre...

6.5 A NECROPOLÍTICA E A NECESSIDADE DO DESCOLONIAL

Se hoje, no século XXI, o cenário pós-colonial é muito parecido com a era colonial, não podemos falar na superação desse domínio, ele ainda é a estrutura onde vivemos e reproduzimos opressões. O descolamento dessa cultura colonial é que se faz urgente em nossas posturas, principalmente no âmbito da educação.

Através de uma literatura brasileira por excelência, escrita por uma mulher negra, que na fenda decolonial fez brotar uma Escrivivência, podemos encontrar um caminho onde o subalterno consegue falar e escrever. A partir dessa Escrivivência negra, dessas experiências presenciadas e compartilhadas, escutamos uma voz de resistência e coragem.

A denúncia da Necropolítica do Estado está presente nos contos de Evaristo. Ali podemos constatar quais são os corpos que merecem viver e quais são os corpos descartáveis, que não merecem viver. Quando a personagem Bica do conto “A gente combinamos de não morrer” (2016) diz: “Eu sei que não morrer, nem sempre é viver.”, ela move os conceitos de vida e morte para a realidade da população negra, que “sobrevive” com o mínimo e que está sempre na linha de tiro.

Os contos de “Olhos d’água” (2016), em sua maioria, têm como cenário as periferias do Brasil. É justamente nesse território abandonado pelo Estado, sem água encanada, luz, saneamento básico, moradia, educação, saúde e segurança, que acontece a política da “guerra às drogas”, onde os traficantes (estado paralelo) e a polícia (Estado) entram em confrontos ceifando as vidas dos moradores negros, inocentes em sua maioria. É o que chamam de “balas perdidas”.

No artigo *Análise decolonial das personagens femininas da obra Olhos d’água de Conceição Evaristo* (2019), encontro como ferramenta analítica o conceito de Necropolítica do filósofo Achille Mbembe:

No contexto dessas histórias, as mulheres são silenciadas, assassinadas, desprovidas de fala e de sua própria história. Os conceitos de necropolítica e necropoder (MBEMBE, 2018) são apropriados para abrir essa reflexão: eles ajudam-nos, com a aproximação necessária, a percorrer um caminho de entendimento do tempo em que vivemos.

Mac Gregor (2013) argumenta que a necropolítica pode ser vista como uma categoria que permite problematizar a fundamentação da política contemporânea e a partir dos modos como se entrelaçam, por um lado, violência e direito, e por outro lado, exceção e soberania. As personagens (...) são mulheres representadas nos contos e cedem seus

corpos para compreendermos os silenciamentos e violências impostos pela história. Elas traduzem com seus corpos a violenta política e a soberania exercida por meio dos silenciamentos e da opressão. São mulheres diluídas nas expressões de um tempo controverso, um modo particular e histórico de representar “a [...] destruição material dos corpos e populações humanas julgados como descartáveis e supérfluos” (MBEMBE, 2015, p.135), o feminino em Olhos d’água, se define como luta, resistência e denúncia das marcas de um poder que solapa a “existência” individual e coletiva das mulheres habitantes das periferias urbanas brasileiras. (PEREIRA, LISBOA, 2019, p. 160).

O nome do conto “A gente combinamos de não morrer” é visto com desconfiança pela maioria dos leitores por falta da concordância verbal, mas, é de propósito que Conceição Evaristo escreve, porque as pessoas da periferia não têm acesso à educação formal, nem ao letramento através do português padrão. A linguagem coloquial e a reprodução da oralidade estão presentes na linguagem da Escrivivência de Evaristo, que reflete a verossimilhança das comunidades dos territórios da periferia. Essa promessa que é feita: “não morrer” é um pacto com a vida, o desejo de viver, a negação da morte:

A ocupação colonial na modernidade descrita por Mbembe demonstra a faceta opressora do conceito de soberania, expressando predominantemente o direito de matar, reproduzindo a expressão de detenção de poder e de capacidade de alguns privilegiados para determinar quem pode viver e quem pode matar numa sociedade racista e patriarcal, que enxerga unicamente seus valores como universais, corretos e neutros. (PEREIRA, LISBOA, 2019, p. 175).

6.6 CRÍTICAS CONSTRUTIVAS

Uma escritora decolonial como Evaristo vai deslocar o papel do “Outro”. Para o colonialismo português estruturado na escravidão negra, o “Outro” são os povos originários, os indígenas e os escravizados africanos. Para esses mesmos povos, o “Outro” é o homem branco, o “Outro” é o europeu, o “Outro” é o ocidental.

“Quem reivindica alteridade”? é o título do artigo da feminista e crítica pós-colonial indiana Gayatri Spivak, que em seu discurso faz uma reflexão profunda sobre o papel dos pensadores “descoloniais” que estão reescrevendo a história dos subalternos do mundo colonial, criando uma independência política e negociando narrativas como faz Conceição Evaristo e sua predecessora e influência literária, a escritora Carolina de Jesus.

Spivak chama essas subjetividades de “coloniais diaspóricas”, que estão sempre correndo o risco de em suas rupturas declaradas com o passado construírem uma repetição, legitimando exatamente o que reivindicam combater. Contudo, não há como fugir da repetição, se a estrutura da sociedade não muda. O que resta é alterar as narrativas.

Essa repetição está marcada na galeria de personagens de *Olhos d'água* (2016): empregadas domésticas, lavadeiras, cozinheiras, faxineiras, donas-de-casa, mães solteiras, parteiras, mendigas, prostitutas, cafetinas, cafetões, pescadores, pedreiros soldados do tráfico, pequenos traficantes, ladrões, assaltantes, moradores de rua, meninos de rua, presidiários, pedintes, vendedores de doces, de flores, faxineiros, camelôs, crentes, bêbados, etc.

Essa divisão de classes racializada permanece desde a abolição da escravatura no Brasil. Os mesmos afazeres da senzala, agora mal remunerados, a mesma configuração dos territórios sem água, sem luz, esgoto, calçamento, saneamento. O ônibus lotado, o trem, idem. A esperança de uma vida melhor está nas preces das avós negras, que são os sonhos de liberdade das bisavós nascidas na lei do Ventre Livre. O passado é mais que um fantasma, é uma aparição.

Spivak também escreveu o livro *Pode o subalterno falar?* (2010), e nele conclui que a subalternidade, hoje, consegue falar e/ou escrever, mas não é escutada. Spivak, assim como Maria Lugones, é uma feminista pós-colonial e interseccional. Spivak se debruçou sobre a mulher indiana, Lugones sobre as mulheres de cor, as indígenas e as negras. Assim também são as outras intelectuais que eu trago nessa dissertação: Djamila Ribeiro, Sueli Carneiro e Lélia Gonzales.

Gayatri enfatiza que, como mulheres engajadas em denunciar o racismo no Feminismo pós-colonial, precisamos encontrar esse “lugar de escuta”, nossos interlocutores: “Nosso objetivo é fazer com que as pessoas estejam prontas para ouvir” (2019, p. 261). E essa escuta acontece prioritariamente na sala de aula:

(...) E apesar de seu modo indireto, de ser enlouquecedoramente devagar, e de sempre se correr o risco da demagogia e da coerção misturado com a crédula vaidade e com os interesses de classe do professor e do aluno, é ainda apenas a educação institucionalizada nas ciências humanas que pode fazer com que, a longo prazo e coletivamente, as pessoas queiram escutar. (...) Portanto, proponho o estabelecimento e restabelecimento persistentes, a repetida consolidação do não feito, de uma estratégia de educação e pedagógica de sala de aula preocupada com soluções provisórias para oposições como secular e não secular, nacional e subalterno, nacional e internacional, cultural e sociopolítico, por meio da provocação de sua cumplicidade. (SPIVAK, 2019, p. 261).

As escritoras negras e suas literaturas trazem para os currículos as vozes divergentes da “história única”. As vozes da categoria que está na base da pirâmide social: negra e mulher. Mas não existe uma única voz divergente. São vozes, no plural, no coletivo. São as personagens Ana Davenga, Dona Esterlinda, Bica, Duzu, Maria, Natalina, Luamanda, Cida e Zaíta do livro “*Olhos d'água*”.

Gayatri Spivak (2019, p. 251) está preocupada com a questão da apropriação da “história alternativa” e afirma que, pela sua vivência, “as narrativas históricas são negociadas”. Ela e

Conceição Evaristo tiveram acesso à educação formal, “produzem narrativas e explicações históricas, transformando o *socius*”.

Escrever e ler, nesse sentido mais amplo, marcam duas posições diferentes em relação à “oscilante e múltipla forma do ser”. A escritura é uma posição em que a ausência do autor na trama é estruturalmente necessária. A leitura é uma posição em que eu (ou um grupo de “nós” com quem partilho um rótulo identificatório) faço dessa anônima trama a minha própria, encontrando nela uma garantia de minha existência como eu mesmo, uma de nós. Entre as duas posições, há deslocamentos e consolidações, uma disjunção para conjugar um eu representativo. (Até a solidão é estruturada pela representação dos outros ausentes). (SPIVAK, 2019, p. 252).

Na obra de Conceição Evaristo, os personagens brancos não têm nome propositadamente. Uma escolha que os escritores brancos em sua maioria fizeram ao construírem os personagens negros, sem nome, sem família, sem um destino feliz. Personagens negros quase sempre foram estereotipados pelos escritores brancos, objetificados, e ausentes da maioria dos livros da Literatura Brasileira.

Quando eu digo que encontro minhas iguais na literatura de Evaristo, eu afirmo que sim, nós existimos. Nós, mulheres negras, somos escritoras, intelectuais, seres humanos completos nas nossas incompletudes. E as mulheres brancas também compartilham com as mulheres negras a condenação do gênero feminino. Elas também são convocadas no texto de Conceição. Todas nascemos nas águas de um ventre.

6.7 LITERATURA PERIFÉRICA

Literatura Negra ou Literatura Periférica? Toda literatura negra é periférica? Toda literatura periférica é negra? Quando se trata de uma autora periférica, Conceição Evaristo, cujo lugar de fala é a mulher negra periférica, estamos diante de uma Literatura Periférica. Assim como, a temática da maioria dos contos de *Olhos d'água* é sobre a vida da população periférica, que é predominantemente negra, nos vemos na necessidade de afirmar essa vertente literária dentro da Literatura Brasileira que vem desde Carolina de Jesus e a favela, que ela denomina como o “quarto de despejo da cidade”:

A Literatura Periférica tem sido tema de debates nas Feiras Literárias no Brasil e na Europa. Como marco de publicação desta corrente temos o romance *Cidade de Deus* de Paulo Lins.

Conforme pode ser observado na tese de doutorado pesquisador Mário Augusto Medeiros da Silva (Unicamp/2011), é importante a reflexão acerca do compromisso com o desvelamento dos pontos de contato e distanciamento entre as ideias de Literatura Negra e Literatura Periférica:

As ideias de Literatura Negra e Marginal/Periférica aparecem no Brasil ao longo do século XX. Estão intimamente ligadas às formas de associativismo político-cultural dos grupos sociais de origem. Geraram um número significativo de autores, temas, posições estéticas e políticas. Existem escritores que se atrelam àquelas ideias

imediatamente e as defendem; outros, apesar de negros e/ou periféricos, as repelem. Todavia, quase todo escritor negro e periférico teve, de alguma maneira, de se referir a elas ou foi discutido nesse diapasão, quando surgiu na cena pública como autor. Isso provoca discussões interessantes: o escritor negro/periférico é necessariamente autor de uma Literatura Negra/Periférica? Na passagem de personagem a autor, o que é tematizado literária e socialmente por esses escritores? Por que as ideias de Literatura Negra/Periférica não surgem e se desenvolvem como proposições estéticas “puras”, tendo que lidar geralmente com as questões sociais nas quais seus grupos de origem estão envolvidos? (SILVA, 2011)

Mas e Carolina de Jesus, que surgiu antes de Cidade de Deus? Como inseri-la nesse contexto da Literatura Periférica? Novamente em SILVA (2011) encontramos pistas para essa compreensão:

Foi selecionado um recorte temporal que abarcasse o período contemporâneo, onde uma autora negra brasileira se torna mundialmente famosa por sua escrita e tema, tão singulares quanto sua origem social. Em 1960, a favelada catadora de papéis Carolina Maria de Jesus sai do anonimato com a publicação de Quarto de Despejo. Por uma série de razões, seu livro se torna um sucesso enorme e, por tantas outras, entre 1962-1977, ela desaparece progressivamente até sua morte, quase tão anônima quanto seu surgimento. Em 1997, outro autor negro de origem favelada se torna um escritor discutido quase quotidianamente, repetindo e ampliando o sucesso de De Jesus: Paulo Lins publica Cidade de Deus, um dos grandes romances da década. Entre ele e De Jesus existem uma série de aproximações, que são discutidas na tese. Mas também é interessante a maneira como eles lidaram com as questões sociais referentes a seus grupos e condições originais, bem como as ideias estéticas que seus pares, ativistas, escritores e intelectuais negros lograram criar. (SILVA, 2011) (SANTOS, 2017, p. 57).

Acredito que os múltiplos sentidos da palavra “periférica” também dão conta da circulação desses escritos literários que se dão principalmente entre seus pares, mas que de uma forma ou outra chegam nas salas de aula, na universidade e no âmbito do cânone, infiltrando e rompendo as estruturas, causando fendas e brechas decoloniais numa resistência desse território marginalizado que é a periferia. Assim como, esses livros ficaram muito tempo na margem do mercado editorial e agora fazem parte das leituras obrigatórias dos vestibulares. O que se pretende com essa investigação é colocá-los na representação que é a Literatura Brasileira e que deve dar conta dessas múltiplas identidades da nação falante da língua portuguesa.

CONCLUSÃO

Meu lugar de fala dentro dessa pesquisa é de uma professora negra que busca na sua docência ensinar sobre a cultura e história negra do Brasil, para descolonizar o currículo atual que está cheio de lacunas e omissões sobre a presença de um dos povos que construiu essa sociedade.

Justifico a minha pesquisa apoiada na Lei 11.645/2008 que altera a Lei 9.394/1996, modificada pela Lei 10.639/2003, a qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e cultura afro-brasileira e indígena”.

Acredito no poder imaginário da literatura para escutar as vozes que foram silenciadas, desde a máscara de flandres até as políticas de branqueamento, silenciamento e apagamento dessas vozes que foram impostas ao povo negro no pós-abolição. A oralidade, valor civilizatório africano, permitiu que as histórias chegassem até nós, para que nossas memórias coletivas não fossem somente da escravização e do colonialismo, mas sim, também, histórias de resistência, fé e superação.

Insubmissas lágrimas de mulheres (2016) e Olhos d’água (2016) são dois livros de contos que têm muito em comum: o protagonismo da mulher negra. E estamos também diante de uma autoria de mulher negra, Conceição Evaristo, que tematiza estas mulheres e o universo da negritude, porque em torno de cada personagem orbitam suas famílias negras, companheiros, filhos, amigos.

Concluo essa dissertação como uma “oferenda analítica” aos meus antepassados e à ancestralidade africana. Iniciei a pesquisa em 2018, ano em que o discurso de ódio, racista, classista, misógino e homofóbico levou a óbito uma mulher negra que conquistou seu lugar de fala na política. Escrevo essas palavras no luto em que ainda vivemos por conta de não sabermos quem mandou matar Marielle Franco.

Essa “cantiga decolonial” de Evaristo que não deixa a casa grande dormir, contempla essas iguais que tombaram e tiveram suas falas interrompidas. Em março de 2020, entramos no isolamento social por conta da pandemia. A primeira vítima brasileira foi uma mulher negra, uma empregada doméstica em seu “quarto de despejo”. O governo atual exerce o necropolítica, matando e deixando morrer as populações indígenas e negras.

Em maio de 2020, um homem negro nos Estados Unidos é asfixiado até a morte por um policial. O mundo inteiro assistiu chocado ao vídeo do assassinato. Milhares de pessoas ao redor do mundo saíram do isolamento para protestar nas “avenidas identitárias” e pedir o fim do

racismo. O Brasil, cinicamente, disse através de seus líderes que o racismo não existe aqui. Eu, não consigo respirar. Parem de nos matar! É só o que me restou escrever...

Em muitos momentos foi difícil conceber essa dissertação sobre as violências cometidas contra o meu povo. Enxerguei-me em cada personagem e doeu. Abriram-se as “cicatrices psicológicas” do racismo cotidiano. Nesse mesmo Brasil da pandemia, uma criança negra é “deixada” sozinha pela patroa de Mirtes e voa do último andar de um prédio no desespero de encontrar sua mãezinha, uma empregada doméstica negra. É ficção ou vida real? É escrevivência que deixo registrada aqui.

A Escrevivência é a linguagem da tradição diaspórica africana na Literatura Brasileira. Para se analisar essa “encruzilhada discursiva”, a ferramenta mais adequada é a Interseccionalidade. Nós, mulheres negras que somos, estamos buscando outras mulheres negras para validar nossos estudos; intelectuais negras visíveis que desejam abordar esses sujeitos com ferramentas teóricas também produzidas por outras intelectuais negras, que devido ao racismo estrutural permaneceram décadas, séculos, apagadas pela academia, invisibilizadas na literatura e silenciadas no campo da educação.

Em nome “d’águas atlânticas” a escrevivência veio nomear o que já praticávamos desde a escravização: a escrita de nossas vivências. Tardiamente, mas em tempo, as nomenclaturas vêm para identificar o que é um pensamento decolonial elaborado por nossos ancestrais no cativo, que veio no fundo dos navios negreiros, ligado espiritualmente por África.

Recompor esse tecido esgarçado violentamente é um compromisso coletivo de nossa comunidade. Assim, curamos nossas psiquês quando encontramos e reencontramos as nossas iguais e seus legados, pontos de vistas produzidos em “pretoguês” brasileiro.

Os nossos alunos, como cidadãos brasileiros têm o direito de conhecer a história do subalterno e da luta para sua emancipação. O Brasil tem uma dívida histórica com os negros e os indígenas, e nós, exigimos essa justa reparação.

Meu lugar de fala contamina essa escrita conscientemente por estar falando de uma memória comum e coletiva. Assim, como houve uma identificação pessoal com a autora Conceição Evaristo e suas personagens, negras mulheres, testemunho a recepção dessas escrevivências nos alunos e alunas negros que finalmente conseguem se enxergar na ficção contemporânea.

A Literatura Negro-Brasileira é a vertente que vem matar a nossa sede de pertencimento e identidade nessa sociedade colonial. Na passagem de objetos de pesquisa a sujeitos de nossas investigações, invertemos a lógica de dominação e abrimos um leque de possibilidades que não foram sequer imaginadas pela academia que insiste em contar uma história única.

A abordagem descolonial é uma das chaves para abrir portas trancafiadas com cadeados enferrujados. Compartilhar com meus alunos essa abordagem é um compromisso com o pensamento crítico e um exercício filosófico para a conscientização e autonomia desses sujeitos.

A mulher negra, base da pirâmide social, consegue aparecer nos escritos de Conceição Evaristo em toda sua inteireza, beleza, complexidade e humanidade. A ferida colonial tem a possibilidade de cura na escrevivência.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro: Pólen, 2019.

ALVES, Miriam. **BrasilAfro autorrevelado: Literatura Brasileira contemporânea** (Coleção Repensando África, Volume 7), Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

ANZALDÚA, Glória. **Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo**. In: Estudos Feministas. CFH/UFSC, Florianópolis, Santa Catarina, vol. 8, n.1, 2000.

AUGUSTO, Ronald. **Oliveira Silveira: obra reunida**. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro: CORAG, 2012.

BARRETO, M.M. **A mulher negra na literatura de Conceição Evaristo**. Extra Classe, Porto Alegre, RS, Disponível em: <https://www.extraclasse.org.br/sem-categoria/2018/10/a-mulher-negra-e-protagonista-na-literatura-de-conceicao-evaristo/?fbclid=IwAR0Eyv6nsD8P9w6sTJV7MsSJ8U6xqR1d0x7ZjgRwA9kwsbR7lMA5C1VSY3k>. Acesso em: 28 fev. 2019

BARROS, Arísia. **O nosso racismo é um crime perfeito**. Disponível em https://www.geledes.org.br/o-nosso-racismo-e-um-crime-perfeito/?gclid=EAIAIqobChMIIt2rt96Z8QIVFASRCh0hZg8qEAAYASAAEgLN_D_BwE
Acesso em 15/06/21.

BERND, Zilá. **Negritude e literatura na América Latina**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

BHABBA, K. Homi. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1999.

Brasil. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes curriculares para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana. Brasília, 2003. 151p.

CARNEIRO, Sueli. **Lélia Gonzalez: o feminismo negro no palco da história.** Brasília: Abravídeo, 2014

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro.** In: HOLLANDA, Heloísa Buarque (Org.). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto.* Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019. P. 271-289.

CESAIRE, Aimé. **Diário de Retorno ao País Natal.** Edusp: São Paulo, 2012.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo.** 1ª edição. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1978.

CUTI, Luiz Silva. **Literatura Negro-Brasileira.** São Paulo: Selo Negro, 2010.

DALCASTAGNÈ, R. **A auto-representação de grupos marginalizados: tensões e estratégias na narrativa contemporânea.** Letras de Hoje, Porto Alegre, RS, 2007, v. 42, n. 4, p. 18-31, dezembro de 2007.

DIEGUES, Cacá. *Quilombo* (1984) 1 vídeo (1:59 min.). Publicado pelo canal 2as Marias Conhecimento, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=SQEMAPIa6uk> Acesso em 2 de março de 2021.

DUARTE, Eduardo de Assis, *Literatura Afro-Brasileira: um conceito em construção.* In: AFOLABI, Niyi; BARBOSA, Márcio; RIBEIRO, Esmeralda (Orgs.) **A mente afro-brasileira.** Trenton- NJ/Asmara, Eritreia: África Word Press, 2007, p. 103-112.

EVARISTO, Conceição. **Conceição Evaristo: Não leiam só minha biografia. Leiam meus textos.** Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/11/20/conceicao-evaristo-nao-leiam-so-minha-biografia-leiam-meus-textos/>. Acesso em: 23dez. 2018

EVARISTO, Conceição. **Conceição Evaristo: nossa história não foi escrita para ninar os da Casa Grande...** disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/mariafro/2010/05/19/conceicao-evaristo-nossa-historia-nao-foi-escrita-para-ninar-os-da-casa-grande/>. Acesso em: 13 dez. 2018

EVARISTO, Conceição. **Conceição Evaristo por Conceição Evaristo.** Belo Horizonte, maio de 2009. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/188-conceicao-evaristo?tmpl=component&print=1&page>. Acesso em: 28 fev. 2019.

EVARISTO, Conceição. **Da grafia-desenho de minha mãe um dos lugares de nascimento de minha escrita.** agosto de 2005. Disponível em: <http://nossaescrevivencia.blogspot.com.br/2012/08/da-grafia-desenho-de-minha-mae-um-dos.html>. Acesso em: 29 jan. 2019.

EVARISTO, Conceição. **Da representação à auto apresentação da Mulher Negra na Literatura Brasileira.** In: Revista Palmares – Cultura Afro-brasileira. Brasília: Fundação Palmares/Minc, Ano 1, nº. 1, agosto, 2005.

EVARISTO, Conceição. **Escrevivências da Afro-brasilidade: História e Memória.** In: Releitura, Belo Horizonte, Fundação Municipal de Cultura, nº 23, novembro 2008.

EVARISTO, Conceição. **Insubmissas Lágrimas de Mulheres.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Malê, 2016.

EVARISTO, C. **Literatura Negra: uma poética de nossa afro-brasilidade.** Scripta, Belo Horizonte, v.13, n. 25, p. 17-31, 2º sem. 2009.

EVARISTO, Conceição, **Literatura negra: uma voz quilombola na literatura brasileira.** In: PEREIRA, Edimilson de Almeida (Org.). **Um tigre na floresta de signos.** Belo Horizonte: Mazza Edições, 2010.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2016.

FANON, Frantz. **Em defesa da Revolução Africana.** 1ª edição. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1980.

FANON, Frantz. *Peles negras, máscaras brancas.* Salvador: EDFBA, 2008.

FRANCO, Marielle, **O dia em que a Câmara do Rio enegreceu.** Disponível em: <https://www.mariellefranco.com.br/blog/o-dia-que-a-camara-do-rio-enegreceu>. Acesso em 28 fev. 2019.

FERNANDES, Frederico. **A voz e o sentido: poesia oral em sincronia**. São Paulo: Editora da UNESP, 2007.

FENSKE, Elfi Kürten (pesquisa, seleção e organização). **Conceição Evaristo - vivências e memórias poéticas**. Templo Cultural Delfos, maio/2015. Disponível no link. (acessado em 11/06/2021)

FRANÇA, P.H. **A autora do ano**. Marie Claire: Rio de Janeiro, RJ, ano 2019, n. 344, p. 58-63, 2019.

FILGUEIRAS, M. **Em alto e bom som, A força da literatura oral no Brasil hoje**. Palavra: Rio de Janeiro, RJ, ano 8, n. 8, 2018, p. 10-19

FLIP – 16ª Feira Literária Internacional de Paraty. Disponível em: <http://flip.org.br/edicoes/flip-2017/noticias/conceicao-evaristo-confirmada-na-flip-2017>. Acesso em: 28 fev. 2019.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler: em três artigos que se complementam**. São Paulo (SP): Cortez: Autores Associados, 1991. Coleção polêmicas do nosso tempo, v. 4, 26ª edição.

GRADA, Kilomba. **Memórias da Plantação – Episódios de racismo cotidiano**. 1ª ed. – Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

GUIMARÃES, Juca. **Conceição Evaristo: "Não leiam só minha biografia. Leiam meus textos"**. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2018/11/20/conceicao-evaristo-nao-leiam-so-minha-biografia-leiam-meus-textos/>. Acesso em: 24 fev. 2020.

HOUAISS, Antônio. **Minidicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo, diário de uma favelada**. 10 ed., São Paulo: Ática, 2014.

LUGONES, M. **Rumo a um Feminismo Descolonial**. Estudos Feministas, Florianópolis, SC, ano 2014, nº22 (3), p. 935-952, setembro-dezembro de 2014.

MOREIRA, C. A. **Para dizer que temos democracia racial, a pessoa tem de ser alienada ou cínica**, Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades, Data da postagem: 17:25 05/09/2018. Disponível em: <https://ceert.org.br/noticias/genero-mulher/22817/conceicao-evaristo-para-dizer-que-temos-democracia-racial-a-pessoa-tem-de-ser-alienada-ou-cinica?fbclid=IwAR1uV0B4Haut3v8b3NHaoQlAsJKseD5PaNkwQXK6BFEXwS0TkF627WTI9ss>. Acesso em: 28 fev. 2019.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Trad. Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2014

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 80p. 2018.

MIGNOLO, Walter. **Histórias Locais, Projetos Globais**. Editora UFMG, 2003.

PASCALE, A. **Conceição Evaristo**. Conexão Literatura. p. 5-10. Disponível em: <http://www.revistaconexaoliteratura.com.br/2017/06/conceicao-evaristo-destaque-da-nova.html>. Acesso em: 28 fev. 2019.

PEDROSO, Roberta Flores. **Úrsula**: edição comentada/ Maria Firmina dos Reis. Porto Alegre: Leitura XXI, 2018.

PINA, Rute. **Ensino de história da África ainda não está nos planos pedagógicos**, para o Brasil de fato, 09/01/2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/ensino-de-historia-da-africa-ainda-nao-esta-nos-planos-pedagogicos-diz-professora/>. Acesso em: 19 mar 2018.

Por dentro da África. Disponível em: <http://www.pordentrodaafrica.com/cultura/o-perigo-de-uma-historia-unica-por-chimamanda-adichie> Acesso em 2 de março de 2021.

PORTAL LITERAFRO. Disponível em: <http://www.lettras.ufmg.br/literafro/autoras/188-conceicao-evaristo> Acesso em 2 de março de 2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Eduardo Lander (org). Colléccion Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, p. 227-278, setembro de 2005

SANTOS, Ana Paula Freitas dos Santos. **Carolina Maria de Jesus e a “refavela”:** a Literatura Periférica no currículo e a cultura afro-brasileira na sala de aula. Identidade e Pertencimento. Disponível em <http://www.copenesul.com.br/ANAIS%20COPENE%20SUL%202017.pdf>. Acesso em 23dez. 2018.

SANTOS, Isabel Silveira. Contando outras histórias sobre a educação de negros (as) In: **Curso de Aperfeiçoamento UNIAFRO: política de promoção de igualdade racial na escola/org.** Gladis Silva Kaercher, 1.ed. Porto Alegre: Evangraff, 2014

RAMOS, Liliam. Decolonizando saberes: conceitos de literatura afrodescendente aplicados à literatura latino-americana de autoria negra, In TETTAMANZY, Ana Lúcia L. e SANTOS, Cristina M. **Lugares de fala, lugares de escuta nas literaturas africanas, ameríndias e brasileiras.** Porto Alegre: Editora Zouk, 2018.

ROCHA, L. (Org.) et al. **Sopapo Poético: Pretessência.** Porto Alegre: Libretos, 2016.

RIBEIRO, D. **Nossa fala estilhaça a máscara do silêncio.** Carta Capital, Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/conceicao-evaristo-201cnossa-fala-estilhaca-a-mascara-do-silencio201d>. Acesso em: 28 fev. 19.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2017.

SANTOS, Ana Paula Freitas dos Santos. **Carolina Maria de Jesus e a “refavela”:** a Literatura Periférica no currículo e a cultura afro-brasileira na sala de aula. Identidade e Pertencimento. Disponível em: <http://www.copenesul.com.br/ANAIS%20COPENE%20SUL%202017.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e interidentidade. **Novos Estudos**, n.66, julho 2003. p. 23-52.

SCHWARTZ, Stuart B. Tapanhumas, negros da terra e curibocas: causas comuns e confrontos entre negros e indígenas. **Afro-Ásia**, n.29/30, 2003. p. 13-40

SILVA, Mário Augusto Medeiros da. **Literatura Negra e Literatura Periférica no Brasil**, 07 de junho de 2011, UFRJ. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/CAMP_db0f152599eb33df6f572539638bf447 Acesso em 2 de março de 2021.

SCHMIDT, S. P. **Os Desafios da Representação: Poéticas e Políticas de Leitura Descolonial**. Via Atlântica, São Paulo, SP, ano 2013, nº 24, p. 229-239, dez. 2013.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Editora UFMG, 2010, pp. 94-125.

SPIVAK, Gayatri. Quem reivindica alteridade? In: HOLANDA, Heloísa Buarque (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019. p. 251-268.

VELOSO, Caetano. Sampa. In *Muito (Dentro da estrela azulada)*, Universal Music International, 1978. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=4UeFwOEoobg> Acesso em 2 de março de 2021.

XAVIER, Giovana. **Catálogo Intelectuais Negras Visíveis** [livro eletrônico] / – Rio de Janeiro: Malê, 2017.

Géledes Instituto da Mulher Negra. **A carta de Willie Lynch**. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/carta-de-willie-lynch/>. Acesso em: 22 abr. 2019.